BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Informações Trimestrais >

Ano: 2026 Versão: 1

Sumário

BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Dados da Empresa 03

DFs Individuais 04

DFs Consolidadas 06

Comentário do Desempenho 28

Notas Explicativas 36

Pareceres e Declarações 08

Índice

Dados da Empresa

Dados da Empresa / Composição do Capital 09

Índice

DFs Individuais

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo 10

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo 11

DFs Individuais / Demonstração do Resultado 12

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente 14

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa 15

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 08

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado 18

Índice

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 16

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 17

Índice

DFs Consolidadas

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo 19

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo 20

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado 21

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente 23

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa 24

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 08

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado 27

Índice

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 25

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 26

Índice

Pareceres e Declarações

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 151

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 153

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 154

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	84.053
Preferenciais	39.327
Total	123.380
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	349
Total	349
Renda Bruta	
Data da apuração	30/09/2026
Receita Bruta Consolidada	7.596.051
Data da apuração (comparativa)	30/09/2025
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	5.887.754

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	40.084.522	35.810.544
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.035.731	6.558.574
1.01.01	Caixa	1.536.741	1.045.456
1.01.02	Aplicações de Liquidez	7.498.990	5.513.118
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	7.153.410	4.969.857
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.135	32.176
1.01.02.03	Aplicações Voluntárias no Banco Central	316.445	511.085
1.02	Ativos Financeiros	26.457.781	25.410.416
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	517.846	674.686
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.511.595	1.236.775
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.511.595	1.236.775
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	24.428.340	23.498.955
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	351.041	369.823
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	146.586	30.142
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	479.557	1.055.108
1.02.04.04	Operações de Crédito	24.714.909	23.028.084
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.275.153	-993.646
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	11.400	9.444
1.03	Tributos	1.769.547	1.552.580
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	244.962	147.810
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	1.436.422	1.334.958
1.03.03	Outros	88.163	69.812
1.04	Outros Ativos	588.301	455.007
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	45.590	46.870
1.04.03	Outros	542.711	408.137
1.04.03.01	Investimentos Mantidos para Venda	0	18.962
1.04.03.02	Outros Ativos	542.711	389.175
1.05	Investimentos	1.510.172	1.058.227
1.05.03	Participações em Controladas	1.493.663	1.041.715
1.05.03.01	No País	1.493.663	1.041.715
1.05.05	Outros Investimentos	16.509	16.512
1.06	Imobilizado	520.670	564.787
1.06.01	Imobilizado de Uso	435.008	431.766
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	497.550	446.692
1.06.03	Depreciação Acumulada	-411.888	-313.671
1.07	Intangível	202.320	210.953
1.07.01	Intangíveis	386.042	339.144
1.07.03	Amortização Acumulada	-183.722	-128.191

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	40.084.522	35.810.544
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	35.070.327	31.061.335
2.02.01	Depósitos	21.752.199	21.335.019
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	146.586	42.999
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	79.153	98.466
2.02.03.01	Relações Interfinanceiras	79.153	98.466
2.02.04	Outras Captações	13.092.389	9.584.851
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8.318.380	5.588.408
2.02.04.03	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	3.477.812	3.042.851
2.02.04.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.291.349	949.675
2.02.04.05	Outros Passivos Financeiros	4.848	3.917
2.03	Provisões	369.382	303.797
2.04	Passivos Fiscais	125.819	784.592
2.04.01	Correntes	84.513	768.663
2.04.02	Diferidos	41.306	15.929
2.05	Outros Passivos	1.189.901	1.370.777
2.07	Patrimônio Líquido	3.329.093	2.290.043
2.07.01	Capital Social Realizado	952.710	807.203
2.07.02	Reservas de Capital	409.077	39.545
2.07.02.01	Ágio na Emissão de Ações	396.372	43.375
2.07.02.04	Opções Outorgadas	16.535	0
2.07.02.05	Ações em Tesouraria	-3.830	-3.830
2.07.04	Reservas de Lucros	1.416.556	1.444.514
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	555.674	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.924	-1.219

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	2.626.445	7.657.827	2.151.207	5.856.184
3.01.01	Operações de Crédito	2.203.510	6.445.658	1.823.666	5.075.510
3.01.02	Resultado de Operações de Câmbio	-1	35	-51	-141
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	399.065	1.056.967	292.998	738.158
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-2.385	75.320	8.128	-21.307
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	26.256	79.847	26.466	63.964
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.530.091	-4.582.518	-1.138.150	-2.983.952
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-1.224.285	-3.493.459	-1.017.512	-2.616.260
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-162	-489	-4.346	-11.516
3.02.03	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-305.644	-1.088.570	-116.292	-356.176
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.096.354	3.075.309	1.013.057	2.872.232
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-801.671	-2.251.479	-757.165	-2.079.608
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	88.765	319.008	41.932	159.373
3.04.03	Despesas com Pessoal	-216.759	-622.519	-189.482	-540.092
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-422.649	-1.270.923	-359.750	-982.417
3.04.05	Despesas Tributárias	-70.825	-213.079	-59.318	-174.900
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	59.687	188.700	21.817	91.421
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-421.319	-1.181.382	-371.470	-1.038.821
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	181.429	528.716	159.106	405.828
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	294.683	823.830	255.892	792.624
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.251	4.143	-1.590	-55.076
3.06.01	Corrente	21.271	-55.310	-21.251	-108.643
3.06.02	Diferido	-36.522	59.453	19.661	53.567
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	279.432	827.973	254.302	737.548
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	279.432	827.973	254.302	737.548
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	279.432	827.973	254.302	737.548
3.99	Lucro por Ação (R$/Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,2648	6,837	2,4339	7,059
3.99.01.02	PN	2,2648	6,837	2,4339	7,059
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,2648	6,837	2,4339	7,059
3.99.02.02	PN	2,2648	6,837	2,4339	7,059

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	279.432	827.973	254.302	737.548
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-669	-192	-282	383
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-669	-192	-282	383
4.02.01.01	Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	-1.217	-350	-512	697
4.02.01.02	Efeito Fiscal	548	158	230	-314
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	-1.287	-3.513	-19	-6.077
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-1.287	-3.513	-19	-6.077
4.03.01.01	Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - De Controladas	-1.287	-3.513	-19	-6.077
4.04	Resultado Abrangente do Período	277.476	824.268	254.001	731.854
4.04.01	Lucro Atribuível ao Controlador	277.476	824.268	254.001	731.854

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.816.412	2.147.797
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	1.786.668	1.074.786
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	823.830	792.624
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	962.838	282.162
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29.744	1.073.011
6.01.02.01	(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-97.662	-9.792
6.01.02.02	Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	432.768	314.975
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	156.840	-28.897
6.01.02.04	(Aumento) em Operações de Crédito e Outros Créditos	-2.493.888	-4.502.627
6.01.02.05	(Aumento) em Outros Ativos Financeiros	-1.956	-1.541
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	-157.514	75.588
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-49.318	33.129
6.01.02.08	Aumento em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	3.294.502	5.442.371
6.01.02.09	(Redução) Aumento em Provisões	-187.478	26.656
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Passivos Fiscais	-586.166	17.213
6.01.02.11	(Redução) em Outros Passivos	-152.467	-176.036
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-127.917	-118.028
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-182.849	-290.100
6.02.01	Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	798.080	43
6.02.02	Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	1.100	4.600
6.02.03	Alienação de Investimentos Mantidos para Venda	18.962	0
6.02.04	Alienação de Investimentos	1.187	610
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	107	117
6.02.06	Alienação de intangível	6.392	0
6.02.07	Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-930.309	-237.193
6.02.08	Aquisição de Investimentos	-7.712	0
6.02.09	Aquisição de Imobilizado de Uso	-13.803	-61.802
6.02.10	Aquisição de Intangível	-72.196	-82.960
6.02.11	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	15.343	86.485
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	843.594	-45.878
6.03.01	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	405.948	0
6.03.02	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	308.542	69.941
6.03.03	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-369.400	-115.819
6.03.04	Aumento de Capital	498.504	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.477.157	1.811.819
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.558.574	3.860.702
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.035.731	5.672.521

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	807.203	39.545	1.444.514	0	0	-1.219	2.290.043
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-27.958	0	0	0	-27.958
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.203	39.545	1.416.556	0	0	-1.219	2.262.085
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145.507	369.532	0	0	-272.299	0	242.740
5.04.01	Aumentos de Capital	145.507	352.997	0	0	0	0	498.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	16.535	0	0	0	0	16.535
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-272.299	0	-272.299
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	827.973	-3.705	824.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	827.973	0	827.973
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-3.705	-3.705
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	952.710	409.077	1.416.556	0	555.674	-4.924	3.329.093

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	807.203	39.545	1.234.719	0	0	6.839	2.088.306
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-358.491	0	0	0	-358.491
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.203	39.545	876.228	0	0	6.839	1.729.815
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-213.126	0	-213.126
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-213.126	0	-213.126
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	737.548	-5.694	731.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	737.548	0	737.548
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-5.694	-5.694
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	807.203	39.545	876.228	0	524.422	1.145	2.248.543

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	5.895.583	4.711.981
7.01.01	Intermediação Financeira	7.657.827	5.856.184
7.01.02	Prestação de Serviços	319.008	159.373
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-1.088.570	-356.176
7.01.04	Outras	-992.682	-947.400
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.493.948	-2.627.776
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.078.447	-816.406
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-43.476	-36.571
7.03.02	Serviços de Terceiros	-522.738	-382.921
7.03.04	Outros	-512.233	-396.914
7.03.04.01	Comunicações	-12.209	-9.465
7.03.04.02	Processamento de Dados	-275.116	-206.303
7.03.04.03	Propaganda, Publicidade e Publicações	-106.923	-66.079
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-20.287	-20.586
7.03.04.05	Transportes	-43.018	-38.205
7.03.04.06	Seguros	-21.124	-22.194
7.03.04.07	Outros	-33.556	-34.082
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.323.188	1.267.799
7.05	Retenções	-189.520	-163.523
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-189.520	-163.523
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.133.668	1.104.276
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	528.716	405.828
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	528.716	405.828
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.662.384	1.510.104
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.662.384	1.510.104
7.09.01	Pessoal	540.583	469.973
7.09.01.01	Remuneração Direta	425.433	370.219
7.09.01.02	Benefícios	93.702	79.820
7.09.01.03	F.G.T.S.	21.448	19.934
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	290.872	300.095
7.09.02.01	Federais	274.886	286.976
7.09.02.02	Estaduais	15	9
7.09.02.03	Municipais	15.971	13.110
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	2.956	2.488
7.09.03.01	Aluguéis	2.956	2.488
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	827.973	737.548
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	272.299	213.126
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	555.674	524.422

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	39.156.244	35.564.986
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.148.523	6.808.059
1.01.01	Caixa	1.552.947	1.063.077
1.01.02	Aplicações de Liquidez	7.595.576	5.744.982
1.02	Ativos Financeiros	26.721.386	25.760.553
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	517.846	674.686
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	68.527	88.141
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	68.527	88.141
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.676.535	1.423.798
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.676.535	1.423.798
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	24.458.478	23.573.928
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.035	2.746
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	214.919	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	630.199
1.02.04.04	Operações de Crédito	25.253.012	23.717.380
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.258.454	-995.623
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	245.966	219.226
1.03	Tributos	1.902.788	1.659.980
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	311.291	209.960
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	1.479.025	1.388.896
1.03.03	Outros	112.472	61.124
1.04	Outros Ativos	569.776	475.644
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	45.590	46.870
1.04.03	Outros	524.186	428.774
1.05	Investimentos	35.418	26.028
1.05.03	Propriedades para Investimento	2.954	2.955
1.05.04	Outros Investimentos	32.464	23.073
1.06	Imobilizado	572.334	622.164
1.06.01	Imobilizado de Uso	159.672	181.185
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	412.662	440.979
1.07	Intangível	206.019	212.558

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	39.156.244	35.564.986
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	33.938.022	30.601.989
2.02.01	Depósitos	21.029.769	21.121.503
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	50.000	0
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	79.153	98.466
2.02.03.01	Relações Interfinanceiras	79.153	98.466
2.02.04	Outras Captações	12.779.100	9.382.020
2.02.04.01	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.936.255	7.197.741
2.02.04.03	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	1.546.567	1.230.108
2.02.04.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.291.349	949.675
2.02.04.05	Outros Passivos Financeiros	4.929	4.496
2.03	Provisões	385.928	322.798
2.04	Passivos Fiscais	188.289	835.139
2.04.01	Correntes	140.941	813.225
2.04.02	Diferidos	47.348	21.914
2.05	Outros Passivos	1.289.721	1.472.267
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	3.354.284	2.332.793
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	3.342.074	2.293.717
2.07.01.01	Capital Social Realizado	952.710	807.203
2.07.01.02	Reservas de Capital	409.077	39.545
2.07.01.02.01	Ágio na Emissão de Ações	396.372	43.375
2.07.01.02.04	Opções Outorgadas	16.535	0
2.07.01.02.05	Ações em Tesouraria	-3.830	-3.830
2.07.01.04	Reservas de Lucros	1.416.556	1.448.188
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	568.655	0
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.924	-1.219
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	12.210	39.076

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	2.600.209	7.596.051	2.170.227	5.887.754
3.01.01	Operações de Crédito	2.231.015	6.535.828	1.871.419	5.191.829
3.01.02	Resultado de Operações de Câmbio	-1	35	-51	-141
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	345.306	905.003	264.265	652.956
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-2.385	75.320	8.128	-21.307
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	26.274	79.865	26.466	64.417
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.466.193	-4.381.478	-1.085.303	-3.070.090
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-1.154.721	-3.308.187	-966.567	-2.477.236
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-162	-489	-4.346	-11.516
3.02.03	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-311.310	-1.072.802	-114.390	-581.338
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.134.016	3.214.573	1.084.924	2.817.664
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-762.720	-2.135.150	-758.640	-2.095.454
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	359.184	1.094.182	235.426	644.832
3.04.03	Despesas com Pessoal	-244.946	-705.303	-210.879	-601.530
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-420.980	-1.255.465	-356.511	-976.606
3.04.05	Despesas Tributárias	-103.855	-311.526	-80.916	-230.779
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	73.250	235.283	29.468	109.598
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-425.760	-1.192.708	-375.228	-1.040.969
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	387	387	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	371.296	1.079.423	326.284	722.210
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-90.311	-228.960	-59.091	-97.176
3.06.01	Corrente	-51.080	-261.965	-75.640	-222.319
3.06.02	Diferido	-39.231	33.005	16.549	125.143
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	280.985	850.463	267.193	625.034
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	280.985	850.463	267.193	625.034
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	280.985	850.463	267.193	625.034
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	276.409	837.280	261.084	608.297

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	4.576	13.183	6.109	16.737
3.99	Lucro por Ação (R$/Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,2403	6,9138	2,4988	5,822
3.99.01.02	PN	2,2403	6,9138	2,4988	5,822
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,2403	6,9138	2,4988	5,822
3.99.02.02	PN	2,2403	6,9138	2,4988	5,822

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	280.985	850.463	267.193	625.034
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-1.956	-3.705	-301	-5.694
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-1.956	-3.705	-301	-5.694
4.02.01.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-3.741	-2.785	-552	-10.715
4.02.01.02	Efeito Fiscal	1.785	-920	251	5.021
4.04	Resultado Abrangente do Período	279.029	846.758	266.892	619.340
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	274.453	833.575	260.783	602.603
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	4.576	13.183	6.109	16.737

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.754.439	2.343.095
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	2.604.732	1.663.219
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	1.079.423	722.210
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	1.525.309	941.009
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-850.293	679.876
6.01.02.01	(Aumento) em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-1.800.512	-4.779.660
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais Correntes	-152.679	77.075
6.01.02.03	Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	1.100	4.489
6.01.02.04	(Aumento) em Ativos Fiscais Diferidos	-57.124	-8.624
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-144.049	482.714
6.01.02.06	Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	19.614	24.019
6.01.02.07	(Aumento) em Outros Ativos	-95.412	-221.163
6.01.02.08	Aumento em Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.621.543	5.272.972
6.01.02.09	(Redução) Aumento em Passivos Fiscais Correntes	-621.754	18.806
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Provisões	-192.807	26.671
6.01.02.11	Aumento em Passivos Fiscais Diferidos	25.434	6.078
6.01.02.12	(Redução) em Outros Passivos	-141.152	-14.440
6.01.02.13	Impostos Pagos	-312.495	-209.061
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-203.621	-393.209
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-933.527	-237.193
6.02.02	Aquisição de Investimentos	-9.000	-4.500
6.02.03	Aquisição de Imobilizado Próprio	-15.002	-67.639
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-74.582	-84.204
6.02.05	Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	821.134	43
6.02.06	Alienação de Investimentos	120	104
6.02.07	Alienação de Imobilizado Próprio	844	180
6.02.08	Alienação de Ativo Intangível	6.392	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	789.646	-71.446
6.03.01	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	405.948	0
6.03.02	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	308.542	69.941
6.03.03	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-383.299	-129.512
6.03.04	Aumento de Capital	498.504	0
6.03.05	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	-40.049	-11.875
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.340.464	1.878.440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.808.059	3.934.842
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.148.523	5.813.282

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	807.203	39.545	1.448.188	0	0	-1.219	2.293.717	39.076	2.332.793
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-27.958	0	0	0	-27.958	0	-27.958
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.203	39.545	1.420.230	0	0	-1.219	2.265.759	39.076	2.304.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145.507	369.532	0	0	-272.299	0	242.740	0	242.740
5.04.01	Aumentos de Capital	145.507	352.997	0	0	0	0	498.504	0	498.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	16.535	0	0	0	0	16.535	0	16.535
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-272.299	0	-272.299	0	-272.299
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	837.280	-3.705	833.575	13.183	846.758
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	837.280	0	837.280	13.183	850.463
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-3.705	-3.705	0	-3.705
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-3.674	0	3.674	0	0	-40.049	-40.049
5.07	Saldos Finais	952.710	409.077	1.416.556	0	568.655	-4.924	3.342.074	12.210	3.354.284

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	807.203	39.545	1.004.408	0	0	6.839	1.857.995	36.594	1.894.589
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.203	39.545	1.004.408	0	0	6.839	1.857.995	36.594	1.894.589
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-213.126	0	-213.126	0	-213.126
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-213.126	0	-213.126	0	-213.126
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	608.297	-5.694	602.603	16.737	619.340
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	608.297	0	608.297	16.737	625.034
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-5.694	-5.694	0	-5.694
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-128.180	0	137.563	0	9.383	-11.875	-2.492
5.07	Saldos Finais	807.203	39.545	876.228	0	532.734	1.145	2.256.855	41.456	2.298.311

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	6.660.006	5.019.877
7.01.01	Intermediação Financeira	7.596.051	5.887.754
7.01.02	Prestação de Serviços	1.094.182	644.832
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-1.072.802	-581.338
7.01.04	Outras	-957.425	-931.371
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.308.676	-2.488.752
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.055.683	-806.500
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-46.904	-38.270
7.03.02	Serviços de Terceiros	-491.701	-379.806
7.03.04	Outros	-517.078	-388.424
7.03.04.01	Comunicações	-12.209	-9.563
7.03.04.02	Processamento de Dados	-273.381	-194.457
7.03.04.03	Propaganda, Publicidade e Publicações	-107.921	-66.560
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-20.881	-21.047
7.03.04.05	Transportes	-43.035	-38.278
7.03.04.06	Seguros	-22.370	-22.799
7.03.04.07	Outros	-37.281	-35.720
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.295.647	1.724.625
7.05	Retenções	-196.777	-167.615
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-196.777	-167.615
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.098.870	1.557.010
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	387	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	387	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.099.257	1.557.010
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.099.257	1.557.010
7.09.01	Pessoal	610.087	521.317
7.09.01.01	Remuneração Direta	486.448	416.188
7.09.01.02	Benefícios	100.290	83.957
7.09.01.03	F.G.T.S.	23.349	21.172
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	635.702	408.168
7.09.02.01	Federais	597.901	381.051
7.09.02.02	Estaduais	29	15
7.09.02.03	Municipais	37.772	27.102
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.005	2.491
7.09.03.01	Aluguéis	3.005	2.491
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	850.463	625.034
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	272.299	213.126
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	564.981	395.171
7.09.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	13.183	16.737

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Mensagem aos Acionistas

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Cenário internacional

O ambiente externo segue marcado por importantes conflitos geopolíticos e por seus efeitos sobre a oferta de petróleo, que têm pressionado os preços de energia e de alimentos. Ainda assim, a economia mundial apresenta perspectivas de crescimento da ordem de 3,0%. As economias emergentes permanecem como principal vetor de expansão, com destaque para Índia e China, enquanto a economia americana e a da área do euro apresentam crescimento moderado.

Atividade econômica no Brasil

O desempenho alcançado pelos principais setores até agosto (últimos dados disponíveis) reforça a perspectiva de crescimento moderado do PIB em 2026. De fato, serviços, comércio varejista ampliado e o setor industrial alcançaram crescimento abaixo de 2% na comparação com igual período de 2025. Neste contexto, as expectativas são de crescimento do PIB da ordem de 1,8%, em um cenário de pressões inflacionárias e política monetária restritiva.

Inflação e política monetária

O IPCA acumulou 3,95% de janeiro a setembro de 2026, ante 3,64% em igual período de 2025. Em doze meses, a inflação atingiu 4,58%, ligeiramente acima do teto de tolerância da meta governamental de 4,5%. Para 2026, diante das atuais pressões inflacionárias, as expectativas são de que a inflação alcance 5,2%.

A política monetária permanece no campo restritivo, não obstante a gradual redução da taxa Selic, que passou de 15,0% a.a. ao final de 2025 para 13,75% a.a. em setembro.

Setor externo

O setor externo manteve contribuição positiva, não obstante o cenário externo desfavorável. No acumulado de janeiro a setembro, as exportações somaram US$ 284,7 bilhões, alta de 10,4%, enquanto as importações totalizaram US$ 222,3 bilhões, crescimento de 5,0%. O superávit até setembro é de US$ 62,4 bilhões, ante US$ 46,3 bilhões de igual período de 2025, expansão de 34,8%.

Sistema Financeiro Nacional

O saldo da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R$ 7.397,7 bilhões em agosto de 2026 (últimos dados disponíveis), crescimento de 3,6%, ante 4,8% em igual período de 2025, e de 9,2% em doze meses.

O índice de provisões sobre a carteira de crédito do SFN atingiu 8,0% em agosto de 2026, ante 7,5% em dezembro de 2025. A elevação reflete o aumento do risco de crédito em ambiente de pressões inflacionárias e de taxa Selic elevada.

SOBRE O MERCANTIL

Talentos e Cultura

Reconhecimentos do Mercado

No Mercantil, a evolução dos indicadores de clima organizacional é reflexo do investimento contínuo em capital humano, compromisso que posiciona a instituição em patamar de referência no setor financeiro.

No trimestre, destaca-se a certificação conferida pelo Instituto Great Place to Work (GPTW) que, pelo segundo ano consecutivo, incluiu o Mercantil no ranking das 175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. Na edição de 2026, a instituição alcançou a 44ª posição no ranking nacional, ante o 61º lugar obtido em sua estreia em 2025.

Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III

A Estrutura de Gerenciamento de Capital está alinhada ao modelo de negócios e ao perfil de riscos da Instituição, permitindo uma avaliação robusta das necessidades de capital para sustentar o crescimento projetado. Essa abordagem também favorece uma visão prospectiva, antecipando eventuais demandas de capital decorrentes de mudanças nas condições de mercado.

Os limites operacionais são apurados de forma consolidada, e o índice de adequação do capital (conforme as diretrizes de Basileia III) atingiu 18,5%, bem acima do mínimo regulatório de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal. Informações detalhadas podem ser consultadas na nota explicativa nº 21.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e ao combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - CONSOLIDADO

Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado

- Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R$ 39,1 bilhões, crescimento de 10,1%. As disponibilidades e demais instrumentos financeiros alcançaram 91,6% do Ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa somam R$ 9,1 bilhões (23,4% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos, basicamente, por aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R$ 7,3 bilhões e disponibilidades de R$ 1,6 bilhão.

Os principais ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R$ 1,7 bilhão (4,3% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro (R$ 1,6 bilhão), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R$ 17,5 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R$ 15,9 milhões), dentre outros menos relevantes.

Nos ativos financeiros ao valor justo no resultado, vale destacar aplicações em cotas de fundo imobiliário de R$ 42,4 milhões e em fundo de investimentos em direitos creditórios de R$ 16,1 milhões.

Os ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado posicionaram-se em R$ 32,5 bilhões (83,1% do ativo total) e estão representados, basicamente, por aplicações interfinanceiras de liquidez, operações de crédito e outros créditos, depósitos no Banco Central do Brasil e outros ativos financeiros.

As aplicações interfinanceiras de liquidez perfazem R$ 7,5 bilhões (19,2% do ativo total) e estão representadas, basicamente, por títulos públicos federais. Os depósitos no Banco Central somam R$ 834,3 milhões e outros ativos financeiros R$ 246,0 milhões.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R$ 25,3 bilhões (64,5% do ativo total), com expansão de 6,5% no período de nove meses (17,2% em 12 meses), apesar do cenário adverso no período. Todo esse crescimento representa o resultado direto de uma estratégia bem definida e bem executada, com o trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios. As provisões para perdas esperadas somam R$ 1,3 bilhão, 5,1% da carteira de crédito.

As principais linhas de crédito representam R$ 24,5 bilhões, 96,9% da carteira de crédito e estão assim segmentadas e com os seguintes percentuais sobre a carteira de crédito: empréstimo consignado R$ 18,6 bilhões (73,6%), crédito pessoal R$ 3,5 bilhões (14,0%), empréstimo Saque FGTS R$ 2,1 bilhões (8,2%) e Capital de Giro R$ 278,4 milhões (1,1%).

- Passivos

Os depósitos e demais instrumentos financeiros ao custo amortizado estão representados, principalmente, por captações no mercado interno no montante de R$ 33,9 bilhões, dos quais R$ 20,3 bilhões são provenientes de depósitos a prazo, recursos de aceites e emissão de títulos R$ 9,9 bilhões, obrigações por operações vinculadas a cessões de R$ 1,5 bilhão e instrumentos de dívida elegíveis a capital R$ 1,3 bilhão. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

As captações através de letras financeiras posicionaram-se em R$ 9,6 bilhões. Desse total, R$ 1,3 bilhão está contabilizado na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21, dos quais R$ 498,1 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R$ 481,5 milhões como Capital Complementar.

- Patrimônio Líquido, Resultado e Dividendos

O Patrimônio Líquido do Banco Múltiplo posicionou-se em R$ 3,3 bilhões, ante R$ 2,3 bilhões em dezembro de 2025. No período, ocorreu o aumento do capital de R$ 498,5 milhões. Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa nº 17.

Resultados

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R$ 7,6 bilhões. Estão representadas, basicamente, por receitas de operações de crédito de R$ 6,5 bilhões e resultado de títulos e valores mobiliários de R$ 905,0 milhões.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R$ 3,3 bilhões (43,6% comparadas às Receitas da Intermediação Financeira) e estão compostas por despesas com operações de captação no mercado.

As despesas com perdas esperadas associadas ao risco de operações de crédito posicionaram-se em R$ 1,1 bilhão (14,3% comparadas às Receitas da Intermediação Financeira).

O Resultado da Intermediação Financeira Líquido das Perdas Esperadas com Ativos Financeiros alcançou R$ 3,2 bilhões (42,1% das Receitas da Intermediação Financeira).

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R$ 1,1 bilhão (14,4% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R$ 705,3 milhões e as despesas administrativas somaram R$ 1,3 bilhão. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 18.2 e 18.3.

O Lucro Líquido alcançou R$ 828,0 milhões, expressivo crescimento de 12,3% na comparação com igual período de 2025 e alcançou significativos 24,9% sobre o Patrimônio Líquido do final do período.

Dividendos

No período, os dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio (líquido), totalizam R$ 224,7 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 17.3.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações, investimentos e outros eventos relacionados às empresas controladas encontram-se detalhados nas notas explicativas nº 2.2 e 11.1.

No período, ocorreu o fechamento do capital da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, nos termos da oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais da Companhia deferida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 15 de janeiro de 2026, e atos complementares nos termos das normas de regência. Informações adicionais estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN nº 4.818/20, está divulgando também as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2026. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na nota explicativa nº 22.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/22, o Mercantil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente. No período, os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2026.

Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Mensagem aos Acionistas

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras consolidadas no padrão internacional de contabilidade do Banco Mercantil do Brasil S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Cenário internacional

O ambiente externo segue marcado por importantes conflitos geopolíticos e por seus efeitos sobre a oferta de petróleo, que têm pressionado os preços de energia e de alimentos. Ainda assim, a economia mundial apresenta perspectivas de crescimento da ordem de 3,0%. As economias emergentes permanecem como principal vetor de expansão, com destaque para Índia e China, enquanto a economia americana e a da área do euro apresentam crescimento moderado.

Atividade econômica no Brasil

O desempenho alcançado pelos principais setores até agosto (últimos dados disponíveis) reforça a perspectiva de crescimento moderado do PIB em 2026. De fato, serviços, comércio varejista ampliado e o setor industrial alcançaram crescimento abaixo de 2% na comparação com igual período de 2025. Neste contexto, as expectativas são de crescimento do PIB da ordem de 1,8%, em um cenário de pressões inflacionárias e política monetária restritiva.

Inflação e política monetária

O IPCA acumulou 3,95% de janeiro a setembro de 2026, ante 3,64% em igual período de 2025. Em doze meses, a inflação atingiu 4,58%, ligeiramente acima do teto de tolerância da meta governamental de 4,5%. Para 2026, diante das atuais pressões inflacionárias, as expectativas são de que a inflação alcance 5,2%.

A política monetária permanece no campo restritivo, não obstante a gradual redução da taxa Selic, que passou de 15,0% a.a. ao final de 2025 para 13,75% a.a. em setembro.

Setor externo

O setor externo manteve contribuição positiva, não obstante o cenário externo desfavorável. No acumulado de janeiro a setembro, as exportações somaram US$ 284,7 bilhões, alta de 10,4%, enquanto as importações totalizaram US$ 222,3 bilhões, crescimento de 5,0%. O superávit até setembro é de US$ 62,4 bilhões, ante US$ 46,3 bilhões de igual período de 2025, expansão de 34,8%.

Sistema Financeiro Nacional

O saldo da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R$ 7.397,7 bilhões em agosto de 2026 (últimos dados disponíveis), crescimento de 3,6%, ante 4,8% em igual período de 2025, e de 9,2% em doze meses.

O índice de provisões sobre a carteira de crédito do SFN atingiu 8,0% em agosto de 2026, ante 7,5% em dezembro de 2025. A elevação reflete o aumento do risco de crédito em ambiente de pressões inflacionárias e de taxa Selic elevada.

SOBRE O MERCANTIL

Talentos e Cultura

Reconhecimentos do Mercado

No Mercantil, a evolução dos indicadores de clima organizacional é reflexo do investimento contínuo em capital humano, compromisso que posiciona a instituição em patamar de referência no setor financeiro.

No trimestre, destaca-se a certificação conferida pelo Instituto Great Place to Work (GPTW) que, pelo segundo ano consecutivo, incluiu o Mercantil no ranking das 175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. Na edição de 2026, a instituição alcançou a 44ª posição no ranking nacional, ante o 61º lugar obtido em sua estreia em 2025.

Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III

A Estrutura de Gerenciamento de Capital está alinhada ao modelo de negócios e ao perfil de riscos da Instituição, permitindo uma avaliação robusta das necessidades de capital para sustentar o crescimento projetado. Essa abordagem também favorece uma visão prospectiva, antecipando eventuais demandas de capital decorrentes de mudanças nas condições de mercado.

Os limites operacionais são apurados de forma consolidada, e o índice de adequação do capital (conforme as diretrizes de Basileia III) atingiu 18,5%, bem acima do mínimo regulatório de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal. Informações detalhadas podem ser consultadas na nota explicativa nº 21.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - CONSOLIDADO

Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado

- **Ativos**

O Ativo total consolidado posicionou-se em R$ 39,2 bilhões, crescimento de 10,1%. As disponibilidades e demais instrumentos financeiros alcançaram 91,6% do Ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa somam R$ 9,1 bilhões (23,4% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos, basicamente, por aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R$ 7,3 bilhões e disponibilidades de R$ 1,6 bilhão.

Os principais ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R$ 1,7 bilhão (4,3% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro (R$ 1,6 bilhão), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R$ 17,5 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R$ 15,9 milhões), dentre outros menos relevantes.

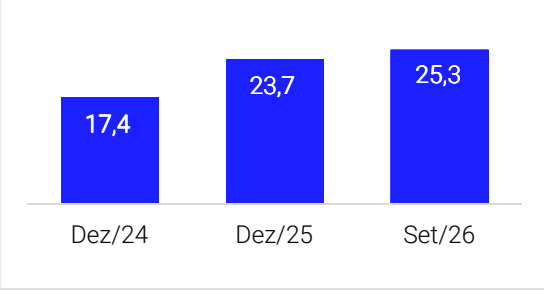
Nos ativos financeiros ao valor justo no resultado, vale destacar aplicações em cotas de fundo imobiliário de R$ 42,4 milhões e em fundo de investimentos em direitos creditórios de R$ 16,1 milhões.

Os ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado posicionaram-se em R$ 32,6 bilhões (83,2% do ativo total) e estão representados, basicamente, por aplicações interfinanceiras de liquidez, operações de crédito e outros créditos, depósitos no Banco Central do Brasil e outros ativos financeiros.

As aplicações interfinanceiras de liquidez perfazem R$ 7,5 bilhões (19,2% do ativo total) e estão representados, basicamente, por títulos públicos federais. Os depósitos no Banco Central somam R$ 834,3 milhões e outros ativos financeiros R$ 246,0 milhões.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R$ 25,3 bilhões (64,5% do ativo total), com expansão de 6,5% no período de nove meses (17,2% em 12 meses), apesar do cenário adverso no período. Todo esse crescimento representa o resultado direto de uma estratégia bem definida e bem executada, com o trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios. As principais linhas de crédito representam R$ 24,5 bilhões, 96,9% da carteira de crédito e estão assim segmentadas e com os seguintes percentuais sobre a carteira de crédito: empréstimo consignado R$ 18,6 bilhões (73,6%), crédito pessoal R$ 3,5 bilhões (14,0%), empréstimo Saque FGTS R$ 2,1 bilhões (8,2%) e Capital de Giro R$ 278,4 milhões (1,1%). As provisões para perdas esperadas somam R$ 1,3 bilhão (5,0%). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 7.4.

(Em R$ bilhões)



- **Passivos**

Captação de Recursos

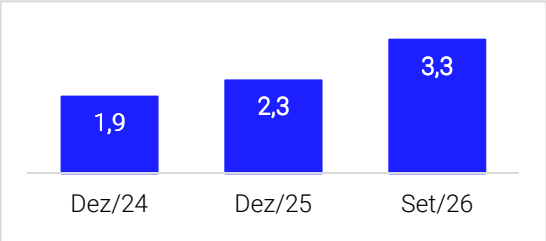
Os passivos financeiros ao custo amortizado estão representados, principalmente, por captações no mercado interno no montante de R$ 33,9 bilhões, dos quais R$ 20,3 bilhões são provenientes de depósitos a prazo, recursos de aceites e emissão de títulos R$ 9,9 bilhões, obrigações por operações vinculadas a cessões de R$ 1,5 bilhão e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital R$ 1,3 bilhão, dentre outros menos relevantes. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

As captações através de letras financeiras posicionaram-se em R$ 9,6 bilhões. Desse total, R$ 1,3 bilhão está contabilizado na rubrica do Passivo "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R$ 498,1 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R$ 481,5 milhões como Capital Complementar.

- **Patrimônio Líquido e Resultado**

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R$ 3,3 bilhões, ante R$ 2,3 bilhões em dezembro de 2025. No período houve o aumento de capital de R$ 498,5 milhões. Informações adicionais estão disponíveis na nota explicativa nº 17.1.

(Em R$ bilhões)



- **Resultados**

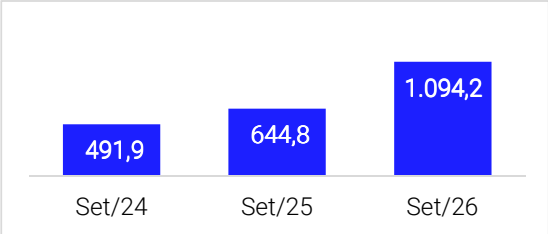
As Receitas de juros posicionaram-se em R$ 7,6 bilhões. Estão representadas, basicamente, por receitas de operações de crédito de R$ 6,5 bilhões e resultado de títulos e valores mobiliários de R$ 905,0 milhões.

As Despesas de juros somam R$ 3,3 bilhões (43,6% comparadas às Receitas de Juros) e estão compostas por despesas com operações de captação no mercado. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa 14.4.

O Resultado Líquido de Juros após provisão para perdas esperadas com ativos financeiros alcançou R$ 3,2 bilhões (42,3% das Receitas de Juros).

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R$ 1,1 bilhão (14,4% das Receitas de Juros). Expressivo crescimento de 69,7%.

(Em R$ milhões)

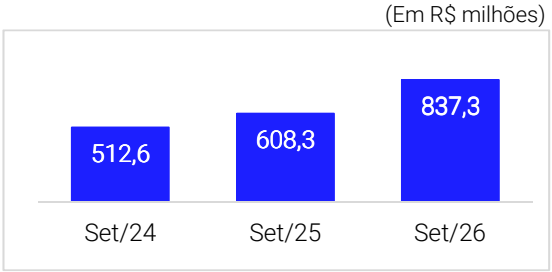


As despesas de pessoal posicionaram-se em R$ 705,3 milhões e as despesas administrativas somaram R$ 1,3 bilhão. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 18.2 e 18.3.

- **Lucro Líquido**

O Lucro Líquido alcançou R$ 837,3 milhões, ante R$ 608,3 milhões em igual período de 2025, crescimento de 37,6%.

(Em R$ milhões)



- **Dividendos**

No período, os dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio (líquido), totalizam R$ 224,7 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 17.3.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Mensagem aos Acionistas

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações, investimentos e outros eventos relacionados às empresas controladas encontram-se detalhados nas notas explicativas nº 2.2 e 11.1.

No período, ocorreu o fechamento do capital da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, nos termos da oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais da Companhia deferida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 15 de janeiro de 2026, e atos complementares nos termos das normas de regência. Informações adicionais estão disponíveis no site www.bancomercantil.com.br.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o Mercantil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente. No período, os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2026.

Administração

BANCO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

SETEMBRO DE 2026

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**4**	**1.536.741**	**1.045.456**	**1.552.947**	**1.063.077**
Instrumentos Financeiros		**33.956.771**	**30.923.534**	**34.293.003**	**31.498.611**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**5**	**1.511.595**	**1.236.775**	**1.676.535**	**1.423.798**
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.511.595	1.236.775	1.676.535	1.423.798
Ao valor justo por meio do resultado	**6**	**-**	**-**	**68.527**	**88.141**
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	-	-	68.527	88.141
Ao custo amortizado	**7**	**32.445.176**	**29.686.759**	**32.547.941**	**29.986.672**
Depósitos no Banco Central	7.1	834.291	1.185.771	834.291	1.185.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.2	7.680.172	5.401.998	7.497.085	5.236.643
Títulos e Valores Mobiliários	7.3	479.557	1.055.108	-	630.199
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.4.a)	24.714.909	23.028.084	25.255.890	23.721.846
(Provisão para Perdas Esperadas)	7.4.e)	(1.275.153)	(993.646)	(1.285.291)	(1.007.013)
Outros Ativos Financeiros	7.6	11.400	9.444	245.966	219.226
Ativos Fiscais	8	**1.769.547**	**1.552.580**	**1.914.853**	**1.665.098**
Correntes	8.1	333.125	217.622	423.763	271.084
Diferidos	8.2	1.436.422	1.334.958	1.491.090	1.394.014
Outros valores e bens	**9**	**45.590**	**65.832**	**45.590**	**46.870**
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	9.1	45.590	46.870	45.590	46.870
Investimentos Mantidos para Venda	9.2	-	18.962	-	-
Outros Ativos	**10**	**542.711**	**389.175**	**524.186**	**428.774**
Investimentos	**11**	**1.510.172**	**1.058.227**	**32.464**	**23.073**
Imobilizado	**12**	**520.670**	**564.787**	**575.288**	**625.119**
Intangível	**13**	**202.320**	**210.953**	**206.019**	**212.558**
Total do Ativo		40.084.522	35.810.544	39.144.350	35.563.180

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**35.070.327**	**31.061.335**	**33.938.022**	**30.601.989**
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	**14**	**35.070.327**	**31.061.335**	**33.938.022**	**30.601.989**
Depósitos	14.1	21.752.199	21.335.019	21.029.769	21.121.503
Captações no Mercado Aberto	14.2	146.586	42.999	50.000	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.3	8.318.380	5.588.408	9.936.255	7.197.741
Relações Interfinanceiras		79.153	98.466	79.153	98.466
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.5	3.477.812	3.042.851	1.546.567	1.230.108
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.4	1.291.349	949.675	1.291.349	949.675
Outros Passivos Financeiros		4.848	3.917	4.929	4.496
Provisões	**15**	**369.382**	**303.797**	**385.928**	**322.798**
Passivos Fiscais		**125.819**	**784.592**	**189.376**	**836.836**
Correntes	8.4	84.513	768.663	142.028	814.922
Diferidos		41.306	15.929	47.348	21.914
Outros Passivos	**16**	**1.189.901**	**1.370.777**	**1.289.721**	**1.472.267**
Patrimônio Líquido	**17**	**3.329.093**	**2.290.043**	**3.341.303**	**2.329.290**
Capital Social	17.1	952.710	807.203	952.710	807.203
(Ações em Tesouraria)	17.1	(3.830)	(3.830)	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	17.2	412.907	43.375	412.907	43.375
Reservas de Lucros	17.2	1.416.556	1.444.514	1.416.556	1.444.514
Outros Resultados Abrangentes		(4.924)	(1.219)	(4.924)	(1.219)
Lucros Acumulados		555.674	-	555.674	-
Participação dos Não Controladores		-	-	12.210	39.247
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		40.084.522	35.810.544	39.144.350	35.563.180

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	Banco		Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas da Intermediação Financeira		**7.657.827**	**5.856.184**	**7.594.463**	**5.879.012**
Operações de Crédito	7.4.d)	6.445.658	5.075.510	6.534.240	5.183.087
Resultado de Operações de Câmbio		35	(141)	35	(141)
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1.d)/6.1.c)/ 7.2.b)/7.3.c)	1.056.967	738.158	905.003	652.956
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.2.c)	75.320	(21.307)	75.320	(21.307)
Resultado das Aplicações no Banco Central		79.847	63.964	79.865	64.417
Despesas da Intermediação Financeira	14.5	**(3.493.948)**	**(2.627.776)**	**(3.308.676)**	**(2.488.752)**
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		**4.163.879**	**3.228.408**	**4.285.787**	**3.390.260**
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		**(1.088.570)**	**(356.176)**	**(1.088.249)**	**(355.706)**
Perda Esperada com Operações de Crédito	7.4.e)	(1.088.570)	(356.176)	(1.088.249)	(355.706)
Resultado Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros		**3.075.309**	**2.872.232**	**3.197.538**	**3.034.554**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	18	**(2.251.479)**	**(2.079.608)**	**(2.135.150)**	**(2.095.454)**
Receitas de Prestação de Serviços	18.1	319.008	159.373	1.094.182	644.832
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	11.1	528.716	405.828	387	-
Despesas de Pessoal	18.2	(622.519)	(540.092)	(705.303)	(601.530)
Despesas Administrativas	18.3	(1.270.923)	(982.417)	(1.255.465)	(976.606)
Despesas Tributárias	18.4	(213.079)	(174.900)	(311.526)	(230.779)
Outras Receitas Operacionais	18.5	188.700	91.421	235.283	109.598
Outras Despesas Operacionais	18.6	(941.503)	(865.038)	(950.606)	(862.884)
Reversões / (Despesas) de Provisões	18.7	(239.879)	(173.783)	(242.102)	(178.085)
Resultado antes dos impostos		**823.830**	**792.624**	**1.062.388**	**939.100**
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.3	**4.143**	**(55.076)**	**(221.403)**	**(186.067)**
Provisão para Imposto de Renda		(32.015)	(68.234)	(185.564)	(147.477)
Provisão para Contribuição Social		(23.295)	(40.409)	(75.791)	(71.058)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		59.453	53.567	39.952	32.468
Participação dos não controladores		-	-	**(13.012)**	**(15.485)**
Lucro Líquido do período		827.973	737.548	827.973	737.548

Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)		
Ações ordinárias	6,8370	7,0590
Ações preferenciais	6,8370	7,0590
Lucro Líquido Atribuído (em R$ mil)		
Ações ordinárias	559.092	459.936
Ações preferenciais	268.881	277.612
Número Médio Ponderado de Ações em Circulação - básico e diluído		
Ações ordinárias	81.774.585	65.155.744
Ações preferenciais	39.327.336	39.327.336

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Lucro Líquido atribuível ao controlador	**827.973**	**737.548**	**827.973**	**737.548**
Participação dos não controladores	-	-	**13.012**	**15.485**
Lucro Líquido Total	**827.973**	**737.548**	**840.985**	**753.033**
Outros Resultados Abrangentes	**(3.705)**	**(5.694)**	**(3.705)**	**(5.694)**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	**(3.705)**	**(5.694)**	**(3.705)**	**(5.694)**
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(350)	697	(2.785)	(10.715)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - De Controladas	(3.513)	(6.077)	-	-
Efeito Fiscal	158	(314)	(920)	5.021
Resultado abrangente do período	**824.268**	**731.854**	**837.280**	**747.339**
Resultado abrangente atribuível ao Controlador	824.268	731.854	824.268	731.854
Resultado abrangente atribuível à Participação dos Não controladores	-	-	13.012	15.485

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	(-) Ações Tesoura
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31/12/2025	**807.203**	**43.375**	**194.036**	**1.250.478**	**(1.219)**	**-**	**(3.8**
Ajuste de exercícios anteriores (vide nota nº 2.6)	-	-	-	(27.958)	-	-	
Saldos ajustados em 01/01/2026	**807.203**	**43.375**	**194.036**	**1.222.520**	**(1.219)**	**-**	**(3.8**
Aumento de Capital	145.507	352.997	-	-	-	-	
Plano de Outorga de Ações (vide nota nº 17.5)	-	16.535	-	-	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(3.705)	-	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	827.973	
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	
Destinações:							
JCP deliberado / pago / provisionado (vide nota nº 17.3)	-	-	-	-	-	(272.299)	
Saldos em 30/09/2026	**952.710**	**412.907**	**194.036**	**1.222.520**	**(4.924)**	**555.674**	**(3.8**
Mutações do Período	**145.507**	**369.532**	**-**	**(27.958)**	**(3.705)**	**555.674**	
Saldos em 31/12/2024	**807.203**	**43.375**	**156.370**	**1.078.349**	**6.839**	**-**	**(3.8**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	-	-	-	-	(358.491)	
Absorção dos efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	-	-	-	(358.491)	-	358.491	
Saldos em 01/01/2025	**807.203**	**43.375**	**156.370**	**719.858**	**6.839**	**-**	**(3.8**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(5.694)	-	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	737.548	
Variação de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	
Destinações:							
JCP deliberado / pago / provisionado (vide nota nº 17.3)	-	-	-	-	-	(213.126)	
Saldos em 30/09/2025	**807.203**	**43.375**	**156.370**	**719.858**	**1.145**	**524.422**	**(3.8**
Mutações do Período	**-**	**-**	**-**	**(358.491)**	**(5.694)**	**524.422**	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto

(Em milhares de reais)

	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**823.830**	**792.624**	**1.062.388**	**939.100**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**962.838**	**282.162**	**1.469.340**	**695.653**
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	253.063	187.010	255.937	192.167
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.088.570	356.176	1.088.249	355.706
(Ganhos) Perdas com Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	180	(111)	180	(111)
Depreciações e Amortizações	189.520	163.523	196.777	167.615
Atualizações Monetárias Ativas	(39.779)	(18.608)	(84.428)	(35.209)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	(528.716)	(405.828)	(387)	-
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	13.012	15.485
Variações em Ativos e Passivos	**29.744**	**1.073.011**	**(818.438)**	**691.867**
(Aumento) / Redução em Ativos	**(2.210.730)**	**(4.119.165)**	**(2.144.275)**	**(4.145.426)**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(97.662)	(9.792)	(215.208)	(11.703)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	432.768	314.975	505.764	477.776
Depósitos no Banco Central	156.840	(28.897)	156.840	(28.897)
Operações de Crédito e Outros Créditos	(2.493.888)	(4.502.627)	(2.344.015)	(4.582.550)
Outros Ativos Financeiros	(1.956)	(1.541)	(26.740)	(113.791)
Ativos Fiscais	(157.514)	75.588	(209.803)	74.427
Outros Ativos	(49.318)	33.129	(11.113)	39.312
(Redução) / Aumento em Passivos	**2.240.474**	**5.192.176**	**1.325.837**	**4.837.293**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	3.294.502	5.442.371	2.621.543	5.203.031
Provisões	(187.478)	26.656	(192.807)	26.671
Passivos Fiscais	(586.166)	17.213	(596.320)	32.450
Outros Passivos	(152.467)	(176.036)	(194.084)	(215.798)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(127.917)	(118.028)	(312.495)	(209.061)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**1.816.412**	**2.147.797**	**1.713.290**	**2.326.620**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	798.080	43	821.134	43
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	1.100	4.600	1.100	4.600
Alienação de Investimentos Mantidos para Venda	18.962	-	-	-
Alienação de Investimentos	1.187	610	120	104
Alienação de Imobilizado	107	117	844	180
Alienação de Intangível	6.392	-	6.392	-
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(930.309)	(237.193)	(933.527)	(237.193)
Aquisição de Investimentos	(7.712)	-	(9.000)	(4.500)
Aquisição de Imobilizado	(13.803)	(61.802)	(15.002)	(67.639)
Aquisição de Intangível	(72.196)	(82.960)	(74.582)	(84.204)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	15.343	86.485	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**(182.849)**	**(290.100)**	**(202.521)**	**(388.609)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	405.948	-	405.948	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	308.542	69.941	308.542	69.941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(369.400)	(115.819)	(383.299)	(129.512)
Aumento de Capital	498.504	-	498.504	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**843.594**	**(45.878)**	**829.695**	**(59.571)**
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.477.157**	**1.811.819**	**2.340.464**	**1.878.440**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.558.574	3.860.702	6.808.059	3.934.842
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	9.035.731	5.672.521	9.148.523	5.813.282
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.477.157**	**1.811.819**	**2.340.464**	**1.878.440**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
1 - Receitas	**5.895.583**	**4.711.981**	**6.642.971**	**5.236.767**
Intermediação Financeira	7.657.827	5.856.184	7.594.463	5.879.012
Prestação de Serviços	319.008	159.373	1.094.182	644.832
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.088.570)	(356.176)	(1.088.249)	(355.706)
Outras	(992.682)	(947.400)	(957.425)	(931.371)
2 - Despesas de Intermediação Financeira	**(3.493.948)**	**(2.627.776)**	**(3.308.676)**	**(2.488.752)**
3 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**(1.078.447)**	**(816.406)**	**(1.055.683)**	**(806.500)**
Materiais, Energia e Outros	(43.476)	(36.571)	(46.904)	(38.270)
Serviços de Terceiros	(522.738)	(382.921)	(491.701)	(379.806)
Outros	**(512.233)**	**(396.914)**	**(517.078)**	**(388.424)**
Comunicações	(12.209)	(9.465)	(12.209)	(9.563)
Processamento de Dados	(275.116)	(206.303)	(273.381)	(194.457)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(106.923)	(66.079)	(107.921)	(66.560)
Serviços do Sistema Financeiro	(20.287)	(20.586)	(20.881)	(21.047)
Transportes	(43.018)	(38.205)	(43.035)	(38.278)
Seguros	(21.124)	(22.194)	(22.370)	(22.799)
Outros	(33.556)	(34.082)	(37.281)	(35.720)
4 - Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	**1.323.188**	**1.267.799**	**2.278.612**	**1.941.515**
5 - Depreciação, Amortização e Exaustão	**(189.520)**	**(163.523)**	**(196.777)**	**(167.615)**
Depreciações e Amortizações	(189.520)	(163.523)	(196.777)	(167.615)
6 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	**1.133.668**	**1.104.276**	**2.081.835**	**1.773.900**
7 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**528.716**	**405.828**	**387**	**-**
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	528.716	405.828	387	-
8 - Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	**1.662.384**	**1.510.104**	**2.082.222**	**1.773.900**
9 - Distribuição do Valor Adicionado	**1.662.384**	**1.510.104**	**2.082.222**	**1.773.900**
Pessoal	**540.583**	**469.973**	**610.087**	**521.317**
Remuneração Direta	425.433	370.219	486.448	416.188
Benefícios	93.702	79.820	100.290	83.957
FGTS	21.448	19.934	23.349	21.172
Impostos, Taxas e Contribuições	**290.872**	**300.095**	**628.145**	**497.059**
Federais	274.886	286.976	590.344	469.942
Estaduais	15	9	29	15
Municipais	15.971	13.110	37.772	27.102
Remuneração de Capitais de Terceiros	**2.956**	**2.488**	**3.005**	**2.491**
Aluguéis	2.956	2.488	3.005	2.491
Remuneração de Capitais Próprios	**827.973**	**737.548**	**840.985**	**753.033**
Juros sobre o Capital Próprio	272.299	213.126	272.299	213.126
Lucros Retidos do Período	555.674	524.422	555.674	524.422
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	13.012	15.485

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta autorizada a atuar como banco múltiplo e dispõe de ampla variedade de produtos e serviços disponibilizados através de canais digitais e físicos, por intermédio de sua rede de 352 Pontos de Atendimento. Atua direta e indiretamente por meio de suas controladas nas mais diversas modalidades de crédito, com destaque para operações de crédito consignado, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, distribuição e intermediação de valores, bem como na venda de seguros e serviços complementares de *marketplace*. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas nos termos do art. 176, §4º, da Lei nº 6.404/76. Para elaboração das demonstrações financeiras em R$ mil, exceto quando especificado de outra forma. De maneira geral, considera-se o arredondamento (1 para cima e 1 para baixo), seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas às provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração conforme estabelece o art. 5º da Resolução 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 04 de novembro de 2026.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2026 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente (Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas direta e indiretamente:	Sigla	Participação % 30/09/2026	Participação % 31/12/2025
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	BMI	92,53	92,53
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (II)	Financeira	100,00	95,31
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (IV)	MBC	-	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	MBD	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. (I)	Domo	99,63	99,16
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	COSEFI	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	SANSA	100,00	100,00
MB FII – Fundo de Investimento Imobiliário (V)	MB FII	100,00	100,00
OPEA SPE 01 - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	OPEA	100,00	100,00
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A. (V)	MACS	99,56	99,56
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Bem Aqui	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace	100,00	100,00
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda. (III) (V)	Altivis	95,00	95,00
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda. (III) (V)	Dente Vitta	95,00	95,00
Geração Saber Cursos Livres Ltda. (III) (V)	Geração Saber	95,00	95,00
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda. (III) (V)	Maturitec	95,00	95,00
Viva Notícias Ltda. (III) (V)	Viva	95,00	95,00
Assistência Pet Nacional Ltda. (III) (V)	Pet Nacional	90,00	90,00
Assistência Conecta Saúde Ltda. (III) (V)	Conecta Saúde	95,00	95,00
Total Assistência Previdenciária Ltda. (III) (V)	Total Prev	95,00	95,00
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda. (III) (V)	Plat. Fidelidade	95,00	-
Lar Assistência Ltda. (III) (V)	Lar Assist.	95,00	-
Converge Serviços e Otimização Ltda. (III) (V) (VI)	Converge	100,00	-

(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (vide nota nº 11.1).
(II) O Banco passou a deter 100% das ações a partir de 08 de abril de 2026, após o processo de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações de emissão de sua controlada Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, vide nota explicativa nº 11.1.
(III) Empresas controladas pela Marketplace que foram constituídas para complementar o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema do público 50+ do Banco.
(IV) Alienação da totalidade da participação societária da Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MB Corretora", "controlada"), vide nota explicativa nº 11.1.
(V) Controladas Indiretamente.
(VI) Empresa constituída para atuação em três frentes complementares: Vendas externas, com equipes em campo por todo o Brasil e expansão comercial contínua; Atendimento ao cliente, com operações de relacionamento, retenção e experiência; e Backoffice, com suporte operacional e gestão de processos orientados à qualidade e eficiência.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos é consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiros, que operam crédito em suas diversas modalidades, *Marketplace* que complementa o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+, entre outros segmentos constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, de securitização e tecnologia da informação.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações contábeis do Banco e suas empresas Controladas, diretas ou indiretamente, estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

- Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras, quando ocorrem, consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de setembro de 2026, a taxa de câmbio aplicável era: US$ 1,00 = R$ 5,1808 (em 31 de dezembro de 2025, US$ 1,00 = R$ 5,5024).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessária a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test)*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja, devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado no Grupo “Receita da Intermediação Financeira” em suas respectivas rubricas.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao Valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Derivativos

São mensurados ao valor justo por meio do resultado e são registrados em contas patrimoniais e de compensação. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados como estratégia de hedge pela Instituição podem ser classificados de acordo com a sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de valor justo - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

(vi) Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios - as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são reconhecidas no resultado pelo prazo remanescente das operações.
- Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios - as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação dos respectivos valores, quando expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa, ou quando são transferidos os direitos de recebimento desses fluxos de caixa juntamente com a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas, resgatadas ou expiram.

(vii) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros poderá ser baseada nos preços de cotações do mercado, disponibilizados através de *feeders* e conforme as negociações em mercados ativos. Na ausência destes dados, o valor justo será apurado através da formação de preços teóricos com a utilização de curvas de juros projetadas, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(viii) Provisão para perdas esperadas (*Impairment)*

- Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios da Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- Estágio 1 – Ativos Realizáveis: Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa: Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis: É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- Créditos avaliados individualmente: Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- Créditos avaliados coletivamente: Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexo I da Resolução, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos). Neste estágio, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, na rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 7.689/1988 e Lei Complementar nº 224/25.

Os impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20 e a Resolução BCB nº 15/20. O reconhecimento e a mensuração desses ativos consideram os efeitos da Lei nº 14.467/22, alterada pela Lei nº 15.078/24, que disciplina a dedutibilidade das perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros em 1/84 avos mensais para o estoque de perdas apurado na transição para a Resolução CMN nº 4.966. Os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante, seguindo as diretrizes da Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do respectivo bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Imobilizado

- Imóveis para renda

Os Imóveis para renda ou propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco. Estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados com base na vida útil do ativo.

- Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- Imobilizado de Arrendamento

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos a valor presente nas Demonstrações Financeiras do Banco como um "Ativo de direito de uso" em contrapartida ao "Passivo de arrendamento" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.975/21.

Os arrendamentos são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais, no Resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem a gastos com aquisição e desenvolvimento de software e são registrados pelo custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida, basicamente, entre 3 e 5 anos, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o Banco realiza análise para verificar se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, excede o seu valor recuperável. Neste caso é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment)* em contrapartida com o resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

k) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 17.4).

As ações restritas outorgadas (nota nº 17.5) foram antidilutivas no período; o lucro diluído é igual ao básico.

l) Pagamentos baseados em ações

Os planos de pagamento baseados em ações são outorgados pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. a seus diretores e colaboradores-chave. Tais planos são classificados como pagamento baseado em ações liquidado em instrumento patrimonial. O valor justo na data da outorga é reconhecido como despesa de pessoal, com correspondente aumento no patrimônio líquido (reservas de capital), durante o período em que os beneficiários adquirem o direito aos prêmios (*vesting period*).

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, deliberados, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento. Adicionalmente, sobre o montante dos juros sobre o capital próprio a pagar, o Banco atua como responsável tributário pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), cuja alíquota foi majorada para 17,5% nos termos da Lei Complementar nº 224/2025, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2026.

n) Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

o) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes, quando ocorrem, são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 2/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos, favoráveis ou desfavoráveis, ocorridos entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- **Eventos que originam ajustes:** os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras; e
- **Eventos que não originam ajustes:** os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

A ocorrência de eventos subsequentes, ou a declaração de sua inexistência no período, será evidenciada em nota explicativa específica, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

2.4. Normas e interpretações aplicáveis em períodos futuros

As seguintes normas e interpretações foram emitidas pelos Reguladores que entrarão em vigor em períodos futuros. A Instituição não optou pela adoção antecipada dessas normas, exceto se indicado de outra forma:

- **Reforma Tributária**

As Leis Complementares nº 214/25 e nº 227/26 instituíram o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo (IS), dando início à transição gradual da Reforma Tributária. O novo sistema substituirá tributos antigos como PIS/Pasep, COFINS, ISS, ICMS, IPI e IOF-Seguros, estruturando-se nos regimes Geral, Específico e Diferenciado. Entre os principais avanços da nova legislação destacam-se a não cumulatividade plena, o crédito ao longo da cadeia e a definição da base de cálculo pelo preço líquido. Os serviços financeiros farão parte do Regime Específico, com a incidência do IBS e da CBS programada para começar em 1º de janeiro de 2027. A alíquota inicial estimada para o setor será de 10,85%, com previsão de aumento gradual até atingir 12,50% em 2033.

A Administração está avaliando os potenciais impactos da reforma tributária sobre suas operações e divulgará seus efeitos de forma prospectiva à medida que as regulamentações complementares forem publicadas.

- **Instrumentos Financeiros Reestruturados – Taxa de Juros Efetiva Repactuada**

O art. 71-A da Resolução CMN nº 4.966/21, incluído pela Resolução CMN nº 5.146/24, faculta, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada na apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados de que trata o art. 22 da mesma Resolução, faculdade esta adotada pelo Banco Mercantil. A partir de 1º de janeiro de 2027, com o término da faculdade, o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados passará a ser apurado pela taxa de juros efetiva original do instrumento, com a diferença em relação ao valor contábil bruto reconhecida no resultado do período em que ocorrer a reestruturação. A Administração está avaliando os efeitos dessa alteração.

- **Contabilidade de *Hedge (Hedge Accounting)***

As Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23, emitidas complementarmente à Resolução CMN nº 4.966/21, estabeleceram que os critérios de contabilidade de hedge do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21 entram em vigor em 1º de janeiro de 2027. Até 31 de dezembro de 2026, as relações de hedge continuam a observar a Circular Bacen nº 3.082/02, que permanece em vigor nos dispositivos que tratam das categorias de hedge, da documentação e da comprovação de efetividade da relação de proteção (intervalo de 80% a 125%). A Administração está avaliando os efeitos da transição sobre a relação de hedge de valor justo.

- **Relatório de Sustentabilidade e Clima (ISSB)**

As Resoluções CMN nº 5.185/24 e BCB nº 435/24 dispõem sobre a obrigatoriedade das instituições elaborarem o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir do exercício social de 2026.

A Resolução CMN nº 5.252/25 uniformiza o tratamento contábil aplicável aos ativos e passivos decorrentes de ações de sustentabilidade. Dessa forma, a partir de janeiro de 2027, o Banco Mercantil passará a reconhecer, mensurar e evidenciar tais ativos e passivos de sustentabilidade em conformidade com as diretrizes vigentes.

O Banco segue avaliando e analisando os impactos quantitativos e qualitativos da adoção das referidas normas. Com base na análise preliminar, a Administração não espera que a adoção inicial das normas, tenha um efeito material imediato sobre o patrimônio líquido ou o resultado ajustado da Instituição, embora os requerimentos de divulgação sejam ampliados.

- **Consulta Pública BCB nº 130/26 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (CPC 51)**

Em 17 de setembro de 2026, o Banco Central do Brasil (BCB) submeteu a Consulta Pública (Edital nº 130/2026) propostas de alteração da Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020, e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020. O objetivo da proposta é alinhar a regulamentação aplicável às instituições financeiras ao novo Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, convergente à norma internacional IFRS 18, que substituirá o atual CPC 26 (IAS 1).

A nova norma introduz mudanças estruturais significativas na forma como as informações financeiras são apresentadas e divulgadas, visando aumentar a transparência e a comparabilidade. As principais alterações em avaliação incluem:

- Categorização na Demonstração do Resultado: Introdução de três categorias obrigatórias para a classificação de receitas e despesas (Operacional, Investimento e Financiamento), com exigência de novos subtotais padronizados, incluindo a apuração do "Lucro Operacional".

- Medidas de Desempenho da Administração (MPM): Exigência de que as medidas de desempenho não-GAAP (como lucros recorrentes ou ajustados) utilizadas pela Administração em comunicações públicas sejam evidenciadas e conciliadas aos números contábeis diretamente nas notas explicativas, sujeitas à auditoria.

- Agrupamento e Desagregação: Requisitos aprimorados para a desagregação de saldos patrimoniais e de resultados, limitando o uso de contas genéricas como "Outros" e exigindo maior detalhamento com base na natureza ou função dos itens.

A proposta é que as resoluções CMN e BCB produzam efeitos nas demonstrações a serem apresentadas para períodos findos a partir de 31 de dezembro de 2027, sendo facultada a aplicação na apresentação de demonstrações financeiras semestrais relativas a 2027. A Administração do Banco está acompanhando o trâmite normativo junto ao órgão regulador e mapeando os potenciais reflexos da adoção nas linhas de apresentação de suas demonstrações financeiras. Por se tratar de norma voltada exclusivamente à apresentação e evidenciação, a Administração não prevê impactos no reconhecimento e na mensuração de seus ativos, passivos e na apuração do patrimônio líquido e do resultado.

2.5. Reclassificação de Informações Comparativas

Para fins de melhor comparabilidade, os saldos de reversão de provisão, relativos a 30 de setembro de 2025 foram reclassificados conforme segue:

DRE	Banco		
	Original	Reclassificação	Reclassificado
Despesa de Pessoal	(511.280)	(28.812)	(540.092)
Outras Receitas Operacionais	62.609	28.812	91.421
Lucro Líquido	**737.548**	**-**	**737.548**

DRE	Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reclassificado
Despesa de Pessoal	(572.678)	(28.852)	(601.530)
Outras Receitas Operacionais	80.746	28.852	109.598
Lucro Líquido	**737.548**	**-**	**737.548**

2.6. Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste em patrimônio líquido refere-se à baixa dos saldos de despesas antecipadas relacionadas a recursos aplicados na aceleração de originação de operações de crédito, anteriores à entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/21, no montante de R$ 27.958 líquido dos efeitos tributários.

NOTAS EXPLICATIVAS

3. Demonstração por Segmentos Operacionais

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Balanço Patrimonial	Financeiras	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace	Outros	Eliminaçõ
Disponibilidades	1.536.741	368	244	16.130	(5
Instrumentos Financeiros	34.604.750	275.480	444.668	2.145.759	(3.177.6
Ativos Fiscais	1.841.682	50.670	16.748	5.753	
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	45.590	-	-	-	
Outros Ativos	582.744	13.938	11.639	1.612	(85.7
Investimentos	777.484	16.411	12.415	1.940	(775.7
Imobilizado	520.692	50.905	752	2.939	
Intangível	202.320	-	3.699	-	
Ativo Total	**40.112.003**	**407.772**	**490.165**	**2.174.133**	**(4.039.7**
Passivos financeiros	35.033.168	-	-	1.603.486	(2.698.6
Provisões	383.823	1.901	-	204	
Passivos Fiscais	141.879	18.329	27.192	1.976	
Outros Passivos	1.212.967	87.268	41.544	33.690	(85.7
Patrimônio Líquido	3.340.166	300.274	421.429	534.777	(1.255.3
Passivo Total	**40.112.003**	**407.772**	**490.165**	**2.174.133**	**(4.039.7**

NOTAS EXPLICATIVAS

DRE	Financeiras (I)	Intermediação de Seguros e Negócios	*Marketplace* (II)	Outros (III)	Elim
Receitas da Intermediação Financeira	7.724.813	18.030	30.015	328.318	(5
Despesas da Intermediação Financeira	(3.497.255)	-	-	(178.485)	
Resultado líquido da Intermediação Financeira	**4.227.558**	**18.030**	**30.015**	**149.833**	**(**
Perdas esperadas de ativos financeiros	(1.088.249)	-	-	-	
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros	**3.139.309**	**18.030**	**30.015**	**149.833**	**(**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(2.293.480)**	**300.040**	**356.336**	**(4.619)**	**(**
Receitas de Prestação de Serviços	320.882	398.009	435.508	37.734	
Resultado de Participações em Controladas	492.428	848	538	-	(4
Despesas de Pessoal	(639.854)	(36.999)	(11.671)	(16.779)	
Despesas Administrativas	(1.293.977)	(15.401)	(27.951)	(15.803)	
Despesas Tributárias	(217.954)	(49.208)	(37.705)	(6.659)	
Outras Receitas Operacionais	230.450	4.150	364	395	
Outras Despesas Operacionais	(943.254)	(1.464)	(2.741)	(3.507)	
Reversões / (Despesas) de Provisões	(242.201)	105	(6)	-	
Resultado antes dos impostos	**845.829**	**318.070**	**386.351**	**145.214**	**(**
IR e CS	(17.301)	(109.224)	(92.959)	(1.919)	
Participação dos não controladores	(555)	-	(12.455)	-	
Lucro Líquido do Período	**827.973**	**208.846**	**280.937**	**143.295**	**(**

(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.
(II) Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.
(III) Segmento "Outros" é constituído, basicamente, pelos segmentos de securitização e tecnologia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**1.536.741**	**1.045.456**	**1.552.947**	**1.063.077**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**7.182.545**	**5.002.033**	**7.279.131**	**5.233.897**
Aplicações no mercado aberto-Posição bancada (I)	7.153.410	4.969.857	7.249.996	5.201.721
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.135	32.176	29.135	32.176
Aplicações Voluntárias no Banco Central (II)	**316.445**	**511.085**	**316.445**	**511.085**
Total	**9.035.731**	**6.558.574**	**9.148.523**	**6.808.059**

(I) Refere-se às aplicações cujo vencimento na data efetiva da operação é igual ou inferior a 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
(II) Refere-se às aplicações voluntárias no Banco Central (vide nota nº 7.1).

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Banco	30/09/2026			
	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor Justo / Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.510.356	906	-	1.511.262
Debêntures	555	-	(222)	333
Total em 30/09/2026	**1.510.911**	**906**	**(222)**	**1.511.595**
Total em 31/12/2025	**1.235.521**	**1.256**	**(2)**	**1.236.775**

Consolidado	30/09/2026			
	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor Justo / Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.631.928	1.118	-	1.633.046
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	22.018	(247)	(4.279)	17.492
Certificado de Recebíveis Imobiliários	19.307	(3.396)	(25)	15.886
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	6.640	-	(10)	6.630
Nota Comercial	3.085	-	(10)	3.075
Debêntures	5.077	(2.188)	(2.483)	406
Total em 30/09/2026	**1.688.055**	**(4.713)**	**(6.807)**	**1.676.535**
Total em 31/12/2025	**1.434.448**	**(1.928)**	**(8.722)**	**1.423.798**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Até 1 ano	218.094	297.153	236.652	326.734
De 1 a 2 anos	76.990	197.354	93.598	197.480
De 2 a 3 anos	16.531	72.730	18.428	99.971
De 3 a 4 anos	145.580	42.014	147.585	54.205
De 4 a 5 anos	80.693	627.524	201.005	737.641
Acima de 5 anos	973.707	-	979.267	7.767
Total	**1.511.595**	**1.236.775**	**1.676.535**	**1.423.798**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função de não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação a mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Banco	31/12/2025	Ganhos / Perdas	Liquidações	Transferências	30/09/2026
Estágio 1	**(2)**	**-**	**-**	**2**	**-**
Debêntures	(2)	-	-	2	-
Estágio 3	**-**	**(226)**	**6**	**(2)**	**(222)**
Debêntures	-	(226)	6	(2)	**(222)**
Total	**(2)**	**(226)**	**6**	**-**	**(222)**

Consolidado	31/12/2025	Ganhos / Perdas	Liquidações	Transferências	30/09/2026
Estágio 1	**(3.098)**	**(3.877)**	**25**	**6.820**	**(130)**
Debêntures	(33)	(515)	6	542	-
Nota Comercial	(13)	(2)	5	-	**(10)**
CRA	(3.009)	(3.356)	2	6.278	**(85)**
CDCA	(13)	(1)	4	-	**(10)**
CRI	(30)	(3)	8	-	**(25)**
Estágio 2	**-**	**(4.648)**	**6.100**	**(1.452)**	-
CRA	-	(4.648)	6.100	(1.452)	-
Estágio 3	**(5.624)**	**(2.039)**	**6.354**	**(5.368)**	**(6.677)**
CRA	(5.624)	(92)	6.348	(4.826)	**(4.194)**
Debêntures	-	(1.947)	6	(542)	**(2.483)**
Total	**(8.722)**	**(10.564)**	**12.479**	**-**	**(6.807)**

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	143.241	138.410	171.385	172.003
Total	**143.241**	**138.410**	**171.385**	**172.003**

6. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

6.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Consolidado	30/09/2026	31/12/2025
Cotas de Fundo Imobiliário	42.368	43.668
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	16.134	34.909
Fiagro	7.135	906
Funcine	1.766	1.609
Cotas de Fundo de Investimento	413	379
Fundo de Investimento em Cotas	711	901
Cotas de Fundo de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	5.769
Total	**68.527**	**88.141**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Consolidado	30/09/2026	31/12/2025
Indeterminado	46.296	53.232
Até 1 ano	-	17.861
De 1 a 2 anos	6.129	-
De 2 a 3 anos	16.102	17.048
Total	**68.527**	**88.141**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Descrição	Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
Ao valor justo por meio do Resultado	5.162	3.360
Total	**5.162**	**3.360**

6.2. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas. São mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21. Os derivativos designados como instrumento de hedge seguem os critérios de contabilidade de hedge da Circular Bacen nº 3.082/2002, aplicáveis até 31 de dezembro de 2026 (vide nota nº 2.4).

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação *(trading)* e carteira bancária *(banking)*. São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a *hedge* de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value of Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os Instrumentos financeiros derivativos do Banco e Consolidado são como segue:

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Contrato de Futuro – DI [(I)] Posição passiva - Taxa de Juros	6.193.698	10.661.764	6.192.731	10.664.889
Contrato de Futuro – Mini-Índice [(II)] Posição ativa - Ibovespa	675	1.881	685	1.911
Contrato de Futuro – Dólar [(III)] Posição passiva - Moeda estrangeira	1.403	131	1.416	132
Total	**6.195.776**	**10.663.776**	**6.194.832**	**10.666.932**

[(I)] A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições a taxas de juros.
[(II)] A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.
[(III)] A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – DI	-	2.941.636	3.252.062	**6.193.698**
Contrato de Futuro – Mini-Índice	675	-	-	**675**
Contrato de Futuro – Dólar	1.403	-	-	**1.403**
Total em 30/09/2026	**2.078**	**2.941.636**	**3.252.062**	**6.195.776**
Total em 31/12/2025	**2.012**	**-**	**10.661.764**	**10.663.776**

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil possui operações de hedge de valor justo (hedge de risco de mercado, nos termos da Circular Bacen nº 3.082/2002), conforme segue:

Hedge de valor justo	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Objeto de *Hedge* – Carteira de Ativos [(I)]	6.148.670	9.829.219	6.172.936	9.859.797
Instrumento de *Hedge* – Taxa de Juros	6.172.928	9.859.791	6.172.928	9.859.791

[(I)] A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 7.4).

A efetividade da relação de hedge é avaliada desde a sua designação e ao longo de sua vigência, conforme a Circular Bacen nº 3.082/2002: a relação é considerada efetiva quando as variações no valor de mercado do instrumento de hedge compensam as variações no valor de mercado do objeto de hedge, decorrentes do risco protegido, em intervalo entre 80% e 125%. Em 30 de setembro de 2026, a relação de hedge manteve-se dentro desse intervalo.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos, no Banco e Consolidado, são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos" conforme segue:

Descrição	Ganhos	Perdas	Resultado
Contrato de Futuro –DI	434.732	(359.578)	75.154
Contrato de Futuro – Mini-Índice	523	(558)	(35)
Contrato de Futuro – Dólar	826	(625)	201
Total em 30/09/2026	**436.081**	**(360.761)**	**75.320**
Total em 30/09/2025	**318.489**	**(339.796)**	**(21.307)**

7. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

7.1. Depósitos no Banco Central do Brasil

Os Depósitos no Banco Central do Brasil, no Banco e Consolidado, são como segue:

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Aplicações Voluntárias no Banco Central	316.445	511.085
Depósito a Prazo	488.802	639.321
Depósito de Poupança	19.055	21.093
Direcionamento Microcrédito	9.239	9.272
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	750	5.000
Total - Circulante	**834.291**	**1.185.771**

7.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto	**7.299.996**	**4.999.999**	**7.464.915**	**5.201.721**
Posição bancada	**7.153.410**	**4.969.857**	**7.414.915**	**5.201.721**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.253.414	2.669.858	2.350.000	2.700.000
Nota do Tesouro Nacional - NTN	4.899.996	2.299.999	4.899.996	2.299.999
Títulos Privados	-	-	164.919	201.722
Posição financiada	**146.586**	**30.142**	**50.000**	**-**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	146.586	30.142	50.000	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**380.176**	**401.999**	**32.170**	**34.922**
Total	**7.680.172**	**5.401.998**	**7.497.085**	**5.236.643**
Circulante	7.448.675	5.360.153	7.494.050	5.233.897
Não circulante	231.497	41.845	3.035	2.746

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo "Captação no Mercado Aberto – Carteira de Terceiros" (vide nota nº 14.2), que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de terceiros.

b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Aplicações no mercado aberto	**713.327**	**430.227**	**713.327**	**430.227**
Posição bancada	705.189	422.978	705.189	422.978
Posição financiada	8.138	7.249	8.138	7.249
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**41.381**	**43.291**	**3.023**	**5.802**
Total	**754.708**	**473.518**	**716.350**	**436.029**

7.3. Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado:

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Títulos Externos Soberanos	-	630.199	-	630.199
Debêntures	479.557	424.909	-	-
Total	**479.557**	**1.055.108**	**-**	**630.199**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado por vencimento:

Prazo	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Até 1 ano	-	630.199	-	630.199
Acima de 5 anos	479.557	424.909	-	-
Total	**479.557**	**1.055.108**	**-**	**630.199**

Os Títulos e Valores Mobiliários encontram-se registrados e custodiados conforme suas especificidades e jurisdições. Os Títulos Nacionais estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os Títulos Externos Soberanos encontram-se custodiados na Euroclear.

O valor de custo dos títulos classificados ao custo amortizado é apurado com base no valor de aquisição, atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo. Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários estão sujeitos à apuração de perdas de crédito esperadas, utilizando metodologia específica e modelos de risco conforme definido na política institucional.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Ao custo amortizado	159.018	126.230	12.106	41.564
Total	**159.018**	**126.230**	**12.106**	**41.564**

7.4. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição da carteira por produtos

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos	**24.473.594**	**22.753.873**	**24.843.933**	**23.221.312**
Empréstimo Consignado (I)	18.539.933	16.685.891	18.592.871	16.754.540
Empréstimo Saque FGTS	1.758.372	2.240.491	2.075.717	2.637.606
Crédito Pessoal	3.523.742	3.157.040	3.523.742	3.157.040
Capital de Giro	278.364	365.603	278.364	365.603
Cheque Especial	72.404	94.533	72.404	94.533
Cartão de Crédito	23.339	27.505	23.339	27.505
Conta Garantida	17.697	19.877	17.697	19.877
Outros Empréstimos e Financiamentos	259.743	162.933	259.799	164.608
Outros Créditos	**217.049**	**243.633**	**387.691**	**469.956**
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	132.951	143.334	132.608	142.906
Devedores por compra de valores e bens	46.702	47.098	46.702	47.098
Títulos e créditos a receber	37.396	53.201	208.381	279.952
Subtotal	**24.690.643**	**22.997.506**	**25.231.624**	**23.691.268**
Ajuste a valor de mercado operações de crédito objeto de *Hedge* (II)	24.266	30.578	24.266	30.578
Total	**24.714.909**	**23.028.084**	**25.255.890**	**23.721.846**

(I) Compreende operações de Empréstimo Consignado INSS, Público e Privado.

(II) O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado (vide nota nº 6.2).

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Vencimento	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Curso Normal	**23.002.428**	**21.701.332**	**23.535.792**	**22.384.834**
Até 1 ano	9.093.972	8.606.792	9.370.259	8.944.505
De 1 ano até 5 anos	11.349.875	10.455.235	11.588.941	10.776.023
Acima de 5 anos	2.558.581	2.639.305	2.576.592	2.664.306
Curso Anormal	**1.688.215**	**1.296.174**	**1.695.832**	**1.306.434**
Parcelas vincendas	**1.117.887**	**823.552**	**1.124.364**	**831.762**
Até 1 ano	628.314	467.153	630.791	469.987
De 1 ano até 5 anos	467.196	306.163	471.176	311.477
Acima de 5 anos	22.377	50.236	22.397	50.298
Parcelas vencidas	**570.328**	**472.622**	**571.468**	**474.672**
Até 1 ano	542.690	458.257	543.657	460.222
De 1 ano até 5 anos	27.638	14.365	27.811	14.450
Total	**24.690.643**	**22.997.506**	**25.231.624**	**23.691.268**

c) Movimentação da carteira por estágio

Banco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**21.833.157**	**295.339**	**869.010**	**22.997.506**
Constituição / Reversão	1.761.577	2.367	469.012	**2.232.956**
Transferência para Estágio 1	113.847	(18.994)	(94.853)	-
Transferência para Estágio 2	(94.179)	94.286	(107)	-
Transferência para Estágio 3	(484.248)	(94.852)	579.100	-
Baixa para prejuízo	-	-	(539.819)	**(539.819)**
Saldo em 30/09/2026	**23.130.154**	**278.146**	**1.282.343**	**24.690.643**

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**22.516.283**	**296.809**	**878.176**	**23.691.268**
Constituição / Reversão	1.614.535	2.032	468.117	**2.084.684**
Transferência para Estágio 1	113.863	(19.001)	(94.862)	-
Transferência para Estágio 2	(94.514)	94.621	(107)	-
Transferência para Estágio 3	(485.658)	(95.294)	580.952	-
Baixa para prejuízo	-	-	(544.328)	**(544.328)**
Saldo em 30/09/2026	**23.664.509**	**279.167**	**1.287.948**	**25.231.624**

d) Receitas de Operações de Crédito e Outros Créditos

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Rendas de empréstimos	6.437.460	5.070.459	6.501.560	5.144.678
Rendas de financiamentos	2.507	2.614	2.507	2.614
Outros Créditos	5.691	2.437	30.173	35.795
Total	**6.445.658**	**5.075.510**	**6.534.240**	**5.183.087**

e) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Banco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**133.125**	**115.508**	**745.013**	**993.646**
Constituição / Liquidação	77.822	30.360	713.144	**821.326**
Transferência para Estágio 1	6.540	(6.054)	(486)	-
Transferência para Estágio 2	(928)	1.016	(88)	-
Transferência para Estágio 3	(7.640)	(38.809)	46.449	-
Baixa para prejuízo	-	-	(539.819)	**(539.819)**
Saldo em 30/09/2026	**208.919**	**102.021**	**964.213**	**1.275.153**

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**139.501**	**116.050**	**751.462**	**1.007.013**
Constituição / Liquidação	78.454	30.155	713.997	**822.606**
Transferência para Estágio 1	6.548	(6.060)	(488)	-
Transferência para Estágio 2	(934)	1.023	(89)	-
Transferência para Estágio 3	(7.667)	(38.954)	46.621	-
Baixa para prejuízo	-	-	(544.328)	**(544.328)**
Saldo em 30/09/2026	**215.902**	**102.214**	**967.175**	**1.285.291**

A Perda esperada de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que, somados, geraram um efeito no resultado de R$ 267.244 (R$ 62.001 em 30 de setembro de 2025) no Banco e R$ 265.643 (R$ 60.921 em 30 de setembro de 2025) no Consolidado.

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.3.d.viii).

7.5. Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

O Banco dispõe de operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios configuradas pela coobrigação nas cessões de crédito, ou pela subscrição de séries subordinadas em estruturas de securitização de recebíveis.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas são como segue:

Descrição	Banco		Consolidado	
	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas
Cessão de Crédito – OPEA (I)	1.947.541	1.931.245	-	-
Cessão de Crédito – Outras (II)	2.287.126	1.546.567	2.287.126	1.546.567
Saldo em 30/09/2026	**4.234.667**	**3.477.812**	**2.287.126**	**1.546.567**
Total em 31/12/2025	**3.508.969**	**3.042.851**	**1.665.074**	**1.230.108**

(I) Operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos em que o Banco adquiriu 100% das cotas subordinadas das Debêntures através da sociedade securitizadora de objeto específico que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.
(II) Refere-se, basicamente, a operação de cessão de direitos creditórios com características de retenção substancial de riscos e benefícios em operação estruturada que tem como lastro direitos creditórios cedidos pelo Banco Mercantil.

7.6. Outros Ativos Financeiros

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Títulos e Créditos a Receber (I)	1.193	5.050	235.759	214.337
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	10.101	1.116	10.101	1.116
Negociação e Intermediação de Valores	106	3.278	106	3.773
Total	**11.400**	**9.444**	**245.966**	**219.226**
Circulante	10.307	4.453	54.433	12.156
Não circulante	1.093	4.991	191.533	207.070

(I) Refere-se, no consolidado, basicamente, a Direitos Creditórios e Precatórios a receber e registraram provisão no montante de R$ 7.200, em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

8. Ativos e Passivos Fiscais

8.1. Ativos Fiscais Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL - repetição do indébito	-	28.964	3.860	36.693
IRPJ/CSLL (I)	615	615	50.270	43.319
Impostos e contribuições retidos na fonte	86.342	67.991	110.651	59.304
Antecipação IRPJ/CSLL	244.347	118.231	257.161	129.948
Outros	1.821	1.821	1.821	1.820
Total	**333.125**	**217.622**	**423.763**	**271.084**
Circulante	333.125	215.231	420.960	266.899
Não circulante	-	2.391	2.803	4.185

(I) Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

8.2. Ativos Fiscais Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

Banco	31/12/2025	Constituição	Realização	30/09/2026
Diferenças temporárias	**881.852**	**480.279**	**(357.375)**	**1.004.756**
Provisão para perda esperada	698.792	369.507	(275.375)	792.924
Provisão para Contingências	122.527	32.294	(3.881)	150.940
Outras diferenças temporárias	60.533	78.478	(78.119)	60.892
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (II)	**453.106**	**6.863**	**(28.303)**	**431.666**
Total	**1.334.958**	**487.142**	**(385.678)**	**1.436.422**

Consolidado	31/12/2025	Constituição	Realização	30/09/2026
Diferenças temporárias	**905.206**	**493.325**	**(373.318)**	**1.025.213**
Provisão para perda esperada	707.228	376.294	(281.952)	801.570
Provisão para Contingências	127.469	34.438	(6.348)	155.559
MTM	1.476	3.793	-	5.269
Outras diferenças temporárias	69.033	78.800	(85.018)	62.815
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (II)	**488.708**	**10.157**	**(32.988)**	**465.877**
MP nº 2.158-35/01 (I)	**100**	**-**	**(100)**	**-**
Total	**1.394.014**	**503.482**	**(406.406)**	**1.491.090**

(I) A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

(II) Refere-se ao crédito tributário constituído em dezembro de 2025, relativo à Transação Tributária Individual, não recorrente, de 23 de dezembro de 2025, celebrada pelo Banco em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias: (i) sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98, e (ii) sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial – IPC/89. A Transação Tributária foi firmada com amparo na Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 6.757/22, com modificações posteriores, e contemplou os benefícios legais aplicáveis, com desconto negociado de 58,8%. A celebração do acordo reflete a estratégia do Banco Mercantil na gestão de riscos fiscais e o principal objetivo da transação foi a regularização ampla de controvérsias jurídicas, promovendo maior previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na alocação de capital, com efeitos positivos sobre a qualidade e a sustentabilidade dos resultados futuros.

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo nº 20 da Resolução BCB nº 2/20, os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante.

b) Realização dos créditos tributários

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20. Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Descrição	Banco			
	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	30/09/2026	31/12/2025
2026	208.468	-	**208.468**	**523.795**
2027	511.063	60.562	**571.625**	**271.282**
2028	63.470	193.220	**256.690**	**312.262**
2029	51.943	177.884	**229.827**	**57.662**
2030 a 2032	169.812	-	**169.812**	**169.957**
Total	**1.004.756**	**431.666**	**1.436.422**	**1.334.958**
Valor Presente	**807.277**	**313.753**	**1.121.030**	**958.958**

Descrição	Consolidado			
	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	30/09/2026	31/12/2025
2026	210.595	2.052	**212.647**	**534.383**
2027	516.515	69.246	**585.761**	**281.864**
2028	68.644	204.096	**272.740**	**323.248**
2029	52.879	189.073	**241.952**	**69.501**
2030 a 2032	176.580	1.410	**177.990**	**185.018**
Total	**1.025.213**	**465.877**	**1.491.090**	**1.394.014**
Valor Presente	**821.971**	**339.491**	**1.161.462**	**997.186**

c) Créditos tributários não ativados

Em 30 de setembro de 2026, no Consolidado, o saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários, montam em R$ 183 da Controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

8.3. Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Resultado antes dos impostos	**823.830**	**792.624**	**1.062.388**	**939.100**
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes [I]	(370.723)	(356.681)	(398.498)	(367.076)
Ajustes no cálculo dos tributos				
Participação em controladas	237.761	182.623	-	-
Juros sobre o capital próprio	122.534	95.906	122.534	95.906
Outros valores	14.571	23.076	54.561	85.103
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	**4.143**	**(55.076)**	**(221.403)**	**(186.067)**

[I] Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda das empresas do Grupo é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% para o Banco e BMI; 17,5% para a Financeira; 15% para a MBD e 9% para as empresas comerciais que compõem o Consolidado.

8.4. Passivos Fiscais Correntes

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Transação Tributária [I]	-	671.321	-	686.777
IRPJ/CSLL	-	-	40.379	11.882
IRRF s/ salários e serviços de terceiros	27.797	32.667	33.214	40.004
PIS	3.009	4.352	4.583	6.003
COFINS	18.518	26.781	25.932	34.655
Outros	35.189	33.542	37.920	35.601
Total - Circulante	**84.513**	**768.663**	**142.028**	**814.922**

[I] Refere-se ao saldo a pagar remanescente da Transação Tributária em 31 de dezembro de 2025, que foi liquidado em janeiro de 2026.

9. Outros valores e bens

9.1. Ativos não financeiros mantidos para venda

a) Composição dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado

Descrição	Custo	Provisão	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis	63.091	(17.501)	45.590	46.870
Total	**63.091**	**(17.501)**	**45.590**	**46.870**

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado

Descrição	Imóveis
Saldo em 31/12/2025	**46.870**
Baixas	(1.100)
Reversão / (Constituição) de Provisão	(180)
Saldo em 30/09/2026	**45.590**

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurados utilizando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

9.2. Investimentos mantidos para venda

Banco	30/09/2026	31/12/2025
Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MBC") [I] (vide nota nº 11)	-	18.962
Total	**-**	**18.962**

[I] O Banco realizou a reclassificação do saldo do Investimento na MBC em 2025. O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi celebrado em 18 de dezembro de 2025 e o fechamento da Operação ocorreu em 14 de janeiro de 2026. O investimento mantido para venda foi avaliado pelo valor do patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2025. O valor justo mensurado considerando o valor patrimonial na data da celebração do contrato e o preço da Operação superou o patrimônio líquido da MBC. Nenhum valor foi registrado como provisão para perda.

10. Outros Ativos

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Despesas antecipadas (vide nota nº 10.1)	43.190	129.028	75.510	137.867
Devedores por Depósitos em Garantia (vide nota nº 15.b)	115.633	121.678	131.074	139.457
Adiantamentos ao FGC	102.257	-	102.872	-
Cartão de Crédito [I]	65.605	62.452	65.612	62.461
Devedores Diversos - País	86.616	32.081	96.334	58.150
Outros	129.410	43.936	52.784	30.839
Total	**542.711**	**389.175**	**524.186**	**428.774**
Circulante	178.906	165.744	116.549	180.990
Não circulante	363.805	223.431	407.637	247.784

[I] Refere-se aos valores a receber, relativos às compras realizadas com cartão de crédito pelos clientes do Mercantil.

10.1. Despesas antecipadas

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Propaganda e publicidade [I] [II]	21.062	83.175	21.062	83.175
Serviços do Sistema Financeiro [II]	6.244	17.402	6.244	17.402
Seguros [III]	5.529	10.999	6.055	11.246
Demais despesas antecipadas [IV]	10.355	17.452	42.149	26.044
Total	**43.190**	**129.028**	**75.510**	**137.867**
Circulante	20.850	27.819	20.887	30.083
Não circulante	22.340	101.209	54.623	107.784

[I] Refere-se, basicamente, à contratação de propagandas institucionais ainda não veiculadas.
[II] No segundo trimestre de 2026, os saldos relacionados a recursos aplicados na aceleração de originação de operações de crédito, anteriores à entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/21, foram baixados (vide nota nº 2.6). O saldo remanescente refere-se, majoritariamente, aos custos de emissão de cartão de crédito, incluindo custos de impressão, embalagem, envio, entre outros. As despesas são amortizadas com base na metodologia da vida útil estimada do cartão, ajustadas para eventuais cancelamentos.
[III] Refere-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.
[IV] Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS

11. Investimentos

11.1 Participações em sociedades controladas

Banco - Controladas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total de ações		Participação	Resultado do período	Equivalência Patrimo	
			ON	PN	%		30/09/2026	30/09/2
Financeira [I]	307.464	593.152	23.710	15.660	100,00	29.320	**29.320**	27
BMI	82.028	148.234	4.042	423	92,53	7.427	**6.872**	6
MBC[II]	-	-	-	-	-	-	**-**	
MBD	19.250	26.461	113	-	100,00	1.098	**1.098**	
Bem Aqui	106.929	300.274	14.648	-	100,00	208.846	**208.846**	97
Marketplace	133.300	420.329	43.000	-	100,00	283.259	**280.934**	272
DOMO	11.500	11.891	9.775	-	85,00	1.561	**1.327**	
SANSA	8.770	4.564	6	-	0,43	132	**1**	
COSEFI	18.408	30.441	11.548	-	20,23	1.572	**318**	
Total							528.716	405

[I] Em 19 de fevereiro de 2026, após o processo de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações de emissão de sua controlada Me de Crédito, Financiamento e Investimento, e o cancelamento de seu registro de companhia aberta na categoria "A" perante a C circulação detidas por não controladores pelo preço unitário de R$ 15,72. Essa movimentação societária, que incluiu o remanescentes aprovado em Assembleia Geral Especial, resultou no aumento da participação direta e indireta do Banco no elevando o percentual de 95,31% para 96,04%. Em 26 de março de 2026 foi aprovado o resgate compulsório das sobras d Financeira em 08 de abril de 2026 e simultaneamente as ações foram canceladas. O Banco passou a deter, a partir desta data
[II] Em 14/01/2026, o Banco Mercantil concluiu a operação de alienação da totalidade da participação societária detida na Merc ("MB Corretora", "controlada"), correspondente a 99,99% do capital social da controlada, à vista, em condições usuais de me legislação e regulamentação aplicáveis.

11.2 Participações em sociedades coligadas

Consolidado - Coligadas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total de Cotas	Participação indireta	Resultado do período	Equivalência Patrimon	
						30/09/2026	30/09/2
PrecPago [I] [II]	3.000	8.582	900.000	27,76%	1.290	387	
Total					**1.290**	**387**	

[I] PrecPago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda. ("PrecPago") – Empresa na qual a Controlada Banco Mercantil de Investime social, correspondendo a uma participação indireta de 27,76% pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. O processo de aquisição ad PrecPago, elevando a participação total de 10% para 30%, foi submetido e aprovado pelo Bacen em 17/07/2026. A diferença e do investimento, no montante de R$ 11.440, foi registrada como Ágio.
[II] O reconhecimento da equivalência patrimonial foi realizado com base em informações financeiras levantadas com defasa data-base destas demonstrações financeiras.

11.3 Outros investimentos

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
CIP S.A. (I)	16.286	16.286	16.286	16.286
PrecPago (II)	-	-	-	4.500
Gyramais Tecnologia S.A.	-	-	1.940	1.940
Outros	223	226	223	347
Total	**16.509**	**16.512**	**18.449**	**23.073**

(I) Nome fantasia: Nuclea.

(II) Após aprovação do processo de aquisição adicional do capital social da PrecPago pelo Bacen em 17/07/2026, o Banco passou a avaliar o investimento pelo método de equivalência patrimonial, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.817/20.

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado próprio

a) Composição do Imobilizado próprio

Banco	Taxa	Custo	Depreciação	30/09/2026	31/12/2025
Imobilizado de uso					
Equipamentos de processamento de dados	20%	229.815	(181.883)	**47.932**	**59.290**
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	110.698	(45.727)	**64.971**	**72.447**
Móveis e equipamentos	10%	93.901	(58.688)	**35.213**	**36.622**
Material em estoque	-	594	-	**594**	**589**
Total		**435.008**	**(286.298)**	**148.710**	**168.948**

Consolidado	Taxa	Custo	Depreciação	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis para Renda	-	**2.984**	**(30)**	2.954	2.955
Terrenos	-	2.947	-	**2.947**	**2.947**
Edificações	4%	37	(30)	**7**	**8**
Imobilizado de uso	-	**449.692**	**(290.020)**	**159.672**	**181.185**
Equipamentos de processamento de dados	20%	230.335	(181.985)	**48.350**	**59.638**
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	123.525	(49.092)	**74.433**	**83.197**
Móveis e equipamentos	10%	95.228	(58.943)	**36.285**	**37.751**
Material em estoque	-	604	-	**604**	**599**
Total		**452.676**	**(290.050)**	**162.626**	**184.140**

b) Movimentação do imobilizado próprio

Banco	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Material em estoque	Total
Saldo em 31/12/2025	**59.290**	**72.447**	**36.622**	**589**	**168.948**
(+) Adições	2.947	7.010	3.297	549	**13.803**
(+/-) Transferência	33	-	511	(544)	-
(-) Baixas	(477)	(9.991)	(94)	-	**(10.562)**
(-) Depreciação no período	(14.298)	(14.430)	(5.206)	-	**(33.934)**
(-) Baixas de Depreciação	437	9.935	83	-	**10.455**
Saldo em 30/09/2026	**47.932**	**64.971**	**35.213**	**594**	**148.710**

Consolidado	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Imóveis para Renda	Material em estoque	Total
Saldo em 31/12/2025	**59.638**	**83.197**	**37.751**	**2.955**	**599**	**184.140**
(+) Adições	3.081	7.987	3.385	-	549	**15.002**
(+/-) Transferência	33	-	511	-	(544)	**-**
(-) Baixas	(477)	(10.683)	(139)	-	-	**(11.299)**
(-) Depreciação no período	(14.362)	(16.003)	(5.306)	(1)	-	**(35.672)**
(-) Baixas de Depreciação	437	9.935	83	-	-	**10.455**
Saldo em 30/09/2026	**48.350**	**74.433**	**36.285**	**2.954**	**604**	**162.626**

12.2. Imobilizado de arrendamento

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Banco	Custo	Depreciação [1]	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis	432.628	(113.055)	319.573	352.191
Máquinas e Equipamentos	64.922	(12.535)	52.387	43.648
Total	**497.550**	**(125.590)**	**371.960**	**395.839**

Consolidado	Custo	Depreciação [1]	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis	480.389	(120.114)	360.275	397.331
Máquinas e Equipamentos	64.922	(12.535)	52.387	43.648
Total	**545.311**	**(132.649)**	**412.662**	**440.979**

[1] A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos, a qual corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado, que varia de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Banco	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2025	**352.191**	**43.648**	**395.839**
(+) Adições	73.878	16.424	**90.302**
(-) Baixas	(39.444)	-	**(39.444)**
(-) Depreciação no período	(73.463)	(7.685)	**(81.148)**
(-) Baixas de Depreciação	6.411	-	**6.411**
Saldo em 30/09/2026	**319.573**	**52.387**	**371.960**

Consolidado	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2025	**397.331**	**43.648**	**440.979**
(+) Adições	75.801	16.424	**92.225**
(-) Baixas	(40.578)	-	**(40.578)**
(-) Depreciação no período	(78.690)	(7.685)	**(86.375)**
(-) Baixas de Depreciação	6.411	-	**6.411**
Saldo em 30/09/2026	**360.275**	**52.387**	**412.662**

13. Intangível

a) Composição do Intangível

Banco	Taxa	Custo	Amortização	30/09/2026	31/12/2025
Sistemas de Processamento de Dados	20%	264.519	(118.293)	**146.226**	**142.148**
Licenças e Direitos de uso [1]	-	118.805	(63.972)	**54.833**	**66.876**
Sistemas de Segurança	20%	1.581	(1.367)	**214**	**690**
Outros Intangíveis	20%	1.137	(90)	**1.047**	**1.239**
Total		**386.042**	**(183.722)**	202.320	210.953

Consolidado	Taxa	Custo	Amortização	30/09/2026	31/12/2025
Sistemas de Processamento de Dados	20%	268.261	(118.638)	**149.623**	**143.741**
Licenças e Direitos de uso [1]	-	119.152	(64.017)	**55.135**	**66.888**
Sistemas de Segurança	20%	1.581	(1.367)	**214**	**690**
Outros Intangíveis	20%	1.137	(90)	**1.047**	**1.239**
Total		**390.131**	**(184.112)**	206.019	212.558

[1] Amortização conforme prazo do contrato.

b) Movimentação do Intangível

Banco	Sistemas de Processamento de Dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2025	**142.148**	**66.876**	**690**	**1.239**	**210.953**
(+) Adições	38.256	33.583	-	357	**72.196**
(+/-) Transferência	96	-	-	(96)	**-**
(-) Baixas	(4.011)	(18.895)	(2.020)	(374)	**(25.300)**
(-) Amortização no período	(32.470)	(41.412)	(476)	(79)	**(74.437)**
(+) Baixas de Amortização	2.207	14.681	2.020	-	**18.908**
Saldo em 30/09/2026	**146.226**	**54.833**	**214**	**1.047**	**202.320**

Consolidado	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2025	**143.741**	**66.888**	**690**	**1.239**	212.558
(+) Adições	40.313	33.912	-	357	**74.582**
(+/-) Transferência	96	-	-	(96)	**-**
(-) Baixas	(4.011)	(18.895)	(2.020)	(374)	**(25.300)**
(-) Amortização no período	(32.723)	(41.451)	(476)	(79)	**(74.729)**
(+) Baixas de Amortização	2.207	14.681	2.020	-	**18.908**
Saldo em 30/09/2026	**149.623**	**55.135**	**214**	**1.047**	206.019

14. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

14.1. Depósitos

Banco	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2026	31/12/2025
À Vista	435.933	-	-	**435.933**	**405.782**
Poupança	94.226	-	-	**94.226**	**105.612**
Interfinanceiros	4.840	26.947	203.002	**234.789**	**216.020**
A Prazo	2.147.171	7.515.629	11.320.950	**20.983.750**	**20.597.034**
Outros	3.501	-	-	**3.501**	**10.571**
Total	**2.685.671**	**7.542.576**	**11.523.952**	21.752.199	21.335.019

Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2026	31/12/2025
À Vista	433.684	-	-	**433.684**	**398.707**
Poupança	94.226	-	-	**94.226**	**105.612**
Interfinanceiros	4.840	26.947	203.002	**234.789**	**216.020**
A Prazo	2.144.594	7.531.986	10.586.989	**20.263.569**	**20.388.960**
Outros	3.501	-	-	**3.501**	**12.204**
Total	**2.680.845**	**7.558.933**	**10.789.991**	**21.029.769**	**21.121.503**

14.2. Captação no Mercado Aberto

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Carteira Própria	-	12.857	-	-
Carteira de Terceiros	146.586	30.142	50.000	-
Total - Circulante	**146.586**	**42.999**	**50.000**	**-**

14.3. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Banco	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	831.901	1.745.049	5.741.430	**8.318.380**	**5.588.408**
Total	**831.901**	**1.745.049**	**5.741.430**	**8.318.380**	**5.588.408**

Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	831.901	1.745.049	5.741.430	**8.318.380**	**5.588.408**
Debêntures	-	-	1.603.486	**1.603.486**	**1.583.571**
Letras de Crédito do Agronegócio	1.530	12.859	-	**14.389**	**25.762**
Total	**833.431**	**1.757.908**	**7.344.916**	**9.936.255**	**7.197.741**

14.4. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

O saldo dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital, no Banco e Consolidado, é como segue:

Descrição	Vencimento	Valor da Operação	30/09/2026	31/12/2025
Letra Financeira Subordinada – Nível II	2026 a 2039	591.151	809.882	687.798
Letra Financeira Subordinada – Capital complementar	Perpétua	425.933	481.467	261.877
Total			**1.291.349**	**949.675**
Circulante			91.458	95.228
Não circulante			1.199.891	854.447

Do total das Letras Financeiras Subordinadas - Nível II, o montante de R$ 498.101 está sendo utilizado na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

14.5. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Operações de Captação no Mercado	**3.493.459**	**2.616.260**	**3.308.187**	**2.477.236**
Depósitos	2.040.291	1.914.251	1.994.746	1.860.329
Despesas de LCA, LCI e LF	933.219	469.446	935.054	469.617
Despesas de Debêntures	-	-	178.485	119.359
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	489.017	204.203	174.325	4.987
Operações compromissadas	9.046	8.060	3.618	2.555
Outras	21.886	20.300	21.959	20.389
Operações de Empréstimos e Repasses	**489**	**11.516**	**489**	**11.516**
Total	**3.493.948**	**2.627.776**	**3.308.676**	**2.488.752**

15. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das provisões, incluindo as classificadas como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22 (CPC 25). O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha a obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

a) Composição das Provisões

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Cíveis	233.826	173.215	239.740	179.326
Trabalhistas	70.522	67.670	70.609	67.988
Fiscais [(I)]	65.034	62.912	75.579	75.484
Total – Não circulante	**369.382**	**303.797**	**385.928**	**322.798**

[(I)] Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nº 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT: majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99 - índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange à tributação de receitas que não estão relacionadas à prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2025	**173.215**	**67.670**	**62.912**	**303.797**
Constituição / (Reversão)	206.548	33.802	(471)	**239.879**
Atualização Monetária	6.314	4.222	2.648	**13.184**
Liquidações / Atualização dos depósitos judiciais	(152.251)	(35.172)	(55)	**(187.478)**
Saldos em 30/09/2026	**233.826**	**70.522**	**65.034**	**369.382**
Depósitos judiciais (vide nota nº 10)	**17.856**	**25.428**	**72.349**	**115.633**

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2025	**179.326**	**67.988**	**75.484**	**322.798**
Constituição / (Reversão)	210.453	33.683	(2.034)	**242.102**
Atualização Monetária	6.472	4.251	3.112	**13.835**
Liquidações / Atualização dos depósitos judiciais	(156.511)	(35.313)	(983)	**(192.807)**
Saldos em 30/09/2026	**239.740**	**70.609**	**75.579**	**385.928**
Depósitos judiciais (vide nota nº 10)	**20.528**	**26.179**	**84.367**	**131.074**

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de natureza cível e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não havia provisões constituídas, em observância à Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis, no Banco e Consolidado, posiciona-se em R$ 4.871 (R$ 14.522 em 31 de dezembro de 2025). As ações tributárias, no Banco, totalizam R$ 28.433 (R$ 20.158 em 31 de dezembro de 2025), e no Consolidado R$ 31.222 (R$ 22.883 em 31 de dezembro de 2025).

16. Outros Passivos

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos [I]	370.827	414.401	412.190	460.390
Credores Diversos	322.454	361.125	371.386	412.743
Obrigações por Convênios Oficiais	227.622	198.161	227.622	198.161
Sociais e Estatutárias	128.401	283.278	142.151	313.194
Cartão de Crédito [II]	78.753	66.344	78.753	66.344
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.615	7.495	43.616	7.496
Outros	18.229	39.973	14.003	13.939
Total	**1.189.901**	**1.370.777**	**1.289.721**	**1.472.267**
Circulante	791.405	1.093.375	891.644	1.195.284
Não circulante	398.496	277.402	398.077	276.983

[I] Refere-se, basicamente, aos Passivos de Arrendamento relativos aos Ativos de Direito de Uso (vide nota nº 12.2.)

[II] Refere-se, basicamente, a repasses às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Descrição	30/09/2026		31/12/2025	
	Quantidade	R$ mil	Quantidade	R$ mil
Ações Ordinárias	84.052.790	647.206	65.155.744	501.699
Ações Preferenciais	39.675.836	305.504	39.675.836	305.504
Total do capital subscrito e integralizado	**123.728.626**	**952.710**	**104.831.580**	**807.203**
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	**123.380.126**	**948.880**	**104.483.080**	**803.373**

Conforme disposições estatutárias, o Capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Aumento de Capital

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, aprovou aumento do capital social a ser efetivado dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, no valor de, no mínimo, R$ 300.000.007,76 (trezentos milhões e sete reais e setenta e seis centavos) e, no máximo, R$ 500.000.004,14 (quinhentos milhões e quatro reais e catorze centavos), mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada uma, ao preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei nº 6.404/76. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Durante o período de exercício do direito de preferência no Aumento de Capital, encerrado em 2 de fevereiro de 2026 ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"), foram subscritas 17.329.373 (dezessete milhões, trezentas e vinte e nove mil, trezentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada, emitidas pela Companhia, ao preço de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando o valor de R$ 457.148.859,74 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos), atingindo-se, portanto, valor superior ao mínimo estabelecido para o Aumento de Capital.

Durante o período de exercício do direito de subscrição de sobras de ações, que se iniciou em 5 de fevereiro de 2026 (inclusive) e terminou em 13 de fevereiro de 2026 (inclusive), foram subscritas 1.567.673 (um milhão, quinhentas e sessenta e sete mil, seiscentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito, durante o referido período de exercício do direito de subscrição de sobras, no valor de R$ 41.355.213,74 (quarenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e treze reais e setenta e quatro centavos), cuja integralização ocorreu conforme procedimentos previstos no Segundo Aviso aos Acionistas.

Dessa forma, considerando tanto o período de exercício do direito de preferência, quanto o período de exercício do direito de subscrição de sobras, foram subscritas e integralizadas, no total, 18.897.046 (dezoito milhões, oitocentas e noventa e sete mil, quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito de R$ 498.504.073,48 (quatrocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quatro mil, setenta e três reais e quarenta e oito centavos), sendo o montante de R$ 145.507.254,20 (cento e quarenta e cinco milhões e quinhentos e sete mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) apropriado ao capital social e o montante de R$ 352.996.819,28 (trezentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e noventa e seis mil e oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) apropriado à reserva de capital.

Como restaram apenas 56.707 (cinquenta e seis mil, setecentas e sete) ações não subscritas, a administração submeteu a questão ao Conselho de Administração da Companhia, que homologou o Aumento de Capital parcial, com o cancelamento das ações remanescentes não subscritas, sem realização de leilão de sobras, tendo em vista o atingimento de valor superior ao Aumento de Capital Mínimo (conforme definido no Primeiro Aviso aos Acionistas). As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito de subscrição das sobras ou rateio das ações foram desconsideradas.

O capital social da Companhia passou de R$ 807.203.166,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e três mil, cento e sessenta e seis reais), dividido em 104.831.580 (cento e quatro milhões, oitocentas e trinta e uma mil, quinhentas e oitenta) ações, sendo 65.155.744 (sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), para R$ 952.710.420,20 (novecentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e vinte reais e vinte centavos), dividido em 123.728.626 (cento e vinte três milhões, setecentas e vinte e oito mil, seiscentas e vinte e seis) ações, sendo 84.052.790 (oitenta e quatro milhões, cinquenta e dois mil, setecentos e noventa) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). O Aumento de Capital foi homologado pelo Bacen em 6 de março de 2026.

Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

17.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: É representada por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76. O valor de R$ 352.996.819,28 foi apropriado à reserva de capital, elevando o saldo de R$ 43.374.979,60 para o montante de R$ 396.371.798,88. O Aumento de Capital, com a respectiva constituição de reserva de capital, foi homologado pelo Bacen em 6 de março de 2026.

b) Reserva legal: Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

17.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada período, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Lucro líquido do período	827.973	737.548
(-) Reserva Legal	(41.399)	(36.877)
Base de Cálculo	**786.574**	**700.671**
Juros s/ capital próprio (bruto) deliberados e pagos [(I)]	189.526	-
Juros s/ capital próprio (bruto) provisionados	82.773	213.126
Subtotal	**272.299**	**213.126**
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(47.652)	(31.969)
Juros s/ capital próprio (líquido) deliberados, provisionados / pagos	**224.647**	**181.157**
Percentual dos juros s/ capital próprio (líquido) sobre a base de cálculo	**28,6%**	**25,9%**

[(I)] Juros s/ capital próprio referente ao exercício de 2026 deliberados em 04/08/2026 e pagos em 19/08/2026.

17.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	30/09/2026	30/09/2025
Número final de ações	84.052.790	39.327.336	123.380.126	104.483.080
Número médio ponderado de ações em circulação	81.774.585	39.327.336	121.101.921	104.483.080
Lucro básico atribuível (em R$ mil)	559.092	268.881	827.973	737.548
Lucro básico por ação	6,8370	6,8370	6,8370	7,0590

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

17.5. Pagamento Baseado em Ações

a) Plano de Outorga de Ações Restritas

Em 26 de novembro de 2025 o Banco Mercantil aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("Plano"), voltado para os diretores estatutários e não estatutários e empregados em posições chave no Banco e Empresas Controladas.

No âmbito do Plano de Ações Restritas, poderão ser outorgadas ações restritas que deem direito ao recebimento de ações ordinárias de emissão do Banco ("Ações Restritas ON"), e/ou ações restritas que deem direito ao recebimento de ações preferenciais de emissão do Banco ("Ações Restritas PN"). As ações decorrentes das ações restritas a serem outorgadas no âmbito do Plano representarão, no máximo, 10% do capital social total da Companhia, considerado em bases totalmente diluídas, o qual poderá ser ajustado nos termos do Plano, podendo ser outorgadas tanto Ações Restritas ON quanto Ações Restritas PN, sem guardar proporção entre as espécies.

Em 3 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas, destinado exclusivamente a Diretores Estatutários.

b) Características do 1º Programa

Data de Outorga	Ações aprovadas (ON)	Vesting	Valor Justo na Outorga (por ação)	Participantes
20/05/2026	4.300.000	Até 5 anos	R$ 56,01	Diretores Estatutários

- **Critério de *Vesting*:** A aquisição do direito ocorre de forma escalonada: 10 % no 1º ano; 15% no 2º ano, e 25% respectivamente nos 3º, 4º e 5º anos.
- **Período de Restrição**: Após a entrega, as ações ficam sujeitas a uma restrição de negociação (*lock-up*) por um período adicional de 5 anos.
- **Precificação**: O valor justo das ações foi determinado pelo valor de mercado cotado na data de sua outorga.

c) Impacto no Resultado

No período findo em 30 de setembro de 2026, o Banco reconheceu o montante de R$ 13.498 líquido (R$ 3.037 relativo aos encargos, totalizando R$ 16.535) a título de despesa de remuneração baseada em ações vinculada a este plano (vide nota nº 20), registrada na rubrica "Despesas de Pessoal".

Conforme a Resolução CMN nº 5.177/2024, 50% da remuneração variável dos administradores é paga por meio de instrumentos compatíveis com a criação de valor a longo prazo, sendo direcionada à aquisição de quotas de Fundo de Investimento em Ações do Banco.

18. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Renda de Intermediação de Negócios [1]	204.409	-	980.803	489.414
Tarifas bancárias	91.513	125.627	91.546	125.816
Serviços de arrecadação	9.899	3.519	9.899	3.519
Rendas de serviços prestados a ligadas	5.389	7.779	-	-
Cobrança	1.642	1.912	1.642	1.912
Administração de fundos de investimentos	-	-	2.668	1.971
Cartão de crédito - Intercâmbio	5.652	19.992	5.652	19.992
Outros	504	544	1.972	2.208
Total	319.008	159.373	1.094.182	644.832

[1] Refere-se, basicamente, a receitas de serviços de intermediações de seguros e assistências gerados pelo Banco e através de empresas controladas.

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Proventos	282.832	245.170	308.645	262.433
Encargos sociais	103.384	90.053	118.565	101.385
Benefícios	93.702	79.820	100.290	83.957
Honorários	89.652	68.423	123.659	95.607
Participações no lucro	52.949	56.626	54.144	58.148
Total	622.519	540.092	705.303	601.530

18.3. Despesas administrativas

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Serviços de terceiros	390.075	277.153	340.982	262.025
Processamento de dados	275.116	206.303	273.381	194.457
Amortização e depreciação	189.520	163.523	196.777	167.615
Serviços técnicos especializados	132.663	105.768	150.719	117.781
Propaganda, publicidade e publicações	106.923	66.079	107.921	66.560
Transportes	43.018	38.205	43.035	38.278
Materiais, manutenção e conservação de bens	32.098	25.424	34.988	26.810
Seguros	21.124	22.194	22.370	22.799
Serviços do Sistema Financeiro	20.287	20.586	20.881	21.047
Comunicações	12.209	9.465	12.209	9.563
Água, Energia e Gás	11.378	11.147	11.916	11.460
Outras	36.512	36.570	40.286	38.211
Total	1.270.923	982.417	1.255.465	976.606

18.4. Despesas tributárias

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
COFINS	168.899	132.906	230.243	166.031
PIS	27.446	21.597	40.298	28.458
ISSQN	11.211	8.312	32.791	21.505
Outros tributos	5.523	12.085	8.194	14.785
Total	**213.079**	**174.900**	**311.526**	**230.779**

18.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Recuperação de encargos e despesas	96.317	27.066	97.721	28.004
Variações monetárias ativas	39.779	18.608	84.428	35.209
Reversão de provisões	24.699	31.995	24.858	32.043
Outras receitas operacionais	27.905	13.752	28.276	14.342
Total	**188.700**	**91.421**	**235.283**	**109.598**

18.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Direito de pagamento de benefícios previdenciários [I]	723.811	591.559	723.811	591.559
Despesas de caráter eventual [II]	63.488	44.035	65.337	45.955
Variações monetárias passivas	13.184	13.227	13.835	14.082
Outras despesas [III]	141.020	216.217	147.623	211.288
Total	**941.503**	**865.038**	**950.606**	**862.884**

[I] Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.
[II] Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.
[III] Refere-se, basicamente, a despesas de cashback.

18.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Cíveis	(206.548)	(150.396)	(210.453)	(154.759)
Trabalhistas	(33.802)	(23.422)	(33.683)	(23.553)
Fiscais	471	35	2.034	227
Total	**(239.879)**	**(173.783)**	**(242.102)**	**(178.085)**

18.8. Resultados não recorrentes

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

19. Transações entre Partes Relacionadas

19.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com prazos, taxas e condições compatíveis com os praticados no mercado vigente, conforme segue:

Ativo	Prazo máximo	30/09/2026	31/12/2025
Aplicações em DI [I]		**348.006**	**367.076**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	348.006	358.129
Mercantil Financeira S.A.	-	-	8.947
Títulos e Valores Mobiliários [II]		**479.557**	**424.909**
OPEA	24/10/2035	479.557	424.909
Valores a Receber de Sociedades Ligadas [III]		**595**	**861**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	31/10/2026	41	63
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/10/2026	130	131
COSEFI	31/10/2026	26	26
Domo Digital Tecnologia S.A.	31/10/2026	10	11
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	31/10/2026	9	7
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/10/2026	-	26
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	31/10/2026	11	30
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/10/2026	77	77
Mercantil Financeira S.A.	31/10/2026	178	407
SANSA	31/10/2026	3	3
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/10/2026	10	10
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/10/2026	10	10
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/10/2026	10	10
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/10/2026	10	10
Viva Notícias Ltda.	31/10/2026	10	10
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/10/2026	10	10
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/10/2026	10	10
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/10/2026	10	10
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	31/10/2026	10	-
Lar Assistência Ltda.	31/10/2026	10	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	31/10/2026	10	-
Dividendos / JCP a Receber		**79.783**	**15.342**
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Sem prazo	42.897	-
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	Sem prazo	36.886	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo	-	2.660
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo	-	12.480
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	Sem prazo	-	110
COSEFI	Sem prazo	-	92

[I] Refere-se às aplicações do Banco por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI.
[II] Refere-se às Cotas subordinadas das Debêntures retidas pelo banco emitidas pela OPEA que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.
[III] Refere-se, basicamente, aos valores a receber de sociedades ligadas, decorrente do Contrato de Compartilhamento de Despesas, que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo	Prazo máximo	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos [I]		**(1.292.159)**	**(940.494)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(281)	(1.259)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	-	(274.555)	(85.231)
COSEFI	-	(29.635)	(28.541)
Domo Digital Tecnologia S.A.	-	(9.703)	(7.616)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	-	(6.869)	(6.559)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(197)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(35)	(130)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(331.594)	(28.559)
Mercantil Financeira S.A.	-	(1.397)	(982)
SANSA	-	(2.677)	(2.532)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(15.921)	(11.539)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(8.693)	(11.409)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(7.581)	(32.443)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(14.951)	(33.094)
Viva Notícias Ltda.	-	(7.196)	(7.422)
Assistência Pet Nacional Ltda.	-	(12.971)	(13.387)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	-	(8.676)	(8.388)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	-	(7.175)	(14.479)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	-	(9.003)	-
Lar Assistência Ltda.	-	(16.533)	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	-	(3.653)	-
Pessoal Chave da Administração	-	(523.060)	(646.727)
Captações no Mercado Aberto		**(96.586)**	**(42.999)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	-	(8.566)
Mercantil Financeira S.A.	-	(73.594)	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(12.857)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(22.992)	(21.576)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão [II]		**(1.931.245)**	**(1.832.936)**
OPEA	24/10/2035	(1.931.245)	(1.832.936)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas		**(6.020)**	**(28.410)**
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/10/2026	-	(19.140)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/10/2026	-	(17)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/10/2026	(656)	(7.429)
Mercantil Financeira S.A.	31/10/2026	(419)	(419)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/10/2026	(641)	(133)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/10/2026	(194)	(133)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/10/2026	(232)	(295)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/10/2026	(711)	(300)
Viva Notícias Ltda.	31/10/2026	(407)	(106)
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/10/2026	(515)	(159)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/10/2026	(407)	(106)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/10/2026	(308)	(173)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	31/10/2026	(407)	-
Lar Assistência Ltda.	31/10/2026	(636)	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	31/10/2026	(487)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos [III]		**(1.106)**	**(2.874)**
Pessoal Chave da Administração	-	(1.106)	(2.874)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital [IV]		**(5.366)**	**(7.420)**
Pessoal Chave da Administração	-	(5.366)	(7.420)
Dividendos / JCP a Pagar		**(51.070)**	**(117.377)**
Pessoal Chave da Administração	-	(51.070)	(117.377)

[I] Refere-se aos saldos de contas correntes e aplicações em depósitos a prazo, à vista e poupança de ligadas e controladores mantidas no Banco.
[II] Refere-se à obrigação decorrente da operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos realizados com a OPEA.
[III] Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras e LCA mantidas no Banco.
[IV] Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras Subordinadas mantidas no Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS

Receitas / (Despesas)	30/09/2026	30/09/2025
Resultado da Intermediação Financeira [I]	**(399.720)**	**(266.494)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	38.126	33.953
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	(17.827)	(22.706)
COSEFI	(2.902)	(2.766)
Domo Digital Tecnologia S.A.	(706)	(542)
MB FII	-	(30)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	(665)	(515)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(811)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	(2.256)	(2.078)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(19.991)	(31.919)
Mercantil Financeira S.A.	(2.941)	921
OPEA	(314.917)	(199.347)
SANSA	(259)	(239)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	(1.224)	(1.125)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	(841)	(1.112)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	(1.137)	(1.126)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	(1.569)	(1.181)
Viva Notícias Ltda.	(578)	(858)
Assistência Pet Nacional Ltda.	(1.087)	(126)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	(760)	(87)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	(804)	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	(677)	-
Lar Assistência Ltda.	(944)	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	(174)	-
Pessoal Chave da Administração	(65.587)	(34.800)
Receitas de Prestação de Serviços [II]	**5.389**	**7.779**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	375	686
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	1.184	1.197
COSEFI	237	240
Domo Digital Tecnologia S.A.	96	96
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	80	61
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	227
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	107	252
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	705	708
Mercantil Financeira S.A.	1.713	3.875
SANSA	32	27
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	90	90
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	90	90
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	90	90
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	90	90
Viva Notícias Ltda.	90	20
Assistência Pet Nacional Ltda.	90	30
Assistência Conecta Saúde Ltda.	90	-
Total Assistência Previdenciária Ltda.	90	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	80	-
Lar Assistência Ltda.	30	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	30	-
Outras Despesas Administrativas	**(94.835)**	**(46.094)**
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. [III]	(54.203)	(19.923)
Domo Digital Tecnologia S.A. [IV]	(37.636)	(25.850)
Viva Notícias Ltda.	(2.920)	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(245)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(76)	(76)
Outras Despesas Operacionais	**(500)**	**(11.841)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	(500)	-
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(141)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(2.478)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(2.446)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(2.474)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(2.756)
Viva Notícias Ltda.	-	(1.546)

[I] Refere-se à remuneração das aplicações financeiras (Poupança, Depósito a Prazo, LCA e Letras Financeiras) mantidas no Banco pelas empresas Ligadas e Controladores.

[II] Refere-se ao somatório dos valores mensais recebidos ou a receber de ligadas referentes ao Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

[III] Refere-se, basicamente, aos valores pagos à Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. referente a prestação de serviços de correspondente bancário.

[IV] Refere-se aos valores pagos à Domo Digital Tecnologia S.A. referente ao pagamento de custos de Processamento de Dados.

19.2. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para pagamento da remuneração fixa e variável alinhada à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 23/04/2026, que estabeleceu o limite para o exercício social em R$ 197.000.

Durante o período findo a 30 de setembro de 2026 e 2025, a despesa reconhecida no resultado referente a remuneração do pessoal-chave da administração apresenta a seguinte composição:

Descrição	Banco		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Benefícios de curto e longo prazo	76.154	68.423	110.161	95.607
Pagamento baseado em ações	13.498	-	13.498	-
Subtotal	**89.652**	**68.423**	**123.659**	**95.607**
Encargos	17.930	13.685	24.732	19.121
Total	**107.582**	**82.108**	**148.391**	**114.728**

Não foram atribuídos benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou de rescisão no período.

A remuneração dos administradores é composta de honorários do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, encargos, bônus e pagamento baseado em ações.

Até 30 de setembro de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Conforme descrito na nota explicativa nº 17.5, o Banco instituiu o Plano de Outorga de Ações Restritas. Em 3 de março de 2026, foi aprovado o 1º Programa de Outorga, destinado exclusivamente aos Diretores Estatutários.

No período findo em 30 de setembro de 2026, o Banco reconheceu no resultado, os montantes de R$ 76.154 a título de benefícios de curto e longo prazo (R$ 110.161 no Consolidado) e R$ 13.498, no Banco e no Consolidado, a título de pagamento baseado em ações, em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.177/24 (que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras).

As ações outorgadas possuem prazo de carência (vesting) de até 5 anos e estão sujeitas a restrições de negociação (lock-up) por período adicional de 5 anos após a entrega, visando o alinhamento de interesses a longo prazo e a gestão de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

21. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteada pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e de capital é centralizada na Diretoria de Riscos e *Compliance*, englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital do Mercantil compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco é compatível com o modelo de negócio e com o perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de Capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

Dentre as atividades de gerenciamento contínuo do capital, tem-se o acompanhamento dos indicadores de Capital conhecido como Basileia III, adotado pelo Bacen por intermédio da Resolução CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O quadro abaixo demonstra a apuração dos Indicadores de Capital:

Limites Operacionais e Índice de Basileia	30/09/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência - PR	**3.822.445**	**2.566.562**
Patrimônio de Referência Nível I	**3.324.344**	**2.126.814**
Capital Principal – CP	2.842.877	1.864.937
Capital Complementar - CC	481.467	261.877
Patrimônio de Referência Nível II	**498.101**	**439.748**
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	**20.712.880**	**18.966.362**
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWAcpad	18.398.901	16.925.922
Risco de Mercado - RWAmpad	23.619	38.981
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAopad	2.290.360	2.001.459
Índice de Basileia	**18,5%**	**13,5%**
Capital de Nível I	**16,0%**	**11,2%**
Capital Principal	**13,7%**	**9,8%**

Conforme amplamente divulgado em fato relevante e aviso aos acionistas do dia 23 de dezembro de 2025, o Banco, com o objetivo de recompor sua margem de capital aos níveis anteriores à transação celebrada com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), comunicou o aumento de capital privado de R$ 300.000 a R$ 500.000, visando à continuidade do crescimento apresentado pelo Banco Mercantil nos últimos anos. Após os trâmites regulatórios no dia 24 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração aprovou o aumento de Capital de R$ 498.504 já integralizados no Banco e homologado pelo Bacen em 6 de março de 2026 (vide nota explicativa nº 17.1.).

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 23,43% (19,32% em dezembro de 2025).

- Razão de Alavancagem

Em atendimento à Resolução BCB nº 478/25, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva Jurídica, de Ouvidoria, Crédito e Governança Corporativa, em conjunto à Superintendência de Ativos, que possuem todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS *(Risk Appetite Statement)*, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: "mapa de descasamento dos fluxos" e "movimentação diária de produtos". O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*. Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em previsões orçamentárias aliadas a observações de séries históricas de comportamento de produtos da carteira de crédito e de *funding*, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

d) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros**

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros consolidados:

Ativos Financeiros	Valor Contábil	Valor Justo			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**1.676.535**	**1.633.046**	**43.489**	**-**	**1.676.535**
Títulos e Valores Mobiliários	1.676.535	1.633.046	43.489	-	**1.676.535**
Ao valor justo por meio do resultado	**68.527**	**-**	**2.890**	**65.637**	**68.527**
Títulos e Valores Mobiliários	68.527	-	2.890	65.637	**68.527**
Ao custo amortizado	**32.547.941**	**-**	**30.742.850**	**449.526**	**31.192.376**
Depósitos no Banco Central do Brasil	834.291	-	834.291	-	**834.291**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.497.085	-	7.497.085	-	**7.497.085**
Operações de Crédito e Outros Créditos	23.970.599	-	22.411.474	203.560	**22.615.034**
Outros Ativos Financeiros	245.966	-	-	245.966	**245.966**
Total em 30/09/2026	**34.293.003**	**1.633.046**	**30.789.229**	**515.163**	**32.937.438**
Total em 31/12/2025	**31.498.611**	**1.344.619**	**31.196.649**	**1.351.765**	**33.893.033**

Passivos Financeiros	Valor Contábil	Valor Justo		
		Nível 2	Nível 3	Total
Ao custo amortizado	**33.938.022**	**33.929.592**	**8.430**	**33.938.022**
Depósitos	21.029.769	21.026.268	3.501	**21.029.769**
Captações no Mercado Aberto	50.000	50.000	-	**50.000**
Relações Interfinanceiras	79.153	79.153	-	**79.153**
Obrigações por Operações de Cessão	1.546.567	1.546.567	-	**1.546.567**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.936.255	9.936.255	-	**9.936.255**
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.291.349	1.291.349	-	**1.291.349**
Outros Passivos Financeiros	4.929	-	4.929	**4.929**
Total em 30/09/2026	**33.938.022**	**33.929.592**	**8.430**	**33.938.022**
Total em 31/12/2025	**30.601.989**	**30.585.289**	**16.700**	**30.601.989**

- **Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos**

Em cumprimento à Resolução CVM nº 121/22 que aprova o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado, bem como os Instrumentos Financeiros Derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger, parcialmente, os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os Instrumentos Financeiros Derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste em um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,40% ao ano.

- **Cenário II**: Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/09/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 16,92% ao ano.

- **Cenário III**: Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/09/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 20,31% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada [1]	Operações de Crédito (ponta ativa)	7.758	(187.154)	(362.069)
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(7.612)	183.762	355.748
		Efeito Líquido	**146**	**(3.392)**	**(6.321)**
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(1.170)	(722)	(1.445)
		Nota Comercial	(125)	(6.270)	(12.540)
		CDCA	(33)	(1.660)	(3.320)
		CRI	(6.986)	(3.978)	(7.955)
		CRA	(3.266)	(5.443)	(10.886)
	Cota de Fundo	FIDC	(112)	(2.800)	(5.600)
		FIAGRO	(117)	(2.962)	(5.923)
Total com correlação			**(11.663)**	**(27.227)**	**(53.990)**
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			**(6.415)**	**(14.975)**	**(29.695)**

[1] A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que o Mercantil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

e) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho e a efetividade operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No grupo Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

f) Gerenciamento dos riscos Social, Ambiental e Climático

O Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático no Mercantil dá-se a partir do uso de ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos sociais, ambientais e climáticos inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do Risco Social no Mercantil contempla o contínuo monitoramento de pessoas inclusas em listas restritivas de trabalho análogo à escravidão divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, bem como de pessoas que apresentam algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa, cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário. Os clientes que apresentarem tais apontamentos passam a ter alçada decisória mínima na análise julgamental de propostas de negócios.

Quanto à gestão do Risco Ambiental, a sua mitigação é realizada a partir da inclusão do restritivo alerta ambiental para as pessoas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, bem como aos proprietários de imóveis embargados por práticas em desacordo com a regulamentação ambiental. Também são realizadas avaliações das garantias imobiliárias e de imóveis oriundos de processos de liquidação de dívidas. Importante destacar que, todos os imóveis urbanos submetidos a esses processos, possuem laudo de indícios de contaminação do solo.

No que tange ao risco climático, é aplicada a régua de sensibilidade deste risco sobre a carteira de crédito da Instituição. Com ela, o Mercantil é capaz de identificar, a partir de critérios de relevância (natureza das atividades e qualidade das carteiras) e proporcionalidade (participação da carteira sobre o total da carteira de crédito), quais são os setores econômicos e as partes interessadas mais sensíveis ao risco climático.

Ademais, o Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, que varia de "A" (maior risco) a "C" (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final do Comitê Superior de Crédito.

O Mercantil realiza ainda o acompanhamento dos clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como de seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, o Mercantil captura informações relacionadas aos riscos social e ambiental no início do relacionamento com o cliente e adota critérios no processo de concessão e gestão do crédito, bem como, na relação da Instituição com terceiros, a qual é embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito social, ambiental e climático.

22. Outras Informações

a) Fundos de investimento – a gestão dos fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.

b) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

c) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

d) Demonstrações Financeiras em IFRS - A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, estão obrigadas a elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS *Foundation*). De acordo com a norma, todas as instituições sujeitas à obrigação devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

O Banco Mercantil divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes ao período findo em 30 de setembro de 2026, simultaneamente a estas informações, no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

23. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes entre a data final do período e a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araújo – Vice-Presidente
André Luiz Figueiredo Brasil – Secretário

Christian Orga Orglmeister
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Marco Cesar de Castro Bravo

CONSELHO FISCAL

Ângela Mourão Cançado Juste
Euler Luiz de Oliveira Penido
Marcelo Rezende Amorim
Taise Christine da Cruz
Verena Moura Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Carlos Augusto da Silva
Daniel Henrique Alves da Silva
Lauro Wilson da Silva

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Diretor Vice-Presidente Executivo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Diretores Vice-Presidentes
Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues
Diretores Executivos
Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Diretores
André Rodrigues Horta
Rodrigo de Araújo Simões

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

Data-Base 30/09/2026

BANCO MERCANTIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

SETEMBRO DE 2026

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**4**	**1.552.947**	**1.063.077**
Instrumentos Financeiros		**34.316.962**	**31.505.535**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**5**	**1.676.535**	**1.423.798**
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.676.535	1.423.798
Ao valor justo por meio do resultado	**6**	**68.527**	**88.141**
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	68.527	88.141
Ao custo amortizado	**7**	**32.571.900**	**29.993.596**
Depósitos no Banco Central	7.1	834.291	1.185.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.2	7.497.085	5.236.643
Títulos e Valores Mobiliários	7.3	-	630.199
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.4.a)	25.253.012	23.717.380
(Provisão para Perdas Esperadas)	7.4.e)	(1.258.454)	(995.623)
Outros Ativos Financeiros	7.6	245.966	219.226
Ativos Fiscais	**8**	**1.902.788**	**1.659.980**
Correntes	8.1	423.763	271.084
Diferidos	8.2	1.479.025	1.388.896
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	**9**	**45.590**	**46.870**
Outros Ativos	**10**	**524.186**	**428.774**
Investimentos	**11**	**32.464**	**23.073**
Imobilizado	**12**	**575.288**	**625.119**
Intangível	**13**	**206.019**	**212.558**
Total do Ativo		39.156.244	35.564.986

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**33.938.022**	**30.601.989**
Passivos Financeiros ao custo amortizado	**14**	**33.938.022**	**30.601.989**
Depósitos	14.1	21.029.769	21.121.503
Captações no Mercado Aberto		50.000	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.2	9.936.255	7.197.741
Relações Interfinanceiras		79.153	98.466
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.5	1.546.567	1.230.108
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.3	1.291.349	949.675
Outros Passivos Financeiros		4.929	4.496
Passivos Fiscais		**188.289**	**835.139**
Correntes	8.4	140.941	813.225
Diferidos		47.348	21.914
Provisões	**15**	**385.928**	**322.798**
Outros Passivos	**16**	**1.289.721**	**1.472.267**
Patrimônio Líquido	**17**	**3.354.284**	**2.332.793**
Capital Social	17.1	952.710	807.203
(Ações em Tesouraria)	17.1	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	17.2	412.907	43.375
Reservas de Lucros	17.2	1.416.556	1.448.188
Outros Resultados Abrangentes		(4.924)	(1.219)
Lucros Acumulados		568.655	-
Participação dos não Controladores		12.210	39.076
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		39.156.244	35.564.986

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

	Nota	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Receita de Juros		**2.600.209**	**7.596.051**	**2.170.227**	**5.887.754**
Operações de Crédito	7.4.d)	2.231.015	6.535.828	1.871.419	5.191.829
Resultado de Operações de Câmbio		(1)	35	(51)	(141)
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1.d)/6.1.c)/ 7.2.b)/7.3.c)	345.306	905.003	264.265	652.956
Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos	6.2.c)	(2.385)	75.320	8.128	(21.307)
Resultado das Aplicações no Banco Central		26.274	79.865	26.466	64.417
Despesa de Juros	**14.4**	**(1.154.883)**	**(3.308.676)**	**(970.913)**	**(2.488.752)**
Resultado Líquido de Juros		**1.445.326**	**4.287.375**	**1.199.314**	**3.399.002**
Provisão para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito	**7.4.e)**	**(311.310)**	**(1.072.802)**	**(114.390)**	**(581.338)**
Resultado Líquido de Juros após Provisão para Perdas Esperadas		**1.134.016**	**3.214.573**	**1.084.924**	**2.817.664**
Outras Receitas/Despesas Operacionais		**(762.720)**	**(2.135.150)**	**(758.640)**	**(2.095.454)**
Receitas de Prestação de Serviços	18.1	359.184	1.094.182	235.426	644.832
Resultado de Participações em Coligadas	11	387	387	-	-
Despesas de Pessoal	18.2	(244.946)	(705.303)	(210.879)	(601.530)
Despesas Administrativas	18.3	(420.980)	(1.255.465)	(356.511)	(976.606)
Despesas Tributárias	18.4	(103.855)	(311.526)	(80.916)	(230.779)
Outras Receitas Operacionais	18.5	73.250	235.283	29.468	109.598
Outras Despesas Operacionais	18.6	(336.267)	(950.606)	(302.993)	(862.884)
Reversões / (Despesas) de Provisões	18.7	(89.493)	(242.102)	(72.235)	(178.085)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**371.296**	**1.079.423**	**326.284**	**722.210**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.3**	**(90.311)**	**(228.960)**	**(59.091)**	**(97.176)**
Corrente		(51.080)	(261.965)	(75.640)	(222.319)
Diferido		(39.231)	33.005	16.549	125.143
Participação dos não Controladores		**(4.576)**	**(13.183)**	**(6.109)**	**(16.737)**
Lucro Líquido do Período		276.409	837.280	261.084	608.297
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)					
Ações ordinárias		2,2403	6,9138	2,4988	5,8220
Ações preferenciais		2,2403	6,9138	2,4988	5,8220
Lucro Líquido Atribuído (em R$ mil)					
Ações ordinárias		188.304	565.377	162.812	379.335
Ações preferenciais		88.105	271.903	98.272	228.962
Número Médio Ponderado de Ações em Circulação - básico e diluído					
Ações ordinárias		84.052.790	81.774.585	65.155.744	65.155.744
Ações preferenciais		39.327.336	39.327.336	39.327.336	39.327.336

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

	01/07 a 30/09/2026	01/01 a 30/09/2026	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Lucro Líquido atribuível ao controlador	**276.409**	**837.280**	**261.084**	**608.297**
Participação dos não Controladores	4.576	13.183	6.109	16.737
Lucro Líquido total	**280.985**	**850.463**	**267.193**	**625.034**
Outros Resultados Abrangentes	**(1.956)**	**(3.705)**	**(301)**	**(5.694)**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	**(1.956)**	**(3.705)**	**(301)**	**(5.694)**
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(3.741)	(2.785)	(552)	(10.715)
Efeito Fiscal	1.785	(920)	251	5.021
Resultado abrangente do período	**279.029**	**846.758**	**266.892**	**619.340**
Resultado abrangente atribuível ao Controlador	274.453	833.575	260.783	602.603
Resultado abrangente atribuível à Participação dos Não Controladores	4.576	13.183	6.109	16.737

Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31/12/2025	**807.203**	**43.375**	**194.036**	**1.254.152**	**(1.219)**	**-**	**(3.83**
Ajustes de exercícios anteriores (vide nota nº 2.6)	-	-	-	(27.958)	-	-	
Saldos ajustados em 01/01/2026	**807.203**	**43.375**	**194.036**	**1.226.194**	**(1.219)**	**-**	**(3.83**
Transações de Capital com os Sócios	**145.507**	**369.532**	**-**	**-**	**-**	**(272.299)**	
Aumento de Capital (vide nota nº 17.1)	145.507	352.997	-	-	-	-	
Plano de Outorga de Ações (vide nota nº 17.5)	-	16.535	-	-	-	-	
JCP deliberado / pago / provisionado (vide nota nº 17.3)	-	-	-	-	-	(272.299)	
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.705)**	**837.280**	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	837.280	
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.705)**	**-**	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(2.785)	-	
Efeito Fiscal	-	-	-	-	(920)	-	
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**-**	**(3.674)**	**-**	**3.674**	
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	(3.674)	-	3.674	
Saldos em 30/09/2026	**952.710**	**412.907**	**194.036**	**1.222.520**	**(4.924)**	**568.655**	**(3.83**
Saldos em 31/12/2024	**807.203**	**43.375**	**156.370**	**848.038**	**6.839**	**-**	**(3.83**
Transações de Capital com os Sócios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(213.126)**	
JCP deliberado / pago / provisionado (vide nota nº 17.3)	-	-	-	-	-	(213.126)	
Resultado Abrangente Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.694)**	**608.297**	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	608.297	
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.694)**	**-**	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(10.715)	-	
Efeito Fiscal	-	-	-	-	5.021	-	
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**-**	**(128.180)**	**-**	**137.563**	
Outros	-	-	-	(128.180)	-	137.563	
Saldos em 30/09/2025	**807.203**	**43.375**	**156.370**	**719.858**	**1.145**	**532.734**	**(3.83**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto

(Em milhares de reais)

	30/09/2026	30/09/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**1.079.423**	**722.210**
Ajustes ao Lucro	**1.525.309**	**941.009**
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	255.937	192.167
Provisão para Perdas Esperadas	1.072.802	581.338
Depreciação e Amortização	196.777	167.615
Resultado de Participações em Coligadas	(387)	-
(Ganhos) Perdas com Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	180	(111)
(Aumento) / Redução em Ativos	**(2.229.062)**	**(4.421.150)**
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(1.800.512)	(4.779.660)
Ativos Fiscais Correntes	(152.679)	77.075
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	1.100	4.489
Ativos Fiscais Diferidos	(57.124)	(8.624)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(144.049)	482.714
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	19.614	24.019
Outros Ativos	(95.412)	(221.163)
(Redução) / Aumento em Passivos	**1.691.264**	**5.310.087**
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.621.543	5.272.972
Passivos Fiscais Correntes	(621.754)	18.806
Provisões	(192.807)	26.671
Passivos Fiscais Diferidos	25.434	6.078
Outros Passivos	(141.152)	(14.440)
Caixa Gerado pelas / (Aplicado nas) Operações	**2.066.934**	**2.552.156**
Impostos Pagos	(312.495)	(209.061)
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**1.754.439**	**2.343.095**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(933.527)	(237.193)
Aquisição de Investimentos	(9.000)	(4.500)
Aquisição de Imobilizado Próprio	(15.002)	(67.639)
Aquisição de Ativo Intangível	(74.582)	(84.204)
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	821.134	43
Alienação de Investimentos	120	104
Alienação de Imobilizado Próprio	844	180
Alienação de Ativo Intangível	6.392	-
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades Investimento	**(203.621)**	**(393.209)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	405.948	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	308.542	69.941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(383.299)	(129.512)
Aumento de Capital	498.504	-
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	(40.049)	(11.875)
Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades Financiamento	**789.646**	**(71.446)**
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.340.464**	**1.878.440**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.808.059	3.934.842
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	9.148.523	5.813.282
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.340.464**	**1.878.440**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	30/09/2026	30/09/2025
1 - Receitas	**6.660.006**	**5.019.877**
Intermediação Financeira	7.596.051	5.887.754
Prestação de Serviços	1.094.182	644.832
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.072.802)	(581.338)
Outras	(957.425)	(931.371)
2 - Despesas de Intermediação Financeira	**(3.308.676)**	**(2.488.752)**
3 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**(1.055.683)**	**(806.500)**
Materiais, Energia e Outros	(46.904)	(38.270)
Serviços de Terceiros	(491.701)	(379.806)
Outros	**(517.078)**	**(388.424)**
Comunicações	(12.209)	(9.563)
Processamento de Dados	(273.381)	(194.457)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(107.921)	(66.560)
Serviços do Sistema Financeiro	(20.881)	(21.047)
Transportes	(43.035)	(38.278)
Seguros	(22.370)	(22.799)
Outros	(37.281)	(35.720)
4 - Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	**2.295.647**	**1.724.625**
5 - Depreciação, Amortização e Exaustão	**(196.777)**	**(167.615)**
Depreciações e Amortizações	(196.777)	(167.615)
6 - Valor Adicionado Líquido produzido pela Entidade (4-5)	**2.098.870**	**1.557.010**
7 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	**387**	**-**
Resultado de Participações em Coligadas	387	-
8 - Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	**2.099.257**	**1.557.010**
9 - Distribuição do Valor Adicionado	**2.099.257**	**1.557.010**
Pessoal	**610.087**	**521.317**
Remuneração Direta	486.448	416.188
Benefícios	100.290	83.957
FGTS	23.349	21.172
Impostos, Taxas e Contribuições	**635.702**	**408.168**
Federais	597.901	381.051
Estaduais	29	15
Municipais	37.772	27.102
Remuneração de Capitais de Terceiros	**3.005**	**2.491**
Aluguéis	3.005	2.491
Remuneração de Capitais Próprios	**850.463**	**625.034**
Juros sobre o Capital Próprio	272.299	213.126
Lucros Retidos do Período	564.981	395.171
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	13.183	16.737

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta autorizada a atuar como banco múltiplo e dispõe de ampla variedade de produtos e serviços disponibilizados através de canais digitais e físicos, por intermédio de sua rede de 352 Pontos de Atendimento. Atua direta e indiretamente por meio de suas controladas nas mais diversas modalidades de crédito, com destaque para operações de crédito consignado, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, distribuição e intermediação de valores, bem como na venda de seguros e serviços complementares de *marketplace*. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2026 foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* atualmente denominadas como normas contábeis IFRS *(IFRS® Accounting Standards),* incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)* traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation).*

Em conformidade com a IAS 1, as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em R$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes às provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração em 29/04/2025 conforme exigido pelo IFRS 9.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 04 de novembro de 2026.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2026 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre elas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, relacionadas abaixo:

Controladas direta e indiretamente:	Sigla	Participação % 30/09/2026	Participação % 31/12/2025
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	BMI	92,53	92,53
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (II)	Financeira	100,00	95,31
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (IV)	MBC	-	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	MBD	100,00	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. (I)	Domo	99,63	99,16
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	COSEFI	100,00	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	SANSA	100,00	100,00
MB FII – Fundo de Investimento Imobiliário (V)	MB FII	100,00	100,00
OPEA SPE 01 - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	OPEA	100,00	100,00
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A. (V)	MACS	99,56	99,56
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Bem Aqui	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace	100,00	100,00
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda. (III) (V)	Altivis	95,00	95,00
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda. (III) (V)	Dente Vitta	95,00	95,00
Geração Saber Cursos Livres Ltda. (III) (V)	Geração Saber	95,00	95,00
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda. (III) (V)	Maturitec	95,00	95,00
Viva Notícias Ltda. (III) (V)	Viva	95,00	95,00
Assistência Pet Nacional Ltda. (III) (V)	Pet Nacional	90,00	90,00
Assistência Conecta Saúde Ltda. (III) (V)	Conecta Saúde	95,00	95,00
Total Assistência Previdenciária Ltda. (III) (V)	Total Prev	95,00	95,00
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda. (III) (V)	Plat. Fidelidade	95,00	-
Lar Assistência Ltda. (III) (V)	Lar Assist.	95,00	-
Converge Serviços e Otimização Ltda. (III) (V) (VI)	Converge	100,00	-

(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.
(II) O Banco passou a deter 100% das ações, a partir de 08 de abril de 2026 após o processo de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações de emissão de sua controlada Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.
(III) Empresas controladas pela Marketplace que foram constituídas para complementar o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema do público 50+ do Banco.
(IV) Alienação da totalidade da participação societária da Mercantil do Brasil Corretora S.A. CTVM ("MB Corretora", "controlada").
(V) Controladas Indiretamente.
(VI) Empresa constituída para atuação em três frentes complementares: Vendas externas, com equipes em campo por todo o Brasil e expansão comercial contínua; Atendimento ao cliente, com operações de relacionamento, retenção e experiência; e Backoffice, com suporte operacional e gestão de processos orientados à qualidade e eficiência.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos é consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiros, que operam crédito em suas diversas modalidades, *Marketplace* que complementa o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+, entre outros segmentos constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, de securitização e tecnologia da informação.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações contábeis do Banco e suas empresas Controladas, direta ou indiretamente, estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

- Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras, quando ocorrem, consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de setembro de 2026, a taxa de câmbio aplicável era: US$ 1,00 = R$ 5,1808 (em 31 de dezembro de 2025, US$ 1,00 = R$ 5,5024).

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da IFRS 9.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessária a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test)*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado no Grupo “Receita de Juros” em suas respectivas rubricas.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao Valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao Valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge)* ou não, conforme IAS 39, (utilizando-se da prerrogativa de continuar aplicando os requerimentos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9). Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados como estratégia de hedge pela Instituição podem ser classificados de acordo com a sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de valor justo - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

(vi) Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

O Banco reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos cedidos são transferidos a terceiros:

- Cessão de créditos com retenção substancial dos riscos e benefícios - as operações cedidas permanecem registradas no ativo do Banco e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são reconhecidas no resultado pelo prazo remanescente das operações.
- Cessão de créditos sem retenção substancial dos riscos e benefícios - as operações cedidas são baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação dos respectivos valores, quando expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa, ou quando são transferidos os direitos de recebimento desses fluxos de caixa juntamente com a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas, resgatadas ou expiram.

(vii) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros poderá ser baseada nos preços de cotações do mercado, disponibilizados através de *feeders* e conforme as negociações em mercados ativos. Na ausência destes dados, o valor justo será apurado através da formação de preços teóricos com a utilização de curvas de juros projetadas, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis e modelos de avaliação.

De acordo com a IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(viii) Provisão para perdas esperadas (*Impairment)*

- Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela IFRS 9. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios da IFRS 9, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- Estágio 1 – Ativos Realizáveis: Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa: Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis: É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- Créditos avaliados individualmente: Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- Créditos avaliados coletivamente: Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos). Neste estágio, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e Contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 7.689/1988 e Lei Complementar nº 224/2025.

Os impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20 e a Resolução BCB nº 15/20. O reconhecimento e a mensuração desses ativos consideram os efeitos da Lei nº 14.467/22, alterada pela Lei nº 15.078/2024, que disciplina a dedutibilidade das perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros em 1/84 avos mensais para o estoque de perdas apurado na transição para a Resolução CMN nº 4.966. Os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante, seguindo as diretrizes da Resolução BCB nº 2/20.

f) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o seu valor justo.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação, são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

g) Imobilizado

- Imóveis para renda

Os Imóveis para renda ou propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco. Estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados com base na vida útil do ativo.

- Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- Imobilizado de Arrendamento

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos a valor presente nas Demonstrações Financeiras do Banco como um "Ativo de direito de uso" em contrapartida ao "Passivo de arrendamento" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente, de acordo com o IFRS 16 – Arrendamentos.

Os arrendamentos são aqueles nos quais o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, e são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os Ativos de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais no Resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem a gastos com aquisição e desenvolvimento de software e são registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida, basicamente, entre 3 e 5 anos, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment)* no resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas e passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

k) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 17.4).

As ações restritas outorgadas (nota nº 17.5) foram antidilutivas no período; o lucro diluído é igual ao básico.

l) Pagamentos baseados em ações

Os planos de pagamento baseados em ações são outorgados pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. a seus diretores e colaboradores-chave. Tais planos são classificados como pagamento baseado em ações liquidado em instrumento patrimonial. O valor justo na data da outorga é reconhecido como despesa de pessoal, com correspondente aumento no patrimônio líquido (reservas de capital), durante o período em que os beneficiários adquirem o direito aos prêmios (*vesting period*).

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, deliberados, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento. Adicionalmente, sobre o montante dos juros sobre o capital próprio a pagar, o Banco atua como responsável tributário pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), cuja alíquota foi majorada para 17,5% nos termos da Lei Complementar nº 224/2025, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2026.

n) Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a IAS 19 – Benefícios a Empregados. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

o) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes, quando ocorrem, são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 2/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- Provisão para Perdas Esperadas *(Impairment)*: o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros: a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possuem informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- Ativos e Passivos Contingentes: as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja considerado provável que as instituições terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

2.4. Normas e interpretações aplicáveis em períodos futuros

As seguintes normas e interpretações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estavam vigentes para o período findo em 30 de setembro de 2026. A Instituição não optou pela adoção antecipada dessas normas, exceto se indicado de outra forma:

I. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 e introduz mudanças significativas na estrutura da Demonstração de Resultados (DRE), com foco na classificação de receitas e despesas em três novas categorias (operacional, investimento e financiamento) e na obrigatoriedade de subtotais de "lucro operacional". A norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Instituição está em fase avançada de mapeamento de contas e revisão de sistemas para garantir a correta reclassificação comparativa.

II. IFRS S1 e IFRS S2 – Divulgações de Sustentabilidade e Clima (ISSB)

Em linha com os requisitos globais e o roadmap nacional, o Banco adotará as normas de sustentabilidade do ISSB. A IFRS S1 (Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade) e a IFRS S2 (Divulgações Relacionadas ao Clima) visam integrar riscos não financeiros ao relatório financeiro anual.

O Banco Mercantil já iniciou o processo de coleta de dados qualitativos e quantitativos, com previsão de emissão do primeiro relatório financeiro de sustentabilidade em conformidade com o IFRS para o exercício de 2026 (a ser publicado em 2027).

III. Alterações na IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações recentes do IASB relativas às características de fluxos de caixa de ativos financeiros (testes de SPPI) e divulgações sobre risco de liquidez e passivos financeiros com características de ESG estão sendo monitoradas. Diferentemente do BRGAAP (Resolução CMN nº 4.966/21), o IFRS já possui o modelo de Perda Esperada (ECL) plenamente implementado, e o Banco segue as diretrizes da IFRS 9 para renegociações e modificações de fluxos de caixa, sem utilizar as faculdades temporárias previstas exclusivamente na regulação local (como a Resolução CMN nº 5.146/2024), a menos que haja convergência específica.

IV. Contabilidade de *Hedge (Hedge Accounting)*

Diferentemente do cronograma de transição para as normas locais (BRGAAP), que postergou a aplicação dos novos requerimentos para 1º de janeiro de 2027, a Instituição já exerce no IFRS a prerrogativa prevista na IFRS 9 de manter a aplicação dos requisitos de contabilidade de hedge em conformidade com a IAS 39. Dessa forma, a Instituição não antecipa mudanças em suas políticas contábeis de hedge para o exercício de 2027, mantendo a consistência com as práticas de classificação já adotadas e descritas em nossas políticas vigentes.

A Instituição permanece avaliando e analisando os impactos quantitativos e qualitativos da adoção das referidas normas. Com base na análise preliminar, a Administração não espera que a adoção inicial das normas, além da IFRS 18 (que alterará substancialmente a apresentação), tenha um efeito material imediato sobre o patrimônio líquido ou o resultado ajustado da Instituição, embora os requerimentos de divulgação sejam ampliados.

2.5. Reclassificação de Informações Comparativas

Para fins de melhor comparabilidade, os saldos de reversão de provisão e receita com aplicações compulsórias, relativos ao período findo em 30 de setembro de 2025 foram reclassificados conforme segue:

DRE	Original	Reclassificação	Reclassificado
Despesa de Pessoal	(572.678)	(28.852)	(601.530)
Outras Receitas Operacionais	80.746	28.852	109.598
Lucro Líquido	**608.297**	**-**	**608.297**

2.6. Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste em patrimônio líquido refere-se à baixa dos saldos de despesas antecipadas relacionadas a recursos aplicados na aceleração de originação de operações de crédito, anteriores à entrada em vigor da Res. CMN n. 4.966/21, no montante de R$ 27.958 líquido dos efeitos tributários.

NOTAS EXPLICATIVAS

3. Demonstração por Segmentos Operacionais

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Balanço Patrimonial	Financeiras (I)	Intermediação de Seguros e Negócios	*Marketplace* (II)	Outros (III)	Eliminações	BRGA
Disponibilidades	1.536.741	368	244	16.130	(536)	**1.552**
Ativos financeiros	34.604.750	275.480	444.668	2.145.759	(3.177.654)	**34.293**
Ativos fiscais	1.841.682	50.670	16.748	5.753	-	**1.914**
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	45.590	-	-	-	-	**45**
Outros Ativos	582.744	13.938	11.639	1.612	(85.747)	**524**
Investimentos	777.484	16.411	12.415	1.940	(775.786)	**32**
Imobilizado	520.692	50.905	752	2.939	-	**575**
Intangível	202.320	-	3.699	-	-	**206**
Ativo Total	**40.112.003**	**407.772**	**490.165**	**2.174.133**	**(4.039.723)**	**39.144**
Passivos financeiros	35.033.168	-	-	1.603.486	(2.698.632)	**33.938**
Passivos fiscais	141.879	18.329	27.192	1.976	-	**189**
Provisões	383.823	1.901	-	204	-	**385**
Outros passivos	1.212.967	87.268	41.544	33.690	(85.748)	**1.289**
Patrimônio Líquido	3.340.166	300.274	421.429	534.777	(1.255.343)	**3.341**
Passivo Total	**40.112.003**	**407.772**	**490.165**	**2.174.133**	**(4.039.723)**	**39.144**

(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.
(II) Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.
(III) Segmento "Outros" é constituído, basicamente, pelos segmentos de securitização e tecnologia.

NOTAS EXPLICATIVAS

DRE	Financeiras (I)	Intermediação de Seguros e Negócios	*Marketplace* (II)	Outros (III)	Eliminações	BR
Receita de Juros	7.724.813	18.030	30.015	328.318	(506.713)	**7.**
Despesa de Juros	(3.497.255)	-	-	(178.485)	367.064	**(3.**
Resultado Líquido de Juros	**4.227.558**	**18.030**	**30.015**	**149.833**	**(139.649)**	**4.**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.088.249)	-	-	-	-	**(1.**
Resultado Líquido de Juros após Provisão para perdas	**3.139.309**	**18.030**	**30.015**	**149.833**	**(139.649)**	**3.**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**(2.293.480)**	**300.040**	**356.336**	**(4.619)**	**(493.427)**	**(2.**
Receitas de Prestação de Serviços	320.882	398.009	435.508	37.734	(97.951)	**1.**
Participação em Controladas	492.428	848	538	-	(493.427)	
Despesas de Pessoal	(639.854)	(36.999)	(11.671)	(16.779)	-	**(**
Despesas Administrativas	(1.293.977)	(15.401)	(27.951)	(15.803)	97.667	**(1.**
Despesas Tributárias	(217.954)	(49.208)	(37.705)	(6.659)	-	**(**
Outras Receitas Operacionais	230.450	4.150	364	395	(76)	
Outras Despesas Operacionais	(943.254)	(1.464)	(2.741)	(3.507)	360	**(**
Reversões / (Despesas) de Provisões	(242.201)	105	(6)	-	-	**(**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**845.829**	**318.070**	**386.351**	**145.214**	**(633.076)**	**1.**
IR e CS	(17.301)	(109.224)	(92.959)	(1.919)	-	**(**
Participação dos não controladores	(555)	-	(12.455)	-	(2)	
Lucro Líquido do Período	**827.973**	**208.846**	**280.937**	**143.295**	**(633.078)**	

(I) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.
(II) Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.
(III) Segmento "Outros" é constituído, basicamente, pelos segmentos de securitização e tecnologia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Disponibilidades	**1.552.947**	**1.063.077**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**7.279.131**	**5.233.897**
Aplicações no mercado aberto–Posição bancada (I)	7.249.996	5.201.721
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.135	32.176
Aplicações voluntárias no Banco Central (II)	**316.445**	**511.085**
Total	**9.148.523**	**6.808.059**

(I) Refere-se às aplicações cujo vencimento na data efetiva da operação é igual ou inferior a 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
(II) Refere-se às aplicações voluntárias no Banco Central (vide nota nº 7.1).

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Descrição	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.631.928	1.118	-	1.633.046
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	22.018	(247)	(4.279)	17.492
Certificado de Recebíveis Imobiliários	19.307	(3.396)	(25)	15.886
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	6.640	-	(10)	6.630
Nota Comercial	3.085	-	(10)	3.075
Debêntures	5.077	(2.188)	(2.483)	406
Total em 30/09/2026	**1.688.055**	**(4.713)**	**(6.807)**	**1.676.535**
Total em 31/12/2025	**1.434.448**	**(1.928)**	**(8.722)**	**1.423.798**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	30/09/2026	31/12/2025
Até 1 ano	236.652	326.734
De 1 a 2 anos	93.598	197.480
De 2 a 3 anos	18.428	99.971
De 3 a 4 anos	147.585	54.205
De 4 a 5 anos	201.005	737.641
Acima de 5 anos	979.267	7.767
Total	**1.676.535**	**1.423.798**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função de eles não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação a mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Descrição	31/12/2025	Ganhos/ Perdas	Liquidações	Transferências	30/09/2026
Estágio 1	**(3.098)**	**(3.877)**	**25**	**6.820**	**(130)**
Debêntures	(33)	(515)	6	542	-
Nota Comercial - TVM	(13)	(2)	5	-	(10)
CRA	(3.009)	(3.356)	2	6.278	(85)
CDCA	(13)	(1)	4	-	(10)
CRI	(30)	(3)	8	-	(25)
Estágio 2	**-**	**(4.648)**	**6.100**	**(1.452)**	**-**
CRA	-	(4.648)	6.100	(1.452)	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Estágio 3	**(5.624)**	**(2.039)**	**6.354**	**(5.368)**	**(6.677)**
CRA	(5.624)	(92)	6.348	(4.826)	(4.194)
Debêntures	-	(1.947)	6	(542)	(2.483)
Total	**(8.722)**	**(10.564)**	**12.479**	**-**	**(6.807)**

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes totalizou R$ 171.385 (R$ 172.003 em 30 de setembro de 2025).

6. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

6.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Cotas de Fundo Imobiliário	42.368	43.668
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	16.134	34.909
Fiagro	7.135	906
Funcine	1.766	1.609
Cotas de Fundo de Investimento	413	379
Fundo de Investimento em Cotas	711	901
Cotas de Fundo de Participação de Negociação e Membro de Compensação	-	5.769
Total	**68.527**	**88.141**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Indeterminado	46.296	53.232
Até 1 ano	-	17.861
De 1 a 2 anos	6.129	-
De 2 a 3 anos	16.102	17.048
Total	**68.527**	**88.141**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado totalizou R$ 5.162 (R$ 3.360 em 30 de setembro de 2025).

6.2. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração em conformidade com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação *(trading)* e carteira bancária *(banking)*. São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a *hedge* de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value of Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os instrumentos financeiros derivativos são como segue:

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Contrato de Futuro – DI [(I)] Posição passiva - Taxa de Juros	6.193.698	10.661.764	6.192.731	10.664.889
Contrato de Futuro – Mini-Índice [(II)] Posição ativa - Ibovespa	675	1.881	685	1.911
Contrato de Futuro – Dólar [(III)] Posição passiva - Moeda estrangeira	1.403	131	1.416	132
Total	**6.195.776**	**10.663.776**	**6.194.832**	**10.666.932**

(I) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições a taxas de juros.
(II) A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.
(III) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – DI	-	2.941.636	3.252.062	**6.193.698**
Contrato de Futuro – Mini-Índice	675	-	-	**675**
Contrato de Futuro – Dólar	1.403	-	-	**1.403**
Total em 30/09/2026	**2.078**	**2.941.636**	**3.252.062**	**6.195.776**
Total em 31/12/2025	**2.012**	**-**	**10.661.764**	**10.663.776**

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo:

Hedge de valor justo	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Objeto de *Hedge* – Carteira de Ativos [I]	6.148.670	9.829.219	6.172.936	9.859.797
Instrumento de *Hedge* – Taxa de Juros	6.172.928	9.859.791	6.172.928	9.859.791

[I] A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 7.4).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através do índice de *hedge*, que é medido pela relação entre a quantidade do instrumento de hedge e do item protegido (objeto de *hedge*), em termos de sua ponderação relativa, além da avaliação qualitativa da relação de proteção, alinhado com a estratégia de gerenciamento de riscos da Instituição.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos" conforme segue:

Descrição	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro – DI	434.732	(359.578)	75.154
Contrato de Futuro – Dólar	523	(558)	(35)
Contrato de Futuro – Mini-Índice	826	(625)	201
Total em 30/09/2026	**436.081**	**(360.761)**	**75.320**
Total em 30/09/2025	**318.489**	**(339.796)**	**(21.307)**

7. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

7.1. Depósitos no Banco Central do Brasil

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Aplicações Voluntárias no Banco Central	316.445	511.085
Depósito a Prazo	488.802	639.321
Depósito de Poupança	19.055	21.093
Direcionamento Microcrédito	9.239	9.272
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	750	5.000
Total - Circulante	**834.291**	**1.185.771**

7.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto	**7.464.915**	**5.201.721**
Posição bancada	**7.414.915**	**5.201.721**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.350.000	2.700.000
Nota do Tesouro Nacional - NTN	4.899.996	2.299.999
Títulos Privados	164.919	201.722
Posição financiada	**50.000**	**-**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	50.000	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**32.170**	**34.922**
Total	**7.497.085**	**5.236.643**
Circulante	7.494.050	5.233.897
Não circulante	3.035	2.746

b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Aplicações no mercado aberto	713.327	430.227
Posição bancada	705.189	422.978
Posição financiada	8.138	7.249
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.023	5.802
Total	716.350	436.029

7.3. Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Títulos Externos Soberanos	-	630.199
Total	-	630.199

b) Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado por vencimento

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Até 1 ano	-	630.199
Total	-	630.199

Os Títulos e Valores Mobiliários encontram-se registrados e custodiados conforme suas especificidades e jurisdições. Os Títulos Nacionais estão registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os Títulos Externos Soberanos encontram-se custodiados na Euroclear.

O valor de custo dos títulos classificados ao custo amortizado é apurado com base no valor de aquisição, atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo. Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários estão sujeitos à apuração de perdas de crédito esperadas, utilizando metodologia específica e modelos de risco conforme definido na política institucional.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado totalizou R$ 12.106 (R$ 41.564 em 30 de setembro de 2025).

7.4. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição da carteira por produtos

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Empréstimos e Financiamentos	24.843.933	23.221.312
Empréstimo Consignado (I)	18.592.871	16.754.540
Empréstimo Saque FGTS	2.075.717	2.637.606
Crédito Pessoal	3.523.742	3.157.040
Capital de Giro	278.364	365.603
Cheque Especial	72.404	94.533
Cartão de Crédito	23.339	27.505
Conta Garantida	17.697	19.877
Outros Empréstimos e Financiamentos	259.799	164.608
Outros Créditos	387.691	469.956
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	132.608	142.906
Devedores por compra de valores e bens	46.702	47.098
Títulos e créditos a receber	208.381	279.952
Subtotal	25.231.624	23.691.268
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de *Hedge* (II)	24.266	30.578
Ajuste Taxa Efetiva	(2.878)	(4.466)
Total	25.253.012	23.717.380

(I) Compreende operações de Empréstimo Consignado INSS, Público e Privado.
(II) O Banco possui operação de *Hedge Accounting* com o objetivo de proteger parte da carteira de crédito Prefixada frente às oscilações de mercado. (vide nota nº 6.2).

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Vencimento	30/09/2026	31/12/2025
Até 1 ano	10.544.707	9.874.714
De 1 ano até 5 anos	12.087.928	11.101.950
Acima de 5 anos	2.598.989	2.714.604
Total	**25.231.624**	**23.691.268**

c) Movimentação da carteira por estágio

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**22.516.283**	**296.809**	**878.176**	**23.691.268**
Constituição / Reversão	1.614.535	2.032	468.117	**2.084.684**
Transferência para Estágio 1	113.863	(19.001)	(94.862)	**-**
Transferência para Estágio 2	(94.514)	94.621	(107)	-
Transferência para Estágio 3	(485.658)	(95.294)	580.952	**-**
Baixa para prejuízo	-	-	(544.328)	**(544.328)**
Saldo em 30/09/2026	**23.664.509**	**279.167**	**1.287.948**	**25.231.624**

d) Receitas de Operações de Crédito e Outros Créditos

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Rendas de empréstimos	6.503.148	5.153.420
Rendas de financiamentos	2.507	2.614
Outros Créditos	30.173	35.795
Total	**6.535.828**	**5.191.829**

e) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2025	**139.501**	**116.050**	**740.072**	**995.623**
Constituição / Liquidação	78.454	30.155	698.550	**807.159**
Transferência para Estágio 1	6.548	(6.060)	(488)	-
Transferência para Estágio 2	(934)	1.023	(89)	-
Transferência para Estágio 3	(7.667)	(38.954)	46.621	**-**
Baixa para prejuízo	-	-	(544.328)	**(544.328)**
Saldo em 30/09/2026	**215.902**	**102.214**	**940.338**	**1.258.454**

A perda esperada de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a recuperação de créditos baixados para prejuízo e descontos concedidos que, somados, geraram um efeito no resultado de R$ 265.643 (R$ 60.921 em 30 de setembro de 2025).

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.3.d.viii).

7.5. Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

O Banco dispõe de operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios configuradas pela coobrigação nas cessões de crédito, ou pela subscrição de séries subordinadas em estruturas de securitização de recebíveis.

O valor das operações cedidas e das obrigações assumidas são como segue

Descrição	Operações de Créditos Cedidas	Obrigações Assumidas
Cessão de Crédito – Outras (I)	2.287.126	1.546.567
Total em 30/09/2026	**2.287.126**	**1.546.567**
Total em 31/12/2025	**1.665.074**	**1.230.108**

(I) Refere-se, basicamente, a operação de cessão de direitos creditórios com características de retenção substancial de riscos e benefícios em operação estruturada que tem como lastro direitos creditórios cedidos pelo Banco Mercantil.

7.6. Outros Ativos Financeiros

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Títulos e Créditos a receber (I)	235.759	214.337
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	10.101	1.116
Negociação e Intermediação de Valores	106	3.773
Total	**245.966**	**219.226**
Circulante	54.433	12.156
Não circulante	191.533	207.070

(I) Refere-se, basicamente, a Direitos Creditórios e Precatórios a receber e registraram provisão no montante de R$ 7.200, em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

8. Ativos e Passivos Fiscais

8.1. Ativos Fiscais Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL - repetição indébito	3.860	36.693
IRPJ / CSLL (I)	50.270	43.319
Impostos e contribuições retidos na fonte	110.651	59.304
Antecipação IRPJ/CSLL	257.161	129.948
Outros	1.821	1.820
Total	**423.763**	**271.084**
Circulante	420.960	266.899
Não circulante	2.803	4.185

(I) Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

8.2. Ativos Fiscais Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

Descrição	31/12/2025	Constituição	Realização	30/09/2026
Diferenças temporárias	**900.088**	**486.378**	**(373.318)**	**1.013.148**
Provisão para perda esperada	702.146	369.347	(281.952)	789.541
Provisão para Contingências	127.469	34.438	(6.348)	155.559
MTM	1.476	3.793	-	5.269
Outras diferenças temporárias	68.997	78.800	(85.018)	62.779
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (II)	**488.708**	**10.157**	**(32.988)**	**465.877**
MP 2.158/2001 (I)	**100**	-	(100)	**-**
Total	**1.388.896**	**496.535**	**(406.406)**	**1.479.025**

(I) A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

(II) Refere-se ao crédito tributário constituído em dezembro de 2025, relativo à Transação Tributária Individual, não recorrente, de 23 de dezembro de 2025, celebrada pelo Banco em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias:(i) sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98, e (ii) sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária do Balanço Patrimonial – IPC/89. A Transação Tributária foi firmada com amparo na Lei 13.988/20 e Portaria PGFN 6.757/22, com modificações posteriores, e contemplou os benefícios legais aplicáveis, com desconto negociado de 58,8%. A celebração do acordo reflete a estratégia do Banco Mercantil na gestão de riscos fiscais e o principal objetivo da transação foi a regularização ampla de controvérsias jurídicas, promovendo maior previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na alocação de capital, com efeitos positivos sobre a qualidade e a sustentabilidade dos resultados futuros.

b) Realização dos créditos tributários

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Descrição	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	30/09/2026	31/12/2025
2026	198.530	2.052	**200.582**	**529.265**
2027	516.515	69.246	**585.761**	**281.864**
2028	68.644	204.096	**272.740**	**323.248**
2029	52.879	189.073	**241.952**	**69.501**
2030 a 2032	176.580	1.410	**177.990**	**185.018**
Total	**1.013.148**	**465.877**	**1.479.025**	**1.388.896**
Valor Presente	**821.971**	**339.491**	**1.161.462**	**997.186**

c) Créditos tributários não ativados

Em 30 de setembro de 2026, o saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários montam em R$ 183 da Controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

8.3. Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Resultado antes dos impostos	**1.079.423**	**722.210**
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes [(I)]	(406.055)	(278.185)
Ajustes no cálculo dos tributos		
Juros sobre o capital próprio	122.534	95.906
Outros valores	54.561	85.103
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(228.960)**	**(97.176)**

[(I)] Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda das empresas do Grupo é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% para o Banco e BMI; 17,5% para a Financeira; 15% para a MBD e 9% para as empresas comerciais que compõem o Consolidado.

8.4. Passivos Fiscais Correntes

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Transação Tributária [(I)]	-	686.777
IRPJ/CSLL	39.292	10.185
IRRF s/ salários e serviços de terceiros	33.214	40.004
PIS	4.583	6.003
COFINS	25.932	34.655
Outros	37.920	35.601
Total - Circulante	**140.941**	**813.225**

[(I)] Refere-se ao saldo a pagar remanescente da Transação Tributária em 31 de dezembro de 2025, que foi liquidado em janeiro de 2026.

9. Ativos não financeiros mantidos para venda

a) Composição dos Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Custo	Provisão	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis	63.091	(17.501)	45.590	46.870
Total	**63.091**	**(17.501)**	**45.590**	**46.870**

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Imóveis
Saldo em 31/12/2025	**46.870**
Baixas	(1.100)
Reversão / (Constituição) de Provisão	(180)
Saldo em 30/09/2026	**45.590**

Os ativos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado utilizando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

10. Outros Ativos

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Despesas antecipadas (vide nota nº10.1)	75.510	137.867
Devedores por Depósitos em Garantia (vide nota nº15.b)	131.074	139.457
Adiantamentos ao FGC	102.872	-
Cartão de Crédito (I)	65.612	62.461
Devedores Diversos-País	96.334	58.150
Outros	52.784	30.839
Total	**524.186**	**428.774**
Circulante	116.549	180.990
Não circulante	407.637	247.784

(I) Refere-se aos valores a receber, relativos às compras realizadas com cartão de crédito pelos clientes do Mercantil.

10.1. Despesas antecipadas

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Propaganda e publicidade (I) (II)	21.062	83.175
Serviços do Sistema Financeiro (II)	6.244	17.402
Seguros (III)	6.055	11.246
Demais despesas antecipadas (IV)	42.149	26.044
Total	**75.510**	**137.867**
Circulante	20.887	30.083
Não circulante	54.623	107.784

(I) Refere-se, basicamente, à contratação de propagandas institucionais ainda não veiculadas.
(II) No segundo trimestre de 2026, os saldos relacionados a recursos aplicados na aceleração de originação de operações de crédito, anteriores à entrada em vigor da Res. CMN nº 4.966/21, foram baixados (vide nota nº 2.6). O saldo remanescente refere-se, majoritariamente, aos custos de emissão de cartão de crédito, incluindo custos de impressão, embalagem, envio, entre outros. As despesas são amortizadas com base na metodologia da vida útil estimada do cartão, ajustadas para eventuais cancelamentos.
(III) Refere-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas despesas são apropriadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.
(IV) Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas despesas são apropriadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS

11. Investimentos

11.1 Participações em sociedades coligadas

Coligadas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total de Cotas	Participação indireta	Resultado do período	Equivalência Patrimo 30/09/2026	30/09/2
PrecPago (I) (II)	3.000	8.582	900.000	27,76%	1.290	387	
Total					**1.290**	**387**	

(I) PrecPago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda. ("PrecPago") – Empresa na qual a Controlada Banco Mercantil de Investime social, correspondendo a uma participação indireta de 27,76% pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. O processo de aquisição ad PrecPago, elevando a participação total de 10% para 30%, foi submetido e aprovado pelo Bacen em 17/07/2026. A diferença e do investimento, no montante de R$ 11.440, foi registrada como Ágio.
(II) O reconhecimento da equivalência patrimonial foi realizado com base em informações financeiras levantadas com defasa data-base destas demonstrações financeiras.

11.2 Outros investimentos

Descrição	30/09/20
CIP S.A. (I)	
PrecPago (II)	
Gyramais Tecnologia S.A	
Outros	
Total	

(I) Nome fantasia: Nuclea.
(II) Após aprovação do processo de aquisição adicional do capital social da PrecPago pelo Bacen em 17/07/2026, o Banco pa método de equivalência patrimonial, em conformidade com a norma IAS 28 / CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas e Co

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado próprio

a) Composição do Imobilizado próprio

Descrição	Taxa	Custo	Depreciação	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis para Renda	-	**2.984**	**(30)**	**2.954**	**2.955**
Terrenos	-	2.947	-	**2.947**	**2.947**
Edificações	4%	37	(30)	**7**	**8**
Imobilizado de uso	-	**449.692**	**(290.020)**	**159.672**	**181.185**
Equipamentos de processamento de dados	20%	230.335	(181.985)	**48.350**	**59.638**
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	123.525	(49.092)	**74.433**	**83.197**
Móveis e equipamentos	10%	95.228	(58.943)	**36.285**	**37.751**
Material em estoque	-	604	-	**604**	**599**
Total		**452.676**	**(290.050)**	**162.626**	**184.140**

b) Movimentação do imobilizado próprio

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Imóveis para renda	Material em estoque	Total
Saldo em 31/12/2025	**59.638**	**83.197**	**37.751**	**2.955**	**599**	**184.140**
(+) Adições	3.081	7.987	3.385	-	549	**15.002**
(+/-) Transferência	33	-	511	-	(544)	**-**
(-) Baixas	(477)	(10.683)	(139)	-	-	**(11.299)**
(-) Depreciação no período	(14.362)	(16.003)	(5.306)	(1)	-	**(35.672)**
(-) Baixas de Depreciação	437	9.935	83	-	-	**10.455**
Saldo em 30/09/2026	**48.350**	**74.433**	**36.285**	**2.954**	**604**	**162.626**

12.2. Imobilizado de arrendamento

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Descrição	Custo	Depreciação [1]	30/09/2026	31/12/2025
Imóveis	480.389	(120.114)	360.275	397.331
Máquinas e Equipamentos	64.922	(12.535)	52.387	43.648
Total	**545.311**	**(132.649)**	**412.662**	**440.979**

[1] A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado, o qual varia de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Descrição	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2025	**397.331**	**43.648**	**440.979**
(+) Adições	75.801	16.424	**92.225**
(-) Baixas	(40.578)	-	**(40.578)**
(-) Depreciação no período	(78.690)	(7.685)	**(86.375)**
(-) Baixas de Depreciação	6.411	-	**6.411**
Saldo em 30/09/2026	**360.275**	**52.387**	**412.662**

13. Intangível

a) Composição do Intangível

Descrição	Taxa	Custo	Amortização	30/09/2026	31/12/2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	268.261	(118.638)	149.623	143.741
Licenças e Direitos de uso [1]	-	119.152	(64.017)	55.135	66.888
Sistemas de Segurança	20%	1.581	(1.367)	214	690
Outros Intangíveis	20%	1.137	(90)	1.047	1.239
Total		390.131	(184.112)	206.019	212.558

[1] Amortização conforme prazo do contrato.

b) Movimentação do Intangível

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2025	143.741	66.888	690	1.239	212.558
(+) Adições	40.313	33.912	-	357	74.582
(+/-) Transferência	96	-	-	(96)	-
(-) Baixas	(4.011)	(18.895)	(2.020)	(374)	(25.300)
(-) Amortização no período	(32.723)	(41.451)	(476)	(79)	(74.729)
(+) Baixas de Amortização	2.207	14.681	2.020	-	18.908
Saldo em 30/09/2026	149.623	55.135	214	1.047	206.019

14. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

14.1. Depósitos

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2026	31/12/2025
À Vista	433.684	-	-	433.684	398.707
Poupança	94.226	-	-	94.226	105.612
Interfinanceiros	4.840	26.947	203.002	234.789	216.020
A Prazo	2.144.594	7.531.986	10.586.989	20.263.569	20.388.960
Outros	3.501	-	-	3.501	12.204
Total	2.680.845	7.558.933	10.789.991	21.029.769	21.121.503

14.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2026	31/12/2025
Letras Financeiras	831.901	1.745.049	5.741.430	8.318.380	5.588.408
Debêntures	-	-	1.603.486	1.603.486	1.583.571
Letras de Crédito do Agronegócio	1.530	12.859	-	14.389	25.762
Total	833.431	1.757.908	7.344.916	9.936.255	7.197.741

14.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

O saldo dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital é como segue:

Descrição	Vencimento	Valor da operação	30/09/2026	31/12/2025
Letra Financeira Subordinada – Nível II	2026 a 2039	591.151	809.882	687.798
Letra Financeira Subordinada – Capital complementar	Perpétua	425.933	481.467	261.877
Total			**1.291.349**	**949.675**
Circulante			91.458	95.228
Não circulante			1.199.891	854.447

Do total das Letras Financeiras Subordinadas - Nível II, o montante de R$ 498.101 está sendo utilizado na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

14.4. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Operações de captação no mercado	**3.308.187**	**2.477.236**
Depósitos	1.994.746	1.860.329
Despesas de LCA, LCI e LF	935.054	469.617
Despesas de Debêntures	178.485	119.359
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	174.325	4.987
Operações compromissadas	3.618	2.555
Outras	21.959	20.389
Operações de Empréstimos e Repasses	**489**	**11.516**
Total	**3.308.676**	**2.488.752**

15. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração monitora continuamente a evolução de seus processos judiciais e administrativos e avalia periodicamente as provisões reconhecidas, abrangendo os processos cuja probabilidade de perda seja julgada como provável pelos seus assessores jurídicos externos, em conformidade com a IAS 37 (CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). O desfecho definitivo dessas ações poderá resultar na reversão parcial ou total das respectivas provisões à medida que a instituição obtenha decisões judiciais favoráveis.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

a) Composição das Provisões

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Cíveis	239.740	179.326
Trabalhistas	70.609	67.988
Fiscais (I)	75.579	75.484
Total – Não circulante	**385.928**	**322.798**

(I) Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nº 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT: majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99 - índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange à tributação de receitas que não estão relacionadas à prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2025	**179.326**	**67.988**	**75.484**	**322.798**
Constituição / (Reversão)	210.453	33.683	(2.034)	**242.102**
Atualização Monetária	6.472	4.251	3.112	**13.835**
Liquidações / Atualização de depósitos	(156.511)	(35.313)	(983)	**(192.807)**
Saldos em 30/09/2026	**239.740**	**70.609**	**75.579**	**385.928**
Depósitos judiciais (vide nota nº 10)	**20.528**	**26.179**	**84.367**	**131.074**

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de natureza cível e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não havia provisões constituídas, em observância à IAS 37 (CPC 25). O saldo das ações cíveis posiciona-se em R$ 4.871 (R$ 14.522 em 31 de dezembro de 2025). As ações tributárias posicionam-se em R$ 31.222 (R$ 22.883 em 31 de dezembro de 2025).

16. Outros Passivos

Descrição	30/09/2026	31/12/2025
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	412.190	460.390
Credores Diversos	371.386	412.743
Obrigações por Convênios Oficiais	227.622	198.161
Sociais e Estatutárias	142.151	313.194
Cartão de Crédito (II)	78.753	66.344
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	43.616	7.496
Outros	14.003	13.939
Total	**1.289.721**	**1.472.267**
Circulante	891.644	1.195.284
Não circulante	398.077	276.983

(I) Refere-se, basicamente, aos Passivos de Arrendamento relativos aos Ativos de Direito de Uso (vide nota nº 12.2.)

(II) Refere-se, basicamente, a repasses às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Descrição	30/09/2026		31/12/2025	
	Quantidade	R$ mil	Quantidade	R$ mil
Ações Ordinárias	84.052.790	647.206	65.155.744	501.699
Ações Preferenciais	39.675.836	305.504	39.675.836	305.504
Total do capital subscrito e integralizado	**123.728.626**	**952.710**	**104.831.580**	**807.203**
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	**123.380.126**	**948.880**	**104.483.080**	**803.373**

Conforme disposições estatutárias, o Capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Aumento de Capital

O Conselho de Administração do Banco, em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, aprovou aumento do capital social a ser efetivado dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, no valor de, no mínimo, R$ 300.000.007,76 (trezentos milhões e sete reais e setenta e seis centavos) e, no máximo, R$ 500.000.004,14 (quinhentos milhões e quatro reais e catorze centavos), mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada uma, ao preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso III, da Lei das S.A. Informações adicionais estão disponíveis no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Durante o período de exercício do direito de preferência no Aumento de Capital, encerrado em 02 de fevereiro de 2026 (“Prazo de Exercício do Direito de Preferência”), foram subscritas 17.329.373 (dezessete milhões, trezentas e vinte e nove mil, trezentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) cada, emitidas pela Companhia, ao preço de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando o valor de R$ 457.148.859,74 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, setenta e quatro centavos), atingindo-se, portanto, valor superior ao mínimo estabelecido para o Aumento de Capital.

Durante o período de exercício do direito de subscrição de sobras de ações, que se iniciou em 5 de fevereiro de 2026 (inclusive) e terminou em 13 de fevereiro de 2026 (inclusive), foram subscritas 1.567.673 (um milhão, quinhentas e sessenta e sete mil, seiscentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito, durante o referido período de exercício do direito de subscrição de sobras, no valor de R$ 41.355.213,74 (quarenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e treze reais, setenta e quatro centavos), cuja integralização ocorreu conforme procedimentos previstos no Segundo Aviso aos Acionistas.

Dessa forma, considerando tanto o período de exercício do direito de preferência, quanto o período de exercício do direito de subscrição de sobras, foram subscritas e integralizadas, no total, 18.897.046 (dezoito milhões, oitocentas e noventa e sete mil, quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), de emissão da Companhia, a um preço de emissão por ação de R$ 26,38 (vinte e seis reais e trinta e oito centavos), totalizando um montante subscrito de R$ 498.504.073,48 (quatrocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e quatro mil, setenta e três reais, quarenta e oito centavos), sendo o montante de R$ 145.507.254,20 (cento e quarenta e cinco milhões e quinhentos e sete mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) apropriado ao capital social e o montante de R$ 352.996.819,28 (trezentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e noventa e seis mil e oitocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) apropriado à reserva de capital.

Como restaram apenas 56.707 (cinquenta e seis mil, setecentas e sete) ações não subscritas, a administração submeteu ao Conselho de Administração da Companhia que homologou o Aumento de Capital parcial, com o cancelamento das ações remanescentes não subscritas, sem realização de leilão de sobras, tendo em vista o atingimento de valor superior ao Aumento de Capital Mínimo (conforme definido no Primeiro Aviso aos Acionistas). As frações de ações decorrentes do exercício do direito de preferência, do exercício do direito de subscrição das sobras ou rateio das ações foram desconsideradas.

O capital social da Companhia passou de R$ 807.203.166,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e três mil, cento e sessenta e seis reais), dividido em 104.831.580 (cento e quatro milhões, oitocentas e trinta e uma mil, quinhentas e oitenta) ações, sendo 65.155.744 (sessenta e cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), para R$ 952.710.420,20 (novecentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e vinte reais, vinte centavos), dividido em 123.728.626 (cento e vinte três milhões, setecentas e vinte e oito mil, seiscentas e vinte e seis) ações, sendo 84.052.790 (oitenta e quatro milhões, cinquenta e dois mil, setecentos e noventa) ações ordinárias e 39.675.836 (trinta e nove milhões, seiscentas e setenta e cinco mil, oitocentas e trinta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). O Aumento de Capital foi homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026.

Informações adicionais estão disponíveis no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

17.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76. O valor de R$ 352.996.819,28 foi apropriado à reserva de capital elevando o saldo de R$ 43.374.979,60 para o montante de R$ 396.371.798,88. O Aumento de Capital, com a respectiva constituição de reserva de capital, foi homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026.

b) Reserva legal: Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

17.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A distribuição do resultado é calculada sobre o lucro societário, conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada período, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Lucro líquido do período	827.973	737.548
(-) Reserva Legal	(41.399)	(36.877)
Base de Cálculo	**786.574**	**700.671**
Juros s/ capital próprio (bruto) deliberados e pagos [I]	189.526	-
Juros s/ capital próprio (bruto) provisionados	82.773	213.126
Subtotal	**272.299**	**213.126**
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(47.652)	(31.969)
Juros s/ capital próprio (líquido) deliberados, provisionados / pagos	**224.647**	**181.157**
Percentual dos juros s/ capital próprio (líquido) sobre a base de cálculo	**28,6%**	**25,9%**

[I] Juros s/ capital próprio referente ao exercício de 2026, deliberados em 04/08/2026 e pagos em 19/08/2026.

17.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	30/09/2026	30/09/2025
Número final de ações	84.052.790	39.327.336	123.380.126	104.483.080
Número médio ponderado de ações em circulação	81.774.585	39.327.336	121.101.921	104.483.080
Lucro básico atribuível (em R$ mil)	565.377	271.903	837.280	608.297
Lucro básico por ação	6,9138	6,9138	6,9138	5,8220

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

17.5. Pagamento Baseado em Ações

a) Plano de Outorga de Ações Restritas

Em 26 de novembro de 2025, o Banco Mercantil aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("Plano"), voltado para os diretores estatutários e não estatutários e empregados em posições chave no Banco e Empresas Controladas.

No âmbito do Plano de Ações Restritas, poderão ser outorgadas ações restritas que deem direito ao recebimento de ações ordinárias de emissão do Banco ("Ações Restritas ON"), e/ou ações restritas que deem direito ao recebimento de ações preferenciais de emissão do Banco ("Ações Restritas PN"). As ações decorrentes das ações restritas a serem outorgadas no âmbito do Plano representarão, no máximo, 10% do capital social total da Companhia, considerado em bases totalmente diluídas, o qual poderá ser ajustado nos termos do Plano, podendo ser outorgadas tanto Ações Restritas ON, quanto Ações Restritas PN, sem guardar proporção entre as espécies.

Em 3 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas, destinado exclusivamente a Diretores Estatutários.

b) Características do 1º Programa

Data de Outorga	Ações aprovadas (ON)	Vesting	Valor Justo na Outorga (por ação)	Participantes
20/05/2026	4.300.000	Até 5 anos	R$ 56,01	Diretores Estatutários

- Critério de *Vesting*: A aquisição do direito ocorre de forma escalonada: 10 % no 1º ano; 15% no 2º ano, e 25% respectivamente nos 3º, 4º e 5º anos.
- Período de Restrição: Após a entrega, as ações ficam sujeitas a uma restrição de negociação (*lock-up*) por um período adicional de 5 anos.
- Precificação: O valor justo das ações foi determinado pelo valor de mercado cotado na data de sua outorga.

c) Impacto no Resultado

No período findo em 30 de setembro de 2026, o Banco reconheceu o montante de R$ 13.498 líquido (R$ 3.037 relativo aos encargos, totalizando R$ 16.535) a título de despesa de remuneração baseada em ações vinculada a este plano (vide nota nº 20), registrada na rubrica "Despesas de Pessoal".

Conforme a Resolução CMN nº 5.177/2024, 50% da remuneração variável dos administradores é paga por meio de instrumentos compatíveis com a criação de valor a longo prazo, sendo direcionada à aquisição de quotas de Fundo de Investimento em Ações do Banco.

18. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Renda de Intermediação de negócios [1]	980.803	489.414
Tarifas bancárias	91.546	125.816
Serviços de arrecadação	9.899	3.519
Cobrança	1.642	1.912
Administração de fundos de investimentos	2.668	1.971
Cartão de crédito - Intercâmbio	5.652	19.992
Outros	1.972	2.208
Total	**1.094.182**	**644.832**

[1] Refere-se, basicamente, a receitas de serviços de intermediações de seguros e assistências geradas pelo Banco e através de empresas controladas.

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Proventos	308.645	262.433
Encargos sociais	118.565	101.385
Benefícios	100.290	83.957
Honorários	123.659	95.607
Participações no lucro	54.144	58.148
Total	**705.303**	**601.530**

18.3. Despesas administrativas

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Serviços de terceiros	340.982	262.025
Processamento de dados	273.381	194.457
Amortização e depreciação	196.777	167.615
Serviços técnicos especializados	150.719	117.781
Propaganda, publicidade e publicações	107.921	66.560
Transportes	43.035	38.278
Materiais, manutenção e conservação de bens	34.988	26.810
Seguros	22.370	22.799
Serviços do Sistema Financeiro	20.881	21.047
Comunicações	12.209	9.563
Água, Energia e Gás	11.916	11.460
Outras	40.286	38.211
Total	**1.255.465**	**976.606**

18.4. Despesas tributárias

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
COFINS	230.243	166.031
PIS	40.298	28.458
ISSQN	32.791	21.505
Outros tributos	8.194	14.785
Total	**311.526**	**230.779**

18.5. Outras receitas operacionais

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Recuperação de encargos e despesas	97.721	28.004
Variações monetárias ativas	84.428	35.209
Reversão de provisões	24.858	32.043
Outras receitas operacionais	28.276	14.342
Total	**235.283**	**109.598**

18.6. Outras despesas operacionais

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Direito de pagamento de benefícios previdenciários [I]	723.811	591.559
Despesas de caráter eventual [II]	65.337	45.955
Variações monetárias passivas	13.835	14.082
Outras despesas [III]	147.623	211.288
Total	**950.606**	**862.884**

[I] Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.
[II] Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.
[III] Refere-se, basicamente, a despesas de cashback.

18.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Cíveis	(210.453)	(154.759)
Trabalhistas	(33.683)	(23.553)
Fiscais	2.034	227
Total	**(242.102)**	**(178.085)**

18.8. Resultados não recorrentes

No período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

19. Transações entre Partes Relacionadas

19.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis com as praticadas no mercado vigente, conforme segue:

Ativo	Prazo máximo	30/09/2026	31/12/2025
Aplicações em DI (i)		**348.006**	**367.076**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	348.006	358.129
Mercantil Financeira S.A.	-	-	8.947
Títulos e Valores Mobiliários (ii)		**479.557**	**424.909**
OPEA	24/10/2035	479.557	424.909
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (iii)		**595**	**861**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	31/10/2026	41	63
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/10/2026	130	131
COSEFI	31/10/2026	26	26
Domo Digital Tecnologia S.A.	31/10/2026	10	11
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	31/10/2026	9	7
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/10/2026	-	26
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	31/10/2026	11	30
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/10/2026	77	77
Mercantil Financeira S.A.	31/10/2026	178	407
SANSA	31/10/2026	3	3
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/10/2026	10	10
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/10/2026	10	10
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/10/2026	10	10
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/10/2026	10	10
Viva Notícias Ltda.	31/10/2026	10	10
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/10/2026	10	10
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/10/2026	10	10
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/10/2026	10	10
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	31/10/2026	10	-
Lar Assistência Ltda.	31/10/2026	10	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	31/10/2026	10	-
Dividendos / JCP a Receber		**79.783**	**15.342**
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Sem prazo	42.897	-
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	Sem prazo	36.886	-
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Sem prazo	-	2.660
Mercantil Financeira S.A.	Sem prazo	-	12.480
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	Sem prazo	-	110
COSEFI	Sem prazo	-	92

(i) Refere-se às aplicações do Banco por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI.
(ii) Refere-se às Cotas subordinadas das Debêntures retidas pelo banco emitidas pela OPEA que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.
(iii) Refere-se, basicamente, aos valores a receber de sociedades ligadas, decorrente do Contrato de Compartilhamento de Despesas, que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

Passivo	Prazo máximo	30/09/2026	31/12/2025
Depósitos [I]		**(1.292.159)**	**(940.494)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(281)	(1.259)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	-	(274.555)	(85.231)
COSEFI	-	(29.635)	(28.541)
Domo Digital Tecnologia S.A.	-	(9.703)	(7.616)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	-	(6.869)	(6.559)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(197)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(35)	(130)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(331.594)	(28.559)
Mercantil Financeira S.A.	-	(1.397)	(982)
SANSA	-	(2.677)	(2.532)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(15.921)	(11.539)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(8.693)	(11.409)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(7.581)	(32.443)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(14.951)	(33.094)
Viva Notícias Ltda.	-	(7.196)	(7.422)
Assistência Pet Nacional Ltda.	-	(12.971)	(13.387)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	-	(8.676)	(8.388)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	-	(7.175)	(14.479)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	-	(9.003)	-
Lar Assistência Ltda.	-	(16.533)	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	-	(3.653)	-
Pessoal Chave da Administração	-	(523.060)	(646.727)
Captações no Mercado Aberto		**(96.586)**	**(42.999)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	-	(8.566)
Mercantil Financeira S.A.	-	(73.594)	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	-	(12.857)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(22.992)	(21.576)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão [II]		**(1.931.245)**	**(1.832.936)**
OPEA	24/10/2035	(1.931.245)	(1.832.936)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas		**(6.020)**	**(28.410)**
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/10/2026	-	(19.140)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/10/2026	-	(17)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/10/2026	(656)	(7.429)
Mercantil Financeira S.A.	31/10/2026	(419)	(419)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/10/2026	(641)	(133)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/10/2026	(194)	(133)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/10/2026	(232)	(295)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/10/2026	(711)	(300)
Viva Notícias Ltda.	31/10/2026	(407)	(106)
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/10/2026	(515)	(159)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/10/2026	(407)	(106)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/10/2026	(308)	(173)
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	31/10/2026	(407)	-
Lar Assistência Ltda.	31/10/2026	(636)	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	31/10/2026	(487)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos [III]		**(1.106)**	**(2.874)**
Pessoal Chave da Administração	-	(1.106)	(2.874)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital [IV]		**(5.366)**	**(7.420)**
Pessoal Chave da Administração	-	(5.366)	(7.420)
Dividendos / JCP a Pagar		**(51.070)**	**(117.377)**
Pessoal Chave da Administração	-	(51.070)	(117.377)

[I] Refere-se aos saldos de contas correntes e aplicações em depósitos a prazo, à vista e poupança de ligadas e controladores mantidas no Banco.
[II] Refere-se à obrigação decorrente da operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos realizados com a OPEA.
[III] Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras e LCA mantidas no Banco.
[IV] Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras Subordinadas mantidas no Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS

Receitas / (Despesas)	30/09/2026	30/09/2025
Resultado da Intermediação Financeira [I]	**(399.720)**	**(266.494)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	38.126	33.953
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	(17.827)	(22.706)
COSEFI	(2.902)	(2.766)
Domo Digital Tecnologia S.A.	(706)	(542)
MB FII	-	(30)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	(665)	(515)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(811)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	(2.256)	(2.078)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(19.991)	(31.919)
Mercantil Financeira S.A.	(2.941)	921
OPEA	(314.917)	(199.347)
SANSA	(259)	(239)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	(1.224)	(1.125)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	(841)	(1.112)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	(1.137)	(1.126)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	(1.569)	(1.181)
Viva Notícias Ltda.	(578)	(858)
Assistência Pet Nacional Ltda.	(1.087)	(126)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	(760)	(87)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	(804)	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	(677)	-
Lar Assistência Ltda.	(944)	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	(174)	-
Pessoal Chave da Administração	(65.587)	(34.800)
Receitas de Prestação de Serviços [II]	**5.389**	**7.779**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	375	686
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	1.184	1.197
COSEFI	237	240
Domo Digital Tecnologia S.A.	96	96
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	80	61
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	227
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	107	252
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	705	708
Mercantil Financeira S.A.	1.713	3.875
SANSA	32	27
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	90	90
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	90	90
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	90	90
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	90	90
Viva Notícias Ltda.	90	20
Assistência Pet Nacional Ltda.	90	30
Assistência Conecta Saúde Ltda.	90	-
Total Assistência Previdenciária Ltda.	90	-
Plataforma Fidelidade e Benefícios Ltda.	80	-
Lar Assistência Ltda.	30	-
Converge Serviços e Otimização Ltda.	30	-
Outras Despesas Administrativas	**(94.835)**	**(46.094)**
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. [III]	(54.203)	(19.923)
Domo Digital Tecnologia S.A. [IV]	(37.636)	(25.850)
Viva Notícias Ltda.	(2.920)	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(245)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(76)	(76)
Outras Despesas Operacionais	**(500)**	**(11.841)**
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	(500)	-
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(141)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(2.478)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(2.446)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(2.474)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(2.756)
Viva Notícias Ltda.	-	(1.546)

[I] Refere-se à remuneração das aplicações financeiras (Poupança, Depósito a Prazo, LCA e Letras Financeiras) mantidas no Banco pelas empresas Ligadas e Controladores.

[II] Refere-se ao somatório dos valores mensais recebidos ou a receber de ligadas referente ao Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

[III] Refere-se, basicamente, aos valores pagos à Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. referente a prestação de serviços de correspondente bancário.

[IV] Refere-se aos valores pagos à Domo Digital Tecnologia S.A. referente ao pagamento de custos de Processamento de Dados.

19.2. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 23/04/2026, que estabeleceu o limite para o exercício social em R$ 197.000.

Durante o período findo a 30 de setembro de 2026 e 2025, a despesa reconhecida no resultado referente a remuneração do pessoal-chave da administração apresenta a seguinte composição:

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Benefícios de curto e longo prazo	110.161	95.607
Pagamento baseado em ações	13.498	-
Subtotal	**123.659**	**95.607**
Encargos	24.732	19.121
Total	**148.391**	**114.728**

Não foram atribuídos benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou de rescisão no período.

A remuneração dos administradores é composta de honorários do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, encargos, bônus e pagamento baseado em ações.

Até 30 de setembro de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Conforme descrito na nota explicativa nº 17.5, o Banco instituiu o Plano de Outorga de Ações Restritas. Em 3 de março de 2026, foi aprovado o 1º Programa de Outorga, destinado exclusivamente aos Diretores Estatutários.

No período findo em 30 de setembro de 2026, o Banco reconheceu no resultado, os montantes de R$ 110.161 a título de benefícios de curto e longo prazo e R$ 13.498, no Banco e no Consolidado, a título de pagamento baseado em ações, em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 5.177/24 (que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras).

As ações outorgadas possuem prazo de carência (vesting) de até 5 anos e estão sujeitas a restrições de negociação (lock-up) por período adicional de 5 anos após a entrega, visando o alinhamento de interesses a longo prazo e a gestão de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

21. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteada pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e de capital é centralizada na Diretoria de Riscos e *Compliance*, englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital do Mercantil compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco é compatível com o modelo de negócio e com o perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de Capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

Dentre as atividades de gerenciamento contínuo do capital, tem-se o acompanhamento dos indicadores de Capital conhecidos como Basileia III, adotado pelo Bacen por intermédio da Resolução CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O quadro abaixo demonstra a apuração dos Indicadores de Capital:

Limites Operacionais e Índice de Basileia	30/09/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência - PR	**3.822.445**	**2.566.562**
Patrimônio de Referência Nível I	**3.324.344**	**2.126.814**
Capital Principal – CP	2.842.877	1.864.937
Capital Complementar - CC	481.467	261.877
Patrimônio de Referência Nível II	**498.101**	**439.748**
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	**20.712.880**	**18.966.362**
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	18.398.901	16.925.922
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	23.619	38.981
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	2.290.360	2.001.459
Índice de Basileia	**18,5%**	**13,5%**
Capital de Nível I	**16,0%**	**11,2%**
Capital Principal	**13,7%**	**9,8%**

Conforme amplamente divulgado em fato relevante e aviso aos acionistas do dia 23 de dezembro de 2025, o Banco, com o objetivo de recompor sua margem de capital aos níveis anteriores à transação celebrada com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), comunicou o aumento de capital privado de R$ 300.000 a R$ 500.000 visando a continuidade do crescimento apresentado pelo Banco Mercantil nos últimos anos. Após os trâmites regulatórios no dia 24 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração aprovou o aumento de Capital de R$ 498.504 já integralizados no Banco e homologado pelo Bacen em 06 de março de 2026 (vide nota explicativa n.º 17.1.).

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 23,43% (19,32% em dezembro de 2025).

- Razão de Alavancagem

Em atendimento à Resolução BCB nº 478/25, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, a análise, a decisão, a formalística, o acompanhamento, o controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva Jurídica, de Ouvidoria, Crédito e Governança Corporativa, em conjunto à Superintendência de Ativos, que possuem todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS *(Risk Appetite Statement)*, em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

Exposição ao Risco de Crédito

A Exposição ao Risco de Crédito contempla as Operações de Crédito e Outros Créditos, o limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição e as Garantias Prestadas.

Os quadros abaixo contemplam os dados quantitativos sobre sua exposição ao risco de crédito do Banco com base nas informações fornecidas internamente à pessoal chave da administração:

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	30/09/2026	31/12/2025
Sudeste	28.473.097	26.647.860
Centro-Oeste	4.133.098	2.259.415
Nordeste	1.049.444	528.979
Sul	285.733	109.361
Norte	16.948	32.990
Total Geral	**33.958.320**	**29.578.605**

Detalhamento do total das exposições por setor econômico:

Setor de Risco	30/09/2026	31/12/2025
Pessoa Física	24.025.663	22.813.979
Pessoa Jurídica	9.932.657	6.764.626
Total Geral	**33.958.320**	**29.578.605**

Detalhamento do total das exposições por prazo remanescente de vencimento:

Prazo Remanescente	30/09/2026	31/12/2025
Até 6 meses	9.677.546	4.476.211
Acima de 6 meses até 1 ano	1.288.462	1.344.001
Acima de 1 ano até 5 anos	10.659.914	8.819.301
Acima de 5 anos	12.332.398	14.939.092
Total Geral	**33.958.320**	**29.578.605**

Operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil:

Região Geográfica	30/09/2026			31/12/2025		
	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo	Exposição	Provisão	Baixa para Prejuízo
Sudeste	1.152.158	856.810	161.248	628.567	393.252	141.834
Centro-Oeste	69.688	58.729	-	65.556	36.729	10.983
Nordeste	52.309	45.044	20	86.758	67.044	10.101
Sul	14.153	12.342	-	100.274	25.819	1.287
Norte	405	339	-	8.365	7.183	1.050
Total Geral	**1.288.713**	**973.264**	**161.268**	**889.520**	**530.027**	**165.255**

Total das exposições segmentadas por faixas de atraso:

Faixa de Atraso	30/09/2026	31/12/2025
Atraso menor que 30 dias	252.512	337.508
Atraso entre 31 e 90 dias	166.146	150.048
Atraso entre 91 e 180 dias	140.231	37.997
Atraso entre 181 e 365 dias	96.639	36.758
Atraso maior que 365 dias	13.383	6.968
Total Geral	**668.911**	**569.279**

Total das exposições reestruturadas por curso das operações:

Curso das Operações	30/09/2026	31/12/2025
Curso Normal	108.759	59.374
Curso Anormal	177.052	19.237
Total Geral	**285.811**	**78.611**

Percentual de concentração das 10 e 100 maiores exposições:

Ranking	30/09/2026	31/12/2025
10 Maiores	1,3%	5,0%
100 Maiores	1,8%	6,4%

A Exposição ao Risco de Crédito é avaliado, para fins de risco de crédito, de acordo com os valores apurados em BRGAAP, que reflete como a Administração gerencia os riscos.

Mitigação dos Riscos - Garantias

O Banco utiliza-se de diversos tipos de garantias como forma de mitigar o risco de crédito das operações. Essas garantias visam assegurar uma segunda fonte de pagamento do crédito no caso de inadimplência do cliente. Assim sendo, a qualidade e a quantidade das garantias fornecidas constituem aspecto determinante na definição do nível de risco de cada operação.

Conforme a Política de Crédito do Banco, para cada operação pode existir mais de um tipo de garantia, cada qual devidamente identificada, quantificada através do percentual exigido em relação ao valor da operação e devidamente formalizada e contabilizada.

Mensuração do risco de crédito

A mensuração do risco de crédito utilizado para análise de *impairment* é realizada trimestralmente, a partir da identificação de evidência objetiva de perda na carteira de empréstimos e adiantamentos, considerando a experiência histórica de perda por redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Os eventos de perda podem ser específicos, isto é, referentes apenas a um cliente, tais como atraso nos pagamentos, renegociação, evento falimentar, ou podem ser coletivos, afetando um grupo maior de ativos, em função, por exemplo, de variações em taxas de juros ou de câmbio ou diminuição no nível de atividade de um ou mais setores econômicos.

Para fins de avaliação coletiva de *impairment*, os ativos financeiros são agrupados de acordo com características de risco de crédito semelhantes, que são indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. Os fatores relevantes usados para este processo de classificação são produto, garantia e valor do contrato.

Com base na experiência de perdas históricas dos ativos com características de risco de crédito semelhantes são estabelecidos dentro de cada grupo, os gatilhos para materialização da perda incorrida e estimados os percentuais de perda. Percentuais estes que aplicados ao saldo devedor permite apurar as estimativas dos valores a serem provisionados.

Para os clientes que apresentem evidências objetivas específicas, a estimativa de perda é realizada individualmente, considerando entre outros aspectos a monetização das garantias constituídas atreladas às operações.

A experiência de perdas históricas é ajustada com base nos dados observáveis atualizados, a fim de refletir os efeitos de condições atuais que não afetaram o período no qual se baseia a experiência de perdas históricas e para remover os efeitos de condições no período histórico não condizente às condições correntes.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: "mapa de descasamento dos fluxos" e "movimentação diária de produtos". O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*. Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em previsões orçamentárias aliadas a observações de séries históricas de comportamento de produtos da carteira de crédito e de *funding*, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

d) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias *(commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress)*.

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor Justo			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**1.676.535**	**1.633.046**	**43.489**	**-**	**1.676.535**
Títulos e Valores Mobiliários	1.676.535	1.633.046	43.489	-	**1.676.535**
Ao valor justo por meio do resultado	**68.527**	**-**	**2.890**	**65.637**	**68.527**
Títulos e Valores Mobiliários	68.527	-	2.890	65.637	**68.527**
Ao custo amortizado	**32.571.900**	**-**	**30.766.809**	**449.526**	**31.216.335**
Depósitos no Banco Central	834.291	-	834.291	-	**834.291**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.497.085	-	7.497.085	-	**7.497.085**
Operações de Crédito e Outros Créditos	23.994.558	-	22.435.433	203.560	**22.638.993**
Outros Ativos Financeiros	245.966	-	-	245.966	**245.966**
Total em 30/09/2026	**34.316.962**	**1.633.046**	**30.813.188**	**515.163**	**32.961.397**
Total em 31/12/2025	**31.505.535**	**1.423.797**	**31.117.470**	**1.351.766**	**33.893.033**

Passivos Financeiros	Valor Contábil	Valor Justo		
		Nível 2	Nível 2	Total
Ao custo amortizado	**33.938.022**	**33.929.592**	**8.430**	**33.938.022**
Depósitos	21.029.769	21.026.268	3.501	**21.029.769**
Captações no Mercado Aberto	50.000	50.000	-	**50.000**
Relações Interfinanceiras	79.153	79.153	-	**79.153**
Obrigações por Operações de Cessão	1.546.567	1.546.567	-	**1.546.567**
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	9.936.255	9.936.255	-	**9.936.255**
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.291.349	1.291.349	-	**1.291.349**
Outros Passivos Financeiros	4.929	-	4.929	**4.929**
Total em 30/09/2026	**33.938.022**	**33.929.592**	**8.430**	**33.938.022**
Total em 31/12/2025	**30.601.989**	**30.585.289**	**16.700**	**30.601.989**

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Resolução CVM nº 121/22 que aprova o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado, bem como os Instrumentos Financeiros Derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger, parcialmente, os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os Instrumentos Financeiros Derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste em um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 13,40% ao ano.

- **Cenário II**: Consiste numa situação com variação de **25%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/09/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 16,92% ao ano.

- **Cenário III**: Consiste numa situação com variação de **50%** no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/09/2026 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 20,31% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	**Fatores de Risco**	**Componentes**	**I**	**II**	**III**
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada [I]	Operações de Crédito (ponta ativa)	7.758	(187.154)	(362.069)
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(7.612)	183.762	355.748
		Efeito Líquido	**146**	**(3.392)**	**(6.321)**
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(1.170)	(722)	(1.445)
		Nota Comercial	(125)	(6.270)	(12.540)
		CDCA	(33)	(1.660)	(3.320)
		CRI	(6.986)	(3.978)	(7.955)
		CRA	(3.266)	(5.443)	(10.886)
	Cota de Fundo	FIDC	(112)	(2.800)	(5.600)
		FIAGRO	(117)	(2.962)	(5.923)
Total com correlação			**(11.663)**	**(27.227)**	**(53.990)**
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			**(6.415)**	**(14.975)**	**(29.695)**

[I] A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que o Mercantil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

e) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho e a efetividade operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No grupo Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

f) Gerenciamento dos riscos Social, Ambiental e Climático

O Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático no Mercantil dá-se a partir do uso de ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos sociais, ambientais e climáticos inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do Risco Social no Mercantil contempla o contínuo monitoramento de pessoas inclusas em listas restritivas de trabalho análogo à escravidão divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, bem como de pessoas que apresentam algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa, cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário. Os clientes que apresentarem tais apontamentos passam a ter alçada decisória mínima na análise julgamental de propostas de negócios.

Quanto à gestão do Risco Ambiental, a sua mitigação é realizada a partir da inclusão do restritivo alerta ambiental para as pessoas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, bem como aos proprietários de imóveis embargados por práticas em desacordo com a regulamentação ambiental. Também são realizadas avaliações das garantias imobiliárias e de imóveis oriundos de processos de liquidação de dívidas. Importante destacar que, todos os imóveis urbanos submetidos a esses processos, possuem laudo de indícios de contaminação do solo.

No que tange ao risco climático, é aplicada a régua de sensibilidade deste risco sobre a carteira de crédito da Instituição. Com ela, o Mercantil é capaz de identificar, a partir de critérios de relevância (natureza das atividades e qualidade das carteiras) e proporcionalidade (participação da carteira sobre o total da carteira de crédito), quais são os setores econômicos e as partes interessadas mais sensíveis ao risco climático.

Ademais, o Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, que varia de “A” (maior risco) a “C” (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final do Comitê Superior de Crédito.

O Mercantil realiza ainda o acompanhamento dos clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como de seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, o Mercantil captura informações relacionadas aos riscos social e ambiental no início do relacionamento com o cliente e adota critérios no processo de concessão e gestão do crédito, bem como, na relação da Instituição com terceiros, a qual é embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito social, ambiental e climático.

22. Outras Informações

a) Fundos de investimento – a gestão dos fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.

b) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

c) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

23. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes entre a data final do período e a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente
Mauricio de Faria Araújo – Vice-Presidente
André Luiz Figueiredo Brasil – Secretário

Christian Orga Orglmeister
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Marco Cesar de Castro Bravo

CONSELHO FISCAL

Ângela Mourão Cançado Juste
Euler Luiz de Oliveira Penido
Marcelo Rezende Amorim
Taise Christine da Cruz
Verena Moura Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Glaydson Ferreira Cardoso
Carlos Augusto da Silva
Daniel Henrique Alves da Silva
Lauro Wilson da Silva

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo
Diretor Vice-Presidente Executivo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Diretores Vice-Presidentes
Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues
Diretores Executivos
Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Diretores
André Rodrigues Horta
Rodrigo de Araújo Simões

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/O-7

Data-Base 30/09/2026

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

==========

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco") e suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A. - "Banco", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026.

Belo Horizonte/MG, 4 de novembro de 2026.

Diretor-Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor Vice-Presidente Executivo (CEO)
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos
Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Diretores
André Rodrigues Horta
Rodrigo de Araújo Simões

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer do Auditor Independente

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S.A. - "Banco", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas Demonstrações Financeiras do Banco, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2026.

Belo Horizonte/MG, 4 de novembro de 2026.

Diretor-Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor Vice-Presidente Executivo (CEO)
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes
Bruno Pinto Simão
Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos
Anderson Adeilson de Oliveira
Carolina Marinho do Vale Duarte
Gregório Moreira Franco
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Diretores
André Rodrigues Horta
Rodrigo de Araújo Simões